

MEMÓRIA E IDENTIDADE
DOS MORADORES DE

NOVA HOLANDA

**MEMÓRIA
FLUMINENSE**

PESQUISA E PUBLICAÇÕES
EDIÇÃO 2010



SOMANDO FORÇAS

SECRETARIA
DE CULTURA



**MEMÓRIA E IDENTIDADE
DOS MORADORES DE NOVA HOLANDA**



2012_ **Redes de Desenvolvimento da Maré**
Todos os direitos desta edição reservados.

DIRETORIA DA REDES DA MARÉ

Andréia Martins
Edson Diniz
Eliana Sousa
Eblin Farage
Fernada Gomes
Helena Edir
Shyrlei Rosendo
Patrícia Viana

EQUIPE DO PROJETO

COORDENAÇÃO GERAL
Edson Diniz

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Marcelo Belfort

PESQUISADORES
Higor Antonio
Marcelo Lima
Kelly San
Diogo Vitor

CONSULTOR
Luiz Fernando Azevedo (Dudu)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Patrícia Oliveira

REVISÃO
Suzana Barbosa

FOTO DA CAPA
Elisângela Leite

Nóbrega Júnior, Edson Diniz

Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda / Edson Diniz
Nóbrega Júnior; Marcelo Castro e Silva Belfort; Paula Ribeiro. – Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

168 p.: il.

ISBN 9788561382025

1. Favela. 2. Memória. 3. História de moradores. I. Título.

AUTORES

EDSON DINIZ

MARCELO CASTRO BELFORT

PAULA RIBEIRO

MEMÓRIA E IDENTIDADE
DOS MORADORES DE
NOVA HOLANDA


Redes de Desenvolvimento da Maré

Rio de Janeiro_2012

Prefácio

A produção de uma obra que trata do processo de formação histórica da Maré, começando por esse primeiro volume dedicado à Nova Holanda, tem uma importância significativa no caminho de construção de novas formas de se interpretar a favela e as trajetórias de seus moradores. De fato, a construção da história das favelas se insere no âmbito de uma disputa política sobre o sentido dos territórios populares e suas inserções na cidade. O que predomina na forma de interpretação e descrição dos territórios favelados é um paradigma centrado na “inadequação” desses espaços à cidade, sua condição de *problema urbano* acima de tudo e, em função disso, o exercício de políticas públicas e práticas sociais dissonantes das consideradas *normais* para o conjunto da cidade.

As favelas, todavia, podem ser pensadas sob outras perspectivas. Nesse caso, cabe considerar, em primeiro lugar, sua condição de território constituinte da cidade. A afirmação de que a ‘favela é cidade’ implica reconhecer seu direito de existir, de ser vista como um espaço central para a construção da identidade urbana carioca, dentre outras, e o direito de seus moradores de terem acesso a políticas públicas de qualidade, que superem os precários indicadores urbanos que, em geral, as caracterizam. Com efeito, é central a compreensão de que a defesa do espaço da favela como espaço de morada, passa pela

busca de sua permanente qualificação urbana, pela oferta de equipamentos e serviços de qualidade e pela melhoria efetiva das condições de vida cotidiana dos seus moradores.


Nesse contexto, a presente iniciativa da Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES da Maré), através de seu Núcleo de Memória e Identidade (NUMIM), assume um papel estratégico, materializando um subsídio central para o processo de desenvolvimento integral da Maré, em suas múltiplas possibilidades e dimensões. Mais do que isso: a iniciativa, tanto no campo da pesquisa quanto no editorial, permite a construção de uma metodologia que pode ser replicada para outros territórios populares, de modo que seus moradores e também indivíduos de outros espaços da cidade conheçam as riquezas das lutas, sonhos e utopias que constituíram as favelas cariocas. E, nesse processo de valorização da história coletiva daqueles que construíram esses territórios singulares e complexos, vamos estabelecendo uma nova cidade, mais justa e plena. Diante disso, torçamos para que esse projeto atinja seus objetivos com muito sucesso e que celebremos essa nova conquista.

Jailson de Souza e Silva

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) E DIRETOR DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS



A **REDES** de Desenvolvimento da Maré



A criação da Redes de Desenvolvimento da Maré materializou um longo processo de ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas nas comunidades da Maré. Essas iniciativas foram realizadas por um grupo de pessoas que atuaram historicamente em suas organizações de outros espaços da cidade.

A trajetória social e profissional desse coletivo é caracterizada pela atuação nos campos da Educação, Cultura e Arte, Segurança Pública, Comunicação e Desenvolvimento Territorial em diferentes espaços populares. Assim, o foco central da ação da instituição é realizar projetos dedicados a interferir na trajetória pessoal e coletiva dos moradores dos espaços populares do Rio de Janeiro, em especial a Maré.

Assim, a REDES da Maré nasceu com a missão de pensar o espaço da Maré em uma perspectiva de longo prazo e em escala global. Seu eixo conceitual é o Desenvolvimento Integrado do espaço local. Ele se materializa na compreensão de que os cidadãos, de formas múltiplas, constituem instituições locais e redes de variadas ordens, com níveis diferenciados de vinculação ao campo da cidadania. As instituições locais aqui consideradas são formas vivas de articulação dos atores locais, podendo ser formais ou não e envolvendo todos os tipos de ação coletiva. Logo, a construção de projetos que impactam a realidade da Maré passa necessariamente pelo fortalecimento das redes for-

madadas ao longo dos últimos anos e pela construção de outras. Essas mediações estruturantes criam as condições devidas para a formação de agentes e estruturas sociais capazes de interferir na lógica da Maré e, no processo, na organização da cidade.

Dessa forma, a REDES da Maré tem como estratégia central identificar as redes e instituições cidadãs, avaliar suas ações e potencialidades e buscar desenvolver com as organizações que estão preparadas e abertas para essa parceria ações institucionais estruturantes, integradas e regulares. Ações essas que permitam a melhoria progressiva da qualidade de vida do conjunto dos moradores da Maré, de forma tal que seja possível contribuir para que o território local atinja os Indicadores de Qualidade de Vida semelhantes à média da cidade do Rio de Janeiro.

Para isso, a REDES da Maré consolidou ao longo do tempo parcerias com instituições estatais, da iniciativa privada, comunitárias e não governamentais a fim de realizar projetos que transformem o espaço local. No plano macro da cidade, a instituição tem como um de seus pressupostos fundantes a necessidade de se construir outro entendimento sobre os espaços populares, que passa necessariamente pela negação da lógica da “cidade partida” e do discurso da “ausência”, que caracterizam a maior parte das análises sobre as favelas cariocas. Isso significa romper com os estigmas e estereótipos que marcam de forma negativa os moradores dos espaços populares. Os estigmas dificultam a vida cotidiana em variados níveis, desde a relação com a escola dos filhos até a colocação no mercado de trabalho. Além disso, eles impedem que os cidadãos das favelas se reconheçam plenamente como cidadãos da *polis*, rebaixam sua autoestima e, pior de tudo, permitem a valoração diferenciada da vida dos moradores desses espaços em relação ao conjunto da cidade.

Para confrontar esses estigmas e abrir novas possibilidades existenciais aos moradores da Maré, a instituição desenvolve uma série de projetos em que a perspectiva é criar condições para que as pessoas possam se qualificar melhor e ampliar seu tempo-espaço. Por isso, ações, como o curso Pré-Vestibular Comunitário, oficinas de teatro, dança, música e artes visuais, cursos preparatórios para escolas técnicas, cursos de informática, biblioteca comunitária, núcleo de memória e cursos de idiomas, têm ajudado muitos moradores da Maré a superar uma série de barreiras educacionais e culturais.

Acreditamos que dessa forma poderemos, como instituição e cidadãos, construir uma intervenção prolongada, abrangente e profunda na Maré, que permita a transformação efetiva de sua estrutura social, econômica e ambiental.

Apresentação

REALIZAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL 10/2010 – MEMÓRIA, PATRIMÔNIO,
PESQUISA E PUBLICAÇÃO, EDIÇÃO 2010 DA SECRETARIA DE ESTADO
DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO

O livro que ora apresentamos é fruto de uma pesquisa sobre a memória de um grupo de moradores da Nova Holanda, uma das 16 favelas que compõem o bairro da Maré, localizado na região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi realizada pela Redes de Desenvolvimento da Maré através de seu Núcleo de Memória e Identidade (NUMIM), com o patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Foram tratadas questões relativas à memória, à história e à identidade dos moradores e também traçou-se um quadro mais geral sobre o desenvolvimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho contou com a participação de jovens estudantes (alguns já cursando a universidade) da própria Maré que fazem parte da equipe do NUMIM. Esse, aliás, é um ponto fundamental, pois, juntamente com o objetivo de registrar a memória coletiva local, houve também a preocupação de formar e qualificar moradores, sobretudo os mais jovens, no campo da pesquisa histórica, para que eles desenvolvessem autonomia suficiente para fazer novos trabalhos nessa área.

Cabe destacar ainda que o presente livro é o primeiro de uma série que apresentará a história e a memória dos moradores de todas as 16 favelas da Maré. Assim, é nosso desejo construir a série “Tecendo Redes de Histórias da Maré” e, a partir dela, contribuir para compor um quadro histórico mais amplo da formação desse conjunto de favelas.

Por outro lado, ao tratarmos da história da Maré e da memória de seus moradores, temos no horizonte o entendimento da própria história da cidade do Rio de Janeiro, pois, quando as favelas se integram a essa história, como é o caso da Maré e suas comunidades, reconhecemos a cidade como um todo. E a cidade precisa ser uma só: precisa reconhecer a diversidade de seus espaços, histórias e identidades como algo positivo, como uma característica que a torna mais bela, melhor de se viver e que marca de forma indelével a alma carioca. A história da favela é a história do Rio de Janeiro.



SUMÁRIO

14 // INTRODUÇÃO

18 // A FAVELA COMO QUESTÃO PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A importância da memória da Nova Holanda	25
A opção pela História Oral	33

38 // RIQUEZA, POBREZA E DESIGUALDADE NA CIDADE CAPITALISTA

A relação histórica da cidade e da favela	43
A precarização e periferação urbana da população pobre no Rio de Janeiro	45
O nascimento da favela	57

80 // A NOVA HOLANDA

A Maré	81
Origem da Nova Holanda	83
As transformações na Nova Holanda	90
As conquistas na Nova Holanda	96
O refluxo do movimento popular na Nova Holanda: lições a serem aprendidas	106

110 // A MEMÓRIA DA NOVA HOLANDA POR SEUS MORADORES

152 // CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIOGRAFIA DOS PESQUISADORES DO NUMIM	157
BIBLIOGRAFIA	163



INTRODUÇÃO

A história da Nova Holanda ainda é pouco estudada e, por isso, não se encontram tão facilmente referências bibliográficas sobre o assunto. Dessa maneira, dentre outros objetivos, o presente estudo procura contribuir para cobrir parte dessa lacuna através de pesquisa histórica e do registro de depoimentos orais de antigos moradores.

Nesse sentido, foram selecionados para entrevistas moradores que carregam consigo uma parte importante da memória desse espaço, seja porque ajudaram a construí-lo diretamente ou ainda porque foram testemunhas de fatos marcantes na vida da comunidade.

Assim, nas páginas que se seguem, temos histórias contadas por pessoas que participaram da fundação e de outros momentos singulares da história da Nova Holanda. São relatos que nos ajudam a compreender o processo de ocupação e consolidação daquele espaço e, ao mesmo tempo, nos fornecem pistas acerca de como foram se afirmando as identidades, individuais e coletiva, na relação com a cidade e com os poderes do Estado.

O presente trabalho será apresentado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, discutimos os conceitos de memória, identidade e favela. A ideia foi esclarecer sobre o que estamos falando quando nos referimos a esses conceitos. No entanto, optamos por uma discussão mais sucinta e objetiva, não nos aprofundando nas questões mais polêmicas acerca de tais acepções.

No segundo capítulo, procuramos compor um quadro mais geral sobre o fenômeno do surgimento das favelas e, por isso, foi inserida uma análise histórica da formação desses espaços na cidade do Rio de Janeiro. Há aí um aprofundamento de alguns temas tratados no primeiro capítulo, como, por exemplo, a questão da desigualdade socioeconômica que gera os fenômenos da periferização e da favelização. No terceiro capítulo, fizemos uma análise histórica do movimento popular na Nova Holanda, refletimos sobre a importância desse movimento na criação de lideranças comunitárias e como ele ajudou a forjar identidades.

As memórias dos moradores entrevistados compõem o quarto capítulo. Nele, temos narrativas que nos ajudam a entender a vida de cada um desses indivíduos, sua trajetória pessoal e sua inserção na vida comunitária. Estão colocadas aí as relações com os vizinhos, a participação nas organizações comunitárias, a inserção na cultura local e o estabelecimento dos laços familiares que criam e assentam “raízes” permanentes no local.

Nas considerações finais, procuramos retomar alguns pontos importantes dos depoimentos baseados nas narrativas que nos permitem vislumbrar aspectos da(s) identidade(s) dos moradores da Nova Holanda.

Como dito acima, esse trabalho foi feito a partir de uma série de entrevistas com os moradores e, em alguns casos, com a ajuda de seus familiares. Cabe ressaltar que a equipe do NUNIM foi às residências dos entrevistados, o que garantiu experiências bastante ricas, pois muito do passado e da memória dessas pessoas estava materializado lá na forma de objetos e referências simbólicas.

Cabe ressaltar também que os depoimentos orais nos permitem registrar muito mais do que simples contos, recordações ou lembranças: eles nos oferecem a possibilidade de entender a memória como uma narrativa em que cada indivíduo reconstrói o seu passado a partir da linguagem e da comunicação oral carregada de suas emoções e referências simbólicas. Fazendo isso, abre-se a possibilidade para a criação de uma narrativa coletiva, base para reflexão sobre a questão da identidade na Nova Holanda. O resultado é a composição de um material rico que ficará preservado para futuras pesquisas e que poderá ser acessado pelas novas gerações, apresentadas a uma realidade inteiramente diferente da vivida pelos moradores que aqui deixaram registradas suas memórias.

“Cabe ressaltar que os depoimentos orais nos permitem registrar muito mais do que simples contos, recordações ou lembranças: eles nos oferecem a possibilidade de entender a memória como uma narrativa em que cada indivíduo reconstrói o seu passado a partir da linguagem e da comunicação oral carregada de suas emoções e referências simbólicas.”

A importância disso vai além da simples preservação material dos depoimentos: o que temos é a reelaboração de histórias pessoais, que em muitos momentos se aproximam e mesmo se entrelaçam, para oferecer a oportunidade de criação de uma memória coletiva e, por conseguinte, o reconhecimento de traços identitários em comum.

Assim, nosso desejo é o de que este seja o primeiro de muitos outros trabalhos que abordem a memória dos moradores de espaços populares, como os da Nova Holanda, na Maré, visando a transformá-la em temas e a compor um quadro mais amplo de discussões que venham a contribuir para a compreensão da identidade do Rio de Janeiro. Isso passa pelo reconhecimento de que a cidade é plural, pois comporta ao mesmo tempo identidades distintas, que se reconhecem, que se negam e que negociam de maneira quase sempre tensa para formar aquilo que muitos chamam de “alma carioca”.



FOTO // Giane Carvalho

01 // A FAVELA COMO QUESTÃO PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Segundo dados do censo do IBGE (RODRIGUES, 2011), 22% da população da cidade do Rio de Janeiro vivem em favelas, o que corresponde a 1,3 milhão de pessoas. Esse dado aponta para um crescimento de 27,5% da população das favelas, enquanto o restante da cidade cresceu 3,4%, o que equivale a uma diferença de oito vezes entre um crescimento e outro.

Assim, apesar do desenvolvimento da economia brasileira – segundo alguns especialistas, o Brasil chegará em breve a ser a quarta maior economia do mundo – e de avanços na distribuição de renda através de diversos programas governamentais, ainda existem questões estruturais que precisam ser tratadas, como, por exemplo, maiores investimentos em programas de habitação para a população mais pobre, diminuição das desigualdades socioeconômicas e garantia dos direitos fundamentais.

No caso específico do Rio de Janeiro, a falta de investimentos públicos e a constante omissão do Estado podem ser observadas com clareza quando se pensa nas favelas. O que se pode constatar é que, mesmo com alguns programas de urbanização implementados no século passado, a maioria da população favelada acabou não sendo reconhecida pelo Estado como merecedora dos serviços públicos básicos e, como consequência disso, vem tendo uma vida marcada por dificuldades, além de não ter seus direitos fundamentais respeitados, como o acesso à educação, à saúde, à segurança e à cultura.

Recentemente, o Estado vem implementando uma nova política de ocupação territorial em algumas favelas cariocas a partir da introdução das chamadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Essa experiência ainda está em curso e, independente de seus resultados, tem, pelo menos, o mérito de recolocar na ordem do dia a discussão sobre as favelas e sua relação com o restante da cidade.

Por essas e outras razões – como a realização de uma Copa do Mundo de Futebol, de uma Olimpíada, da Rio+20, dos investimentos urbanos daí decorrentes e do próprio crescimento econômico do país gerando ascensão de novas classes sociais –, a favela se tornou, nos últimos tempos, um dos assuntos prioritários na pauta sobre o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Cada vez mais, ela ganha a atenção da mídia, dos meios acadêmicos, das salas do poder, das reuniões empresariais, das conversas informais nos botecos, nas praias e nas ruas de todos os cantos da cidade.

Isso acontece, porque falar em Rio de Janeiro significa, necessariamente, falar em favelas, pois elas estão integradas à paisagem urbana, movimentam uma parte considerável da economia e povoam o imaginário dos cariocas e fluminenses “para o bem e para o mal”.

Contudo, o tema das favelas não é novo. Muito pelo contrário, como será apresentado mais adiante, no segundo capítulo, ele é recorrente. A prova disso é que, se olharmos a bibliografia sobre as favelas, veremos que muitos estudos, matérias de jornais, pesquisas governamentais e trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos ao longo dos últimos 100 anos sobre o tema.

Em “A invenção da favela”, Lícia Valladares (2005) faz um balanço sobre a produção a respeito da favela e de como foram sendo construídas e consolidadas algumas representações sobre esses espaços que hoje estão gravadas no imaginário carioca. A autora aponta para, por exemplo, o papel de destaque que tiveram os cronistas e estudiosos, basicamente jornalistas, arquitetos, engenheiros e médicos preocupados em dar uma “solução” para o “problema” da favela, que já se apresentava no início do século passado. Isso é importante, porque foram justamente esses agentes que traduziram e definiram para o público, notadamente a classe média, o novo fenômeno social que irrompia na cidade do Rio de Janeiro. Esse trabalho de “apresentação” da favela à cidade foi realizado mesmo antes da sociologia, da história, da geografia e de outras ciências se ocuparem da questão. Essa constatação é importante, pois permite-nos inferir que, desde o início, o assunto se “popularizou” através dos jornais e revistas, não ficando restrito ao mundo acadêmico.

“ (...) a favela se tornou, nos últimos tempos, um dos assuntos prioritários na pauta sobre o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Cada vez mais, ela ganha a atenção da mídia, dos meios acadêmicos, das salas do poder, das reuniões empresariais, das conversas informais nos botecos, nas praias e nas ruas de todos os cantos da cidade”.

Como um exemplo cabal do que foi dito acima, Valladares (2005) apresenta a importância do trabalho do jornalista Euclides da Cunha na formação de uma determinada visão acerca da população mais pobre e seu lugar de habitação, criado e ampliado a cada dia. Essa visão sobre a favela e a população favelada foi se cristalizando a partir do paralelo que se estabeleceu entre o Arraial de Canudos¹ e as primeiras favelas cariocas, tendo como base as informações e a narrativa inscritas em “Os sertões”. Nesse clássico da literatura brasileira, o autor retrata a resistência e a vida dos pobres de Canudos, no sertão da Bahia, frente às tropas da recém-proclamada república brasileira.

A partir da descrição da paisagem geográfica e populacional do povoado baiano, inevitavelmente foi feita uma analogia com a população pobre que ocupava os morros da cidade do Rio de Janeiro² – ocupação, aliás, anterior ao episódio de Canudos.

Assim, ao chamar a atenção das elites ricas e abastadas para o que acontecia no interior da Bahia, Euclides da Cunha forneceu um poderoso indicador de que as coisas não iam bem e que a situação era potencialmente explosiva. O livro fez disparar o sinal de alerta para a elite econômica da capital da república. Havia

1. Canudos constituía-se numa comunidade de sertanejos, localizada no interior da Bahia e liderada pelo beato Anônio Conselheiro. Esse líder espiritual foi considerado um louco fanático cuja intenção seria a destruição da recém-proclamada República brasileira. Contudo, o que os sertanejos queriam era escapar da pobreza e da violência dos coronéis, criando para si uma cidade própria.

2. No final do século XIX, já existiam núcleos de ocupação do que mais tarde veio a se chamar favela. Vale a pena lembrar que muitos soldados que lutaram em Canudos se instalaram no atual Morro da Providência, que passou a ser chamado de Morro da Favella, justamente porque esses mesmos soldados assim o rebatizaram, fazendo referência ao morro onde ficaram entrancheirados em Canudos.

“Um exemplo clássico: as habitações construídas pelos moradores das favelas sempre foram alvo de crítica, não apenas por sua alegada insalubridade, mas principalmente por fugir das normas de uso correntes na chamada “cidade formal”. Muitos projetos arquitetônicos elaborados pelos governos, quando direcionados às favelas, não levam em conta ou deixam escapar deliberadamente aspectos funcionais e culturais importantes para os moradores”.

um “perigo” bem mais próximo do que a ameaça de um grupo de camponeses liderados na Bahia pelo beato Antônio Conselheiro. Ou seja, ali, bem ao lado, no coração da cidade do Rio de Janeiro, formavam-se com cada vez maior velocidade outros “acampamentos” que se tornavam dia a dia definitivos: as favelas.

Além disso, a comparação com o restante da cidade colocava os moradores desses lugares como se fossem seres completamente apartados da civilização, tal qual a república via os “fanáticos” de Antônio Conselheiro. Por isso, a primeira imagem que se construiu das favelas foi negativa e ameaçadora.

É interessante observar que, mesmo quando a universidade passou a produzir suas pesquisas – “científicas” – sobre as favelas e, a despeito de que alguns autores caminharam em sentido contrário, a caracterização desses espaços populares e das pessoas que lá habitavam, de modo geral, continuou a ser a mesma afirmada pelos cronistas. Isso contribuiu para o estabelecimento de um discurso hegemônico que passou a ser encarado como verdade sobre as favelas e seus habitantes. O grande problema é que esse discurso era marcadamente preconceituoso.

Desse modo, ao longo de muitos anos de produção acadêmica sobre as favelas, consolidou-se uma imagem que consagrou determinadas representações como referência para os agentes sociais na atuação nas favelas. Dentre essas representações, as mais emblemáticas afirmavam a favela como o lugar da ausência e da carência (SILVA; BARBOSA, 2005), da falta da lei e da ordem; como o lugar da violência, mas, principal e sinteticamente, a ideia de que a favela não era a cidade.

Na verdade, de acordo com essa visão, a favela é um território estranho – e mesmo inimigo –, o avesso da cidade, onde seus moradores, dependendo de quem os olha, podem ser considerados como “pobres coitados”, vítimas passivas das circunstâncias ou, ao contrário, pessoas coniventes com toda a sorte de delitos e crimes. De ambas as visões, o que temos é uma perspectiva equivocada que não reconhece as pessoas que moram nas favelas como cidadãos. Elas habitariam um território à parte, fechado, com leis e regras próprias, onde a cidadania não funcionaria.

Obviamente, tal perspectiva não reconhece a complexidade, a diversidade e as relações dialéticas que os moradores estabelecem no seu cotidiano, entre si e com os outros espaços da cidade. O problema é que justamente esse modo de ver e interpretar orienta as ações do poder público, de agentes da sociedade civil e do mercado, em suas relações com as favelas e seus moradores.

Um exemplo clássico: as habitações construídas pelos moradores das favelas sempre foram alvo de crítica, não apenas por sua alegada insalubridade, mas principalmente por fugir das normas de uso correntes na chamada “cidade formal”. Muitos projetos arquitetônicos elaborados pelos governos, quando direcionados às favelas, não levam em conta ou deixam escapar deliberadamente aspectos funcionais e culturais importantes para os moradores.

É o caso da utilização da laje das casas, por exemplo. Muitos projetos simplesmente abolem as lajes e não levam em conta que nas favelas elas são convertidas em espaço de socialização – festas, encontros, reuniões, lazer para as crianças etc. – ou de construções futuras por parte dos herdeiros. Elas ainda podem adquirir valor de troca, gerando renda extra, ao serem vendidas a outras famílias.

Essa situação deixa clara a imposição de ideias que não levam em conta os contextos específicos dos espaços populares. Por outro lado, repete-se a velha fórmula de que seus moradores não têm a capacidade de decidir o que é melhor para si e para sua comunidade, por isso, os agentes externos precisariam assumir um papel “civilizatório”. Tal visão desconsidera completamente as interações com o restante da cidade, a criatividade dos moradores no enfrentamento de suas dificuldades cotidianas e o saber produzido nas favelas.

Desse modo, a partir da produção e reprodução das representações discutidas acima, foi criada uma identidade para as favelas. Essa identidade definiu e continua a definir esses espaços da cidade de uma maneira estigmatizada e negativa. Isso pode ser observado com clareza quando se constata que o termo favelado é quase sempre pronunciado de maneira pejorativa e preconceituosa. Hoje a favela é identificada como o avesso da cidade, o que fica claro na formulação da expressão “cidade partida”, cunhada por Zuenir Ventura (1994).

Tal fato em nada contribui para que tenhamos uma cidade mais aberta, democrática e menos desigual. Por isso, é preciso re-discutir essas representações de maneira crítica e integrar a questão da identidade dos moradores desses espaços ao debate sobre a cidade e sobre as favelas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como proposta contribuir para o debate sobre a identidade das favelas a partir do caso específico da Nova Holanda, na Maré. A ideia é discutir aspectos dessa identidade a partir de um trabalho de reconstrução da memória dos moradores de uma das favelas mais antigas da cidade e tentar entender um pouco melhor como se constroem as imagens e os significados que dão sentido à vida nesse lugar. Observamos que o direito à autorrepresentação é fundamental, pois define como serão estabelecidas as relações com os outros cidadãos que formam a sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA DA NOVA HOLANDA

A Maré é o maior conjunto de favelas da cidade³, localizada na região da Leopoldina, com um tamanho aproximado de quatro quilômetros quadrados e com cerca de 130 mil pessoas – ou seja, é maior do que 80% de todas as cidades do país. Esse território é o terceiro mais estudado por pesquisadores de diversos campos do conhecimento acadêmico. Contudo, existem poucos estudos desenvolvidos por seus moradores ou por instituições locais, o que dificulta, em determinada dimensão, a compreensão da dinâmica interna da comunidade. Essa lacuna pode ser explicada por uma série de razões que vão desde a dificuldade de acesso ao mundo acadêmico, passando pela falta de apoio dos órgãos de pesquisa, até a falta de interesse pela história dos espaços populares.

Como nas demais favelas, há um conjunto de representações negativas relativas à Maré e seus moradores, criadas por agentes externos e que geram fortes implicações sobre o cotidiano de seus habitantes – ser identificado como morador de uma favela geralmente significa carregar uma série de estereótipos e preconceitos sobre os ombros. Essas implicações passam, em muitos casos, por ter que esconder o próprio endereço para ampliar as chances de conseguir um emprego, por exemplo. Muitos moradores relatam que, quando dizem que moram nas favelas da Maré, pesa sobre eles a desconfiança dos empregadores, o que significa, em muitos casos, ser preterido no mercado.

Por isso, a ideia de trabalhar com a memória e a identidade dos moradores da Nova Holanda nasceu a partir da criação do NUMIM, projeto da Redes de Desenvolvimento da Maré, e da constatação da falta de trabalhos acerca do tema. A equipe do NUMIM desenvolve pesquisas que procuram abordar questões ligadas aos problemas enfrentados pelos moradores e, ao mesmo tempo, tem elencado uma série de temas que são referências para entender a vida dos espaços populares. Memória e identidade são dois desses temas mais relevantes.

3. O IBGE, em seu último Censo, desmembrou as favelas que compõem a Maré e as contou separadamente. A Nova Holanda, por exemplo, apareceu com um total de 13.471 moradores. Contudo, no Censo de 2001, no qual o IBGE considerou a Maré em seu conjunto, ou seja, as 16 favelas que a compõem, o número de habitantes era de 113.000.

Por isso, questões como as representações construídas pelos moradores sobre o que é ser um “favelado” – sua identidade, a produção cultural local, os hábitos, as relações familiares, as relações econômicas, as redes de ajuda mútua entre vizinhos e parentes próximos – precisam ser exploradas para que tenhamos um quadro mais rico sobre a Maré e, por conseguinte, sobre as favelas e sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Justamente aí reside a novidade do trabalho, ou seja, os temas, reflexões e necessidades nascem a partir do olhar dos próprios moradores e são examinados a partir da fala deles, de sua ótica, de suas interpretações, de suas memórias. Isso torna mais complexa e rica a visão sobre a favela, abre novas perspectivas para entender a memória de grupos historicamente marginalizados do processo de autorrepresentação e, ao mesmo tempo, nos permite entender a constituição de identidades que também compõem a alma carioca e mantêm, por vezes, uma relação tensa com outras identidades no Rio de Janeiro.

Abaixo faremos uma rápida apresentação sobre o que entendemos por memória, identidade e favela. Não pretendemos e nem temos espaço para esgotar tais conceitos e já de início advertimos que eles, em absoluto, não são consenso entre os estudiosos. Por isso, o que fizemos foi procurar sintetizar de uma maneira mais simples os conceitos trabalhados ao longo do livro.

No que concerne à memória, muitos autores já trabalharam com ela, mas há duas definições que se complementam e que nos parecem pertinentes ao trabalho que pretendemos desenvolver. Assim, uma primeira definição é sobre a natureza da memória. Seguindo o que nos apresenta Halbwachs (2006), toda memória é coletiva, não existe memória que seja puramente individual. Só há lembrança quando nos tornamos seres sociais e partilhamos valores e crenças com outros indivíduos, ou seja, quando estamos imersos na cultura e partilhamos coisas em comum com pessoas e grupos que nos rodeiam. Por isso, nossas lembranças nunca são apenas nossas, pois, mesmo nos momentos em que estamos sozinhos, o que temos, na verdade, é uma gama de significados dados por outras pessoas e outras lembranças que nos ajudam a moldar e dar sentido à nossa memória.

Por outro lado, o que temos quando rememoramos algo não é a volta do passado tal como ele se deu. Na verdade, o que ocorre é a construção de um discurso que dá coerência para nossas vidas e reordena o tempo pessoal e social. Porém, isso não significa que a memória seja uma criação falseada da realidade, mas que ela é um discurso que dá sentido e que reorienta os sujeitos e as sociedades (CANDAUI, 2011). Ela nos identifica com determinados valores, crenças e representações e esse é um movimento que sempre procura atender aos interesses do presente. Por isso, o passado está sempre em movimento.

Nesse sentido, Le Goff (1994) afirma: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (p. 477, grifo nosso). Partindo dessa segunda definição, podemos afirmar que a memória é a base para a construção das identidades, individual e coletiva. Sua função é a de dar sentido às trajetórias singulares e plurais.

Podemos ainda afirmar que memória e identidade estão intrinsecamente ligadas e têm uma função social fundamental: manter os grupos sociais coesos, unidos, o que lhes permite compartilhar crenças e valores fundamentais para a sua sobrevivência.

Quando pensamos em identidade, recorremos a Castells (2002). Ele a define como uma fonte de significado para os “atores sociais” construídos a partir da cultura.

“No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado [...]” (CASTELLS, 2002, p. 22-23).

Quando esclarece o conceito de significado, Castells (2002) afirma que ela é “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”. No final, o autor sustenta que identidade é a autorrepresentação que cada um constrói para si.

Pensar a respeito da identidade – entendida como autorrepresentação – é fundamental para refletir sobre a vida moderna e, no caso do presente trabalho, como ela interfere na vida das pessoas que moram nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Nova Holanda.

Ainda seguindo os passos de Castells, podemos constatar que toda identidade é construída historicamente, não existindo *a priori*:

“Não é difícil concordar que do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, pela geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva [...], pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2002, p. 23).

Na continuação, o autor afirma que a construção social da identidade é feita dentro de um contexto de relações de poder e que há uma distinção entre três formas: a) identidade legitimadora, construída pelas instituições sociais dominantes que procuram expandir seu domínio sobre os “atores sociais” ao identificá-los com determinadas características e valores; b) identidade de resistência, criada pelos atores sociais em situação de desvantagem e que é desvalorizada pela lógica da dominação; e c) identidade de projeto que acontece quando os atores sociais constroem uma nova identidade para si capaz de redefinir sua posição social. Não temos espaço para explorar mais a fundo cada um dos processos identitários apontados pelo autor, porém o que nos interessa aqui é saber que todas elas, mesmo as identidades que são impostas (“legitimadoras”), são escolhidas e acolhidas pelos indivíduos em seu processo de construção identitária (Castells, 2002).

Bauman (2005) é outro autor que tem se ocupado mais recentemente sobre a questão da identidade. Ele nos apresenta o conceito de “modernidade líquida”, em que, entre outras coisas, há uma fragmentação das identidades e, mesmo em contexto de inseguranças e incertezas, as possibilidades de construí-las e reconstruí-las são cada vez maiores. Suas análises se aproximam, em certa medida, de Giddens (2002) no que se refere aos deslocamentos tempo-espaço que produzem um “desencaixe” que afeta a vida na modernidade e, conseqüentemente, as identidades de sujeitos e grupos sociais.

Todavia, mesmo com perspectivas por vezes diferentes e até divergentes a respeito dos processos identitários, o que aproxima esses autores é a ideia de que as identidades são construídas e que há sempre uma constante tensão entre grupos e indivíduos na luta por sua afirmação. Bauman (2005) assim conclui:

“[...] A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais [...]” (p.21).

Para o presente trabalho, a ideia de autorrepresentação – imposta ou não –, construída em contextos de tensão e que mantém relação estreita com o discurso baseado na memória, está na base do que entendemos por identidade. Isso é fundamental quando pensamos nas identidades das favelas e favelados.

Por outro lado, durante muito tempo o conceito de favela foi usado por diversos pesquisadores, cronistas e jornalistas das mais variadas matizes de pensamento sem que houvesse uma crítica a esse uso ou sobre sua fundamentação teórica e empírica. O último Censo do IBGE (2010) assim definia a favela:

“O setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e

b) possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes – refletidos por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos – e precariedade de serviços públicos essenciais.

Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

a) invasão;

b) loteamento irregular ou clandestino; e

c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente”.

Como se pode observar, essa é uma definição que marca a favela pelo que não tem. A visão sobre ela é sempre negativa e sua marca, sua identidade, é a ausência (SILVA; BARBOSA, 2005). Tal definição foi construída na década de 50 e ainda hoje serve para fundamentar os mais diversos discursos sobre elas. Isso é particularmente importante, pois as políticas públicas, as ações do mercado e da sociedade civil, quando agem sobre as favelas, são informadas e pautadas por esse conceito.

“Como se pode observar, essa é uma definição que marca a favela pelo que não tem. A visão sobre ela é sempre negativa e sua marca, sua identidade, é a ausência (SILVA; BARBOSA, 2005). Tal definição foi construída na década de 50 e ainda hoje serve para fundamentar os mais diversos discursos sobre elas. Isso é particularmente importante, pois as políticas públicas, as ações do mercado e da sociedade civil, quando agem sobre as favelas, são informadas e pautadas por esse conceito”.

Todavia, acreditamos que essa descrição não dá conta da complexidade e da diversidade das favelas. Pelo contrário, acaba estigmatizando esses espaços populares ao não reconhecer uma série de características urbanísticas, sociais e culturais próprias ligadas à vida cotidiana das pessoas. Assim, adotamos no presente trabalho a perspectiva de Silva e Barbosa (2009), que amplia a visão sobre as favelas ao incorporar quatro dimensões da vida:

- “1. Considerando o perfil sociopolítico, a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se faz historicamente recorrente [...]. [...] As favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores.
2. Considerando o perfil socioeconômico, a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego, quando comparadas aos demais bairros da cidade.
3. Considerando o perfil sociourbanístico, a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. [...] A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade.
4. Considerando o perfil sociocultural, a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas” (p. 96-97).

É inegável que a definição acima é mais rica ao afirmar questões que a definição do IBGE não considera e também ao englobar as características das favelas em quatro campos que pensam as

“totalidades” da vida nesse local. Por isso, quando pensamos nas favelas, faremos referência a um fenômeno social bem mais complexo que o termo “aglomerados subnormais” pode encerrar.

Tratar da memória dos moradores da Nova Holanda, portanto, significa muito mais do que apresentar lembranças do passado dessa favela carioca. O que pretendemos, na verdade, é oferecer uma visão da história contada pelos indivíduos que normalmente não têm a oportunidade de fazê-lo.

A OPÇÃO PELA HISTÓRIA ORAL

Tendo a história oral como suporte metodológico, a presente pesquisa foi elaborada a partir da interpretação de narrativas de alguns indivíduos conhecidos como sendo da “velha guarda” da Nova Holanda, que narraram suas experiências de vida, (re)elaborando lembranças, questionando o presente e pensando o futuro da comunidade.

A história oral é um método de análise que se mostra adequado no estudo dessa temática, pois possibilita a reflexão sobre aspectos da fundação da favela, assim como das representações e significados expressos nas experiências e nos modos de vida de seus ocupantes. Permite também pensar sobre processos vividos por esses habitantes da cidade e resgatar experiências sociais que vão dar sentido à Nova Holanda, no ano de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A opção pela realização de depoimentos orais teve ainda a intenção de salvaguardar a memória da comunidade criando fontes primárias de investigação histórica, que passam a fazer parte de um acervo que ficará à disposição de novos pesquisadores para que possam consultá-lo.

Vale ressaltar que a preocupação da história oral não está na reconstrução de um passado fiel e perene – há muito, a história abandonou essa pretensão positivista – e, por isso, trata os depoimentos como recriação de um passado que carrega muito da subjetividade dos indivíduos que rememoram (ALBERTI, 2004). Isso, entretanto, não significa dizer que os depoimentos e testemunhos sejam consi-

derados falsos ou destituídos de credibilidade: o que se tem são interpretações de quem viveu ou testemunhou fatos e que, por uma série de razões, os recriou e interpretou de acordo com interesses e circunstâncias do presente. Esse movimento torna ainda mais ricas as lembranças, as omissões, as distorções e as falhas de memória, pois o que temos é um novo documento construído a partir dos relatos individuais e que, necessariamente e como qualquer fonte histórica, terá de ser confrontado com outras documentações.

Os sujeitos sociais que vivenciam o espaço da Nova Holanda, assim como outros sujeitos históricos, têm a necessidade de elaborar um passado, uma memória, que dê sentido às suas experiências pessoais. Vale frisar que devemos sempre levar em consideração as particularidades das memórias individuais e também a pluralidade dos depoimentos, que podem ser compreendidos como “versões” sobre o passado e o presente, no caso, da Nova Holanda.

A respeito disso, Alessandro Portelli (apud RIBEIRO, 2000, p. 17) comenta que “o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral”. Ele prossegue dizendo que cada indivíduo

“é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos eminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados – talvez quinhentos –, e na afirmação que se segue não há nenhum clichê, representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras” (PORTELLI apud RIBEIRO, 2000, p. 18).

“Cada entrevistado, à sua maneira, com seu jeito de narrar, (re)elaborou suas “tramas” individuais que às vezes se completam, às vezes se contradizem. Essas narrativas nos permitem reconhecer e dimensionar possibilidades históricas diferenciadas, que devem ser problematizadas, visto que cada indivíduo construiu uma trajetória singular nesse espaço”.

Cada entrevistado, à sua maneira, com seu jeito de narrar, (re)elaborou suas “tramas” individuais que às vezes se completam, às vezes se contradizem. Essas narrativas nos permitem reconhecer e dimensionar possibilidades históricas diferenciadas, que devem ser problematizadas, visto que cada indivíduo construiu uma trajetória singular nesse espaço. Mas, conforme salientou Portelli (apud RIBEIRO, 2000), mesmo que a memória seja um processo individual e uma reflexão particular sobre os acontecimentos, os indivíduos são “moldados” pelo ambiente social em que vivem e, assim sendo, trazem dimensões coletivas dessa experiência social vivenciada.

O que esse trabalho com a memória nos ensina, portanto, “não é a importância abstrata do indivíduo, alardeada pelo capitalismo competitivo e liberal, mas a importância idêntica de todos os indivíduos”(PORTELLI apud RIBEIRO, 2000). Desse modo, a memória, ainda que individual, aponta para uma experiência social da coletividade da Nova Holanda.

A utilização de fontes orais nos permitiu conhecer aspectos do cotidiano da Maré sob um ponto de vista do “vivido” e do “individual”, “incorporando assim elementos e perspectivas às vezes

ausentes de outras práticas históricas” (AMADO; FERREIRA, 1996, p. 10-11). O depoimento oral permite o contato direto com o “sujeito” que vivencia e atua diretamente na realidade por nós estudada, bem como permite que as memórias individuais nos digam muito sobre as possibilidades presentes na realidade social mais ampla. Nessa perspectiva, a memória dos moradores da Nova Holanda nos aparece como um campo de afirmação de sua presença, por meio da qual grupos mais antigos reafirmam a ideia de pertencimento ao lugar, legitimando seu espaço na cidade. Recorre-se a uma memória e a um passado comum do grupo que, reelaborados constantemente, dão significado e legitimam essa territorialidade.

Ecléa Bosi (1998), no seu clássico “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, demonstra, “ao descrever a substância social da memória, que a matéria lembrada é tanto individual quanto social”, visto que as memórias individuais reconstituem e redefinem a memória dos grupos dos quais os sujeitos sociais fazem parte. Nesse passado comum em que todos se encontram e se reafirmam de alguma maneira, diferentes versões apresentadas pelas narrativas expressam como cada um se apropriou e se apropria do espaço, atribuindo significados e orientando-se multiplamente enquanto um grupo vivendo e sobrevivendo na cidade do Rio de Janeiro.

Como nos adverte Alessandro Portelli (2000), “na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (apud RIBEIRO, 2000, p. 17). Essa questão apresenta-se mais evidente quando consideramos que o recurso à memória possibilita lidar com “as teias de significação que urdem das vidas dos sujeitos”, assim como permite “descortinar situações conflituosas, discriminações, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais e processos, como o de construção de identidades, uma vez que memória e identidade se encontram imbricadas”.

A memória traz uma dimensão afetiva através da qual relações são entretidas pelos membros do grupo e permeadas pela lembrança de suas origens, da fundação da comunidade e dos avanços e lutas conquistados, o que realimenta um sentido de pertencimento à Nova Holanda. Através de suas lembranças, expressam aspectos desse pertenc-

cimento, que vai sendo reafirmado através das gerações. Como bem aponta Ecléa Bosi (1994) quando se refere ao papel dos “velhos” (recordadores) na sociedade, “a [sua] função social [...] é lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o que está por vir” (p. 60). Nesse sentido, trabalhar com a memória dos moradores mais antigos de Nova Holanda significa apresentar aos mais jovens uma Maré à qual eles não têm acesso.

Desse modo, o presente trabalho procura contribuir para resgatar, registrar e difundir uma parte fundamental da história do Rio de Janeiro que vem sendo relegada há muito tempo, ou seja, a memória dos espaços populares. Outra contribuição do projeto vai no sentido de enfrentar mais um problema: a cada dia essa história se perde, pois não há ainda uma cultura de preservação de documentos, depoimentos, lugares e objetos que sirvam para reconstruir e preservar uma parte importante da história da cidade, como é o caso das favelas.

Reconhecer o que a favela produz em termos de reflexão crítica e reconhecer também a importância de sua história para o conjunto da cidade é fundamental, pois possibilita o seu próprio entendimento. Fazer esse movimento significa pensar que caminhos ela poderá trilhar neste século XXI, a fim de ser mais democrática, plural e justa.

No capítulo que segue, teremos um panorama mais apurado da história do surgimento da favela e discutiremos mais a fundo algumas ações empreendidas pelos agentes públicos, pelo mercado e por instituições da sociedade civil.

02 // RIQUEZA, POBREZA E DESIGUALDADE NA CIDADE CAPITALISTA

O jornal O Globo, em sua edição nº 28.577, publicada em 3 de novembro de 2011, reservou cinco páginas de seu Caderno de Economia (p. 17-21) para apresentar um conjunto de reportagens intitulado “Retratos do Brasil”. Nele, destacou os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro de 2011 (84ª posição) apurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e os analisou, comparando-os a outros índices produzidos pelo mesmo programa (como o da desigualdade, por exemplo, que colocava o Brasil na 97ª posição), bem como aos de outros países.

O jornal destacou ainda na reportagem intitulada “País despenca 13 posições no Índice quando desigualdade é considerada” (CADERNO DE ECONOMIA, p. 18) que o Brasil era a sétima economia do mundo, mas que o brasileiro estava em 84º lugar devido ao alto nível de desigualdade na sociedade brasileira, sobretudo a desigualdade de renda. A mesma reportagem indicava que tal fenômeno não era exclusivamente brasileiro. Também os Estados Unidos, a Coreia do Sul, a China e a Índia caíam diversas posições quando a desigualdade era considerada.

Em outra reportagem anterior, veiculada no Caderno de Economia do Jornal do Brasil e publicada em 11 de abril de 2008, havia um estudo cujo título era: “Lucros de empresas são de R\$ 123 bilhões”. Nessa reportagem, o jornal destacou que a soma dos ganhos líquidos apurados por 257 empresas brasileiras alcançou a cifra de R\$ 123 bilhões, representando um crescimento de 26% em relação ao ano de 2006.

Voltando a uma perspectiva internacional, o mesmo jornal, em 9 de dezembro de 2004, com a reportagem “De cada dez latino-americanos, quatro são favelados”, fez destaque da pobreza da América Latina, ressaltando que, segundo o estudo “Pobreza e precariedade do *habitat* na América Latina” da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), 44% da população da região vivem em favelas. Ainda na mesma data, o periódico também

publicou uma reportagem do jornalista Rafael Rosas sobre a situação dos trabalhadores no mundo. Referindo-se ao Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o repórter informava que 50% dos 2,8 milhões de trabalhadores do mundo ganham menos de dois dólares por dia. Portanto, 1,4 bilhão de pessoas tem ocupação fixa e, ainda assim, vive abaixo da linha da pobreza. Dentro desse universo, 550 milhões têm rendimentos iguais ou inferiores a um dólar por dia. O total de pessoas com ganhos diários iguais ou menores a dois dólares é sete vezes maior que a quantidade de desempregados levantada pela OIT.

Os dados apontados indicam, com bastante clareza, que vivemos em um mundo de contrastes. Por um lado, grandes grupos econômicos concentram a maior parte das riquezas; por outro, parcelas significativas da população mundial são obrigadas a viver em condições indignas. Segundo o mexicano Eduardo Lopes Moreno (2010), as favelas são consequência do modelo de desenvolvimento econômico em que vivemos. Esse modelo gera muitos benefícios para os mais ricos, mas, ao mesmo tempo, deixa grandes setores da população mundial marginalizados no processo. Segundo ele, de cada 100 milhões de habitantes de países em desenvolvimento que moram em cidades, 40% vivem em favelas⁴.

Um pouco antes de Moreno (2010), em um artigo intitulado “Favelas no Rio de Janeiro”, Álvaro Ferreira (2009) chamou a atenção para o fato de haver um crescimento cada vez maior no número de favelas em diversas partes do mundo. Ele apontou que há aproximadamente 200.000 favelas no planeta e 78,2% das populações dos países pobres concentram-se nelas. Ele também apontou dados da Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), de 2002, que afirmavam a existência de mais de um bilhão de pessoas desempregadas ou subempregadas e residentes em favelas.

O autor destaca ainda que, no Rio de Janeiro, em pesquisa divulgada pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em 2009, constatou-se que o crescimento das favelas na metrópole é um fato. Em 2004, havia 750 favelas. No ano de 2009, elas já somavam 968. No entanto, sua ocupação territorial limitava-se a 3,7% do território metropolitano (FERREIRA, 2009, p. 2-14).

4. Dados obtidos no site da Rede Latinoamericana por Ciudades y Territorios Justos, Democráticos y Sustentables. Disponível em <<http://redciudades.net/blog/p=99>>. Acesso em: 5 de novembro de 2011.

Gaudêncio Frigotto (1998), no livro “A educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século”, nos ajuda a compreender esse processo de marginalização ao destacar que a sociedade humana enfrenta uma “verdadeira crise do processo civilizatório”. Segundo ele,

“No plano econômico, o capital [...] rompe com as fronteiras nacionais e globaliza-se de forma violenta e excludente [...], sobretudo o capital financeiro [...] que dilapida os fundos públicos nacionais. [...] Os juros mensais pagos [pelas economias periféricas] equivalem aos juros anuais pagos pelas economias centrais. Estruturam-se, de outra parte, blocos econômicos com poderes assimétricos [...]. A nova base científico-técnica [...] permite que as economias cresçam [ao mesmo tempo em que diminuem] os postos de trabalho. O desemprego estrutural [consequente torna desnecessárias] [...] para a produção multidões de trabalhadores [...], isto significa o aumento da miséria, da fome e da barbárie social. [...] No plano ético-político, [...] a afirmação do ideal neoliberal [...] reafirma a ética utilitarista e individualista do Liberalismo Conservador. Justifica-se a exclusão e a desigualdade como elementos necessários à competitividade” (FRIGOTTO, 1998, p.18).

Frigotto (1998) assinala que a consequência direta dessa situação para a classe trabalhadora é a mudança do enfoque de sua luta. Ela, que sempre lutou pela redução da jornada de trabalho e liberação do tempo livre, atualmente, empenha-se desesperadamente para manter-se empregada. O emprego, por sua vez, passa a exigir de cada trabalhador, individualmente, os investimentos necessários para o desenvolvimento das competências e habilidades nos campos cognitivo, técnico e de gestão, além das necessárias atitudes para a sua aquisição e manutenção. Para aqueles que não se mantiverem “competitivos”, restará uma “existência provisória e sem prazo de duração” (FRIGOTTO, 1998, p. 14), o que, para grande parte da população, ganha concretude nas favelas pelo mundo afora.

Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2005), no livro “Favela: alegria e dor na cidade”, ao tratarem da estereotipia das favelas e seus moradores, enfocam essa questão da individualização e precarização da existência, apontada por Frigotto (1998), quando examinam o papel da mídia na crescente socialização do desejo de consumir produtos específicos e distintivos num contexto em que apenas uma minoria social tem, de fato, acesso a esses produtos. Para eles, ao objetivar a formação do consumidor como um ser carente por natureza, a publicidade edifica um projeto de sociedade no qual a regulação ética, moral, social, econômica e cultural vem do mercado. Nesse mundo, a identidade (e, igualmente, a distinção social) do ser humano deverá ser construída a partir do padrão de consumo de cada indivíduo.

O paradoxo entre a massificação do desejo de consumir, apresentada por esses autores, e as restrições impostas pela reestruturação produtiva mencionada por Frigotto (1998), que implica a chamada existência provisória, resultará no estreitamento progressivo dos tempos e espaços existenciais da maioria da população por meio de dois tipos de práticas sociais: a presentificação e a particularização. Para Silva e Barbosa (2005), este fenômeno afeta o próprio processo de humanização dos indivíduos, pois

“a redução da vida cotidiana ao particular e ao imediato gera, no limite, a diminuição das possibilidades de *humanização*, em uma perspectiva plena e universal. O ser humano presentificado e particularizado, sem noção de passado ou de futuro e voltado à aquisição de bens materiais distintivos, não investe em projetos de longo prazo, como a educação, não desenvolve uma preocupação ambiental e tem como referência fundamental apenas a sua satisfação pessoal – no máximo, a de seu grupo familiar. Nesse processo, há uma progressiva perda do sentido da vida coletiva. Seu corolário é o aumento da intolerância e da sensação de insegurança, além da dificuldade em incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público. Estas posturas tornam-se o alimento de múltiplas formas de violência na cidade [...]. São elas que vão deteriorando o social e piorando cada vez mais a qualidade de vida nas grandes cidades” (p. 61).

As análises de Frigotto (1998) e Silva e Barbosa (2005) nos permitem compreender que, de uma maneira geral, o contraste social a que fizemos referência, bem como a marginalização, a precarização e mesmo a consequente exclusão de grandes parcelas da população têm origem em um processo macro ligado à própria dinâmica do capitalismo, hoje em sua chamada fase neoliberal.

Assim, as crises da ética, da moral e do social, que são frequentemente denunciadas na mídia a cada caso de corrupção (policial, eleitoral, de autoridades governamentais etc.), de comportamento antisocial (como desrespeito ou descaso com o próximo), irresponsável (como a direção perigosa, sob o efeito do álcool, em velocidade indevida etc.) ou mesmo violento (como as agressões e assassinatos cada vez mais comuns), ficam mais inteligíveis. Da mesma maneira, torna-se mais fácil compreender o caráter superficial das abordagens dessas crises feitas pelas autoridades públicas e pela imprensa, já que aproximações mais profundas fazem-se inviáveis pela impossibilidade de se refletir acerca da estrutura sobre a qual a sociedade se assenta.

Entretanto, acreditamos que para pensar o processo de formação histórica e de identidade da Nova Holanda, bem como para compreendermos a sua complexidade, faz-se necessário, igualmente, examinar questões específicas, como, por exemplo, a relação histórica da cidade do Rio de Janeiro com o fenômeno da favela, assunto sobre o qual nos debruçaremos no próximo item.

A RELAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE E DA FAVELA

Consideramos importante a compreensão das relações construídas entre a população pobre do Rio de Janeiro com a cidade ao longo do tempo – em especial as que envolvem as populações residentes nas favelas –, porque, para além da segregação socioespacial constatada no espaço urbano atual, há outras formas segregacionistas praticadas cujos impactos sobre a construção das identidades são contundentes. Podemos citar, a título de exemplo, o conceito carioca de *subúrbio*. Segundo Fernandes (1995), no Rio,

subúrbio é uma representação que sintetiza um discurso ideológico sobre o lugar dos pobres na cidade. Para ele, tal conceito significa o tipo de cidadania reservada para a maioria de sua população, já que há o predomínio da ideia de um espaço subordinado e sem história, sem criação, sem cultura, carente de valores estéticos em seus homens e em sua natureza, além de à margem da participação política e cultural. No máximo, concede-se ao subúrbio o lugar da reprodução.

A partir dessa leitura, pode-se constatar que o padrão de segregação que se reproduz através do conceito carioca de subúrbio reifica o subúrbio enquanto ideologia. Repete-se um dos fundamentos das ideologias: a negação e/ou omissão do processo histórico. É a naturalização do real e sua redução ao presente, quando o passado existe apenas para ratificá-lo (FERNANDES apud FERREIRA, 2009, p. 7).

Essa compreensão de subúrbio de Fernandes (1995) pode ser extensiva à favela, já que, segundo Silva e Barbosa (2005) e Silva (2009), nos respectivos livros “Favela: alegria e dor na cidade” e “O que é favela afinal?”, apesar da enorme pluralidade da favela no que diz respeito a espaço, condições sociais e condições ambientais, dentre outros aspectos, persiste no imaginário da cidade uma visão homogênea caracterizada pela negatividade. Segundo esses autores, historicamente o eixo paradigmático da representação das favelas é a ausência. A favela é apreendida como um “espaço destituído de infraestrutura urbana, miserável, sem ordem, sem lei, sem regras e sem moral” (SILVA; BARBOSA, 2005, p. 24).

Lícia Valladares (2000), no artigo “A gênese da favela carioca”, reconhece nesse fenômeno a construção de uma dualidade que marcará a relação entre a cidade e a favela. Nela, a última “[...]é vista como território máximo da precariedade tanto física quanto social, que se opõe ao restante da cidade, à sua ordem e à sua população” (VALLADARES, 2000, p. 21). Examinar o processo histórico de formação desta relação nos permitirá, portanto, compreender o processo de inserção da Nova Holanda na cidade.

A PRECARIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO URBANA DA POPULAÇÃO POBRE NO RIO DE JANEIRO

Para entendermos em que perspectiva se dá a relação entre a população pobre e a cidade, no Rio de Janeiro, é preciso primeiro considerar que, no âmbito das relações sociais modernas, o valor de troca atribuído à moradia se sobrepõe ao valor de uso associado a essa bem. Tratada como mercadoria, a moradia é posta em circulação associada à outra, a terra, valorizada a partir de beneficiamentos diversos. O acesso a ambas é determinado, então, pelo potencial de compra do consumidor, em primeira instância. Em decorrência disso, as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, bem como as desigualdades que o caracterizam, expressam-se na produção do espaço urbano e geram disputas por sua ocupação e uso.

Sobretudo a partir da configuração do welfare state no período pós-Segunda Guerra Mundial e em consonância com as exigências de reorganização do capitalismo naquele contexto, o Estado passou a exercer papel relevante na mediação de interesses divergentes impressos no território, interferindo ativamente na produção do espaço, apoiando suas ações em dispositivos legais referentes ao acesso, ao uso e à comercialização da habitação e da terra (FERNANDES, 2007).

Segundo Abreu (1987) no Brasil o processo de concentração de renda ocorreu em tal proporção que excluiu do mercado formal grande parte da população, já que o segmento de baixa renda não possuía poder de compra capaz de gerar rentabilidade que interessasse ao setor privado de produção de moradias. Como o Estado brasileiro foi historicamente incapaz de mediar essas disputas de forma a atenuar a desigualdade, as favelas, dentre outras formas de apropriação irregular do solo, constituíram-se como solução de moradia criada por esse segmento da população (ABREU, 1987; ZALUAR; ALVITO, 1999 apud FERNANDES, 2007, p. 3). Fernandes (2007) considera que o déficit de moradia para a população mais pobre acentuou-se de tal maneira que se imprimiu à paisagem dos grandes centros urbanos a imagem incontestável de uma sociedade marcada por contradições socioeconômicas profundas, às vezes considerada à beira do caos social.

Podemos situar o início desse processo segregacionista na segunda metade do século XIX, pois até os primórdios do ciclo do café, no início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro estava confinada ao quadrilátero formado pelos Morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição.

Em 1821, as freguesias urbanas se limitavam a essa área central e alguns tentáculos seguiam as encostas norte e sul do Maciço da Tijuca. Maurício de Abreu (1987) explica que a falta e a precariedade dos meios de transporte não facilitavam a mobilidade dos moradores. Todos, fossem senhores ou escravos, viviam no quadrilátero limitado pelos morros tendo o Campo de Santana como limite ao norte. Como o mar e a baía eram, até então, o principal meio de transporte e o percurso por terra para sair da cidade era cheio de obstáculos, somente aqueles que possuíam seus próprios meios de transporte – montaria e/ou animal de tração, carro de boi ou puxado a burro – é que tinham mais liberdade de se deslocar (ABREU, 1987).

Antônio José Pedral Sampaio Lins (2010) ratifica Abreu (1987) e ajuda a compreender melhor o porquê dessa ausência de crescimento do perímetro urbano, quando diz que

“[...] a mobilidade talvez seja o motivo mais nítido para se entender como a cidade cresceu pouco em sua estrutura urbana nos três primeiros séculos. Numa sociedade escravocrata, que perdurou até final do século XIX, somente os que possuíam seus próprios meios de transporte tinham mobilidade fora do perímetro urbano, que se estendia a poucas quadras, entre a Praça XV e o Campo de Santana. Todas as classes sociais moravam no mesmo território restrito da cidade, fossem escravos, libertos ou senhores e proprietários. As residências urbanas abrigavam sob o mesmo teto os senhores e escravos. Somente após 1850, com a chegada de muitos migrantes atraídos pela expansão econômica gerada pela economia do café e, posteriormente, em cerca de 1870, quando foi inaugurado o serviço de transportes ferroviários de subúrbios, este círculo restrito do perímetro urbano foi rompido” (p.8).

Assim, as freguesias rurais da Glória, Botafogo e Engenho Velho, por serem relativamente próximas ao Centro, mas de difícil acesso, se transformaram em chácaras habitadas por uma elite que começava a abandonar a área central, destinada aos negócios e às habitações populares.

A situação só começou a mudar quando o aterro do mangue de São Diogo, em 1854, permitiu a introdução dos primeiros meios de transporte públicos e possibilitou o uso urbano daquela área, criando a Cidade Nova. Isso melhorou o acesso à freguesia rural do Engenho Velho, permitindo que as primeiras linhas de ônibus de tração animal passassem a fazer a ligação dessa área com o centro da cidade. A elite então se deslocou para a Zona Sul onde passou a construir suas residências de veraneio, que, com o tempo, se transformaram em casa principal. As antigas áreas rurais começaram a ser ocupadas pelas camadas médias, sobretudo com o advento dos bondes (ABREU, 1987, p. 40).

A esse respeito, Lins (2010) destaca que

“[...] em 1859, iniciou-se a operação do primeiro serviço de carris (bondes) com tração animal, que fazia o trajeto entre a Praça Tiradentes e o alto da Tijuca. No ano de 1868, a Cia. Ferrocarril do Jardim Botânico obteve a primeira concessão, ligando a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. Em 1871, o serviço alcançou na direção sul o Jardim Botânico e o Largo das Três Vendas, hoje Praça Santos Dumont. Servia também no percurso os bairros aristocráticos do Catete, Flamengo e Botafogo. O serviço de carris foi estendido em direção aos bairros de subúrbio da Zona Norte, que já eram atendidos pelo trem” (p.3).

Ao mesmo tempo, a área central (freguesias da Candelária e de São José) recebeu melhoramentos e serviços urbanos que permitiram a concentração dos negócios. No seu entorno imediato passaram a morar os mais pobres, aqueles que não possuíam condições de arcar com os custos dos transportes e necessitavam buscar a cada dia o seu sustento no centro da cidade (ABREU, 1987).

Essa tendência segregacionista se consolidou quando, a partir de 1870, iniciou-se um período de aceleração do crescimento demográfico devido, principalmente, à intensa migração de escravos e ex-escravos que começaram a abandonar as fazendas cafeeiras, em processo de decadência, e também à imigração estrangeira, sobretudo portuguesa. Esse afluxo de pessoas deu início à crise habitacional que marcou o Rio de Janeiro por décadas.

A respeito dessa crise, Silva e Barbosa (2005) assinalam que a migração regional e estrangeira inchava a cidade cada vez mais: em apenas 20 anos, entre 1870 e 1890, a população aumentou cerca de 120%. Ribeiro (apud VALLADARES, 2000) ilustra essa situação ao observar um descompasso entre o crescimento anual da população (2,84%) e o crescimento anual na construção de novos domicílios (1%). Segundo o autor, a consequência disso foi o aumento da densidade domiciliar que passou das, já elevadas, 7,3 pessoas por domicílio para 9,8 (1997 apud VALLADARES, 2000, p. 8).

A resposta imediata à crise habitacional foi a subdivisão das habitações e a sua transformação em habitação coletiva: os cortiços, casas de cômodos e estalagens.

A esse respeito, nos fala Chalhoub (1996):

“Nas últimas décadas do Império, os cortiços no Rio de Janeiro já concentravam os pobres da cidade. A proliferação de cortiços estava ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses pobres e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos” (apud SIQUEIRA, 2008, p. 225).

Inicialmente os cortiços surgiram com a subdivisão das antigas casas de famílias abastadas que deixavam o Centro em direção às freguesias periféricas. Num segundo momento, houve uma produção sistemática desse tipo de moradia voltada para a população pobre, objetivando a obtenção de renda através do aluguel de quartos e casas.

Essa produção foi conhecida como pequena produção rentista e era realizada por pequenos comerciantes e proprietários de ter-

renos na área central. Vale lembrar que o grande capital, tanto o nacional quanto o estrangeiro, procurou se reproduzir em grandes obras públicas, comércio, transporte, indústrias ou na concessão de serviços públicos, deixando pouco espaço para o pequeno capital. A este restava a produção de cortiços e estalagens (RIBEIRO, 1997 apud SIMÕES, 2006, p. 75).

Nabil Georges Bonduki (1994) destaca que a estrutura da economia brasileira estava centrada nas atividades agroexportadoras, havendo nas cidades forte predomínio do comércio sobre a produção e ocupando a indústria um papel subordinado e secundário. Dada a reduzida capacidade da indústria absorver novos e crescentes investimentos, o negócio de possuir casas de aluguel era uma segura e excelente forma de rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana. É importante reconhecer que, naquele momento de enorme crescimento das cidades brasileiras, a valorização imobiliária era acentuada e se constituía numa importante opção de investimento para reserva de valor, na ausência de um mercado de capitais (BONDUKI, 1994).

Além disso, muitas vezes havia uma conjunção entre o aluguel de quartos com a compra compulsória, a preços mais altos que os praticados no comércio, no armazém de propriedade dos donos do cortiço, fornecendo a eles uma renda adicional. Embora não haja estatísticas precisas, estima-se que de 10 a 20% da população do Rio de Janeiro morassem em cortiços no final do século XIX (SIMÕES, 2006).

A opção dos pobres pela moradia em cortiços num momento em que a cidade se expandia para as freguesias rurais onde o valor do lote também era bastante baixo é explicada não somente pelo baixo preço do aluguel, mas por um conjunto de fatores articulados. Em primeiro lugar, havia uma grande pressão demográfica, pois a cidade teve um acelerado crescimento populacional devido ao já citado fluxo migratório (migração de escravos libertos oriundos das falidas fazendas de café do Vale do Paraíba e também a grande imigração portuguesa). Esses migrantes formavam um exército industrial de reserva de baixa qualificação e sem garantias de emprego fixo, na medida em que não havia uma economia de base industrial forte o suficiente para absorver tamanho contin-

gente de mão de obra. Essa crescente população necessitava, assim, procurar trabalho diariamente no comércio ou no setor de serviços no centro de negócios. Em segundo lugar, a precariedade dos empregos forçava parcela da população a uma busca diária por trabalho no Centro. A situação tornava-se mais grave, porque o transporte ferroviário era deficiente e com tarifas crescentes de acordo com a distância, anulando, assim, a economia feita com a compra do lote.

O bonde, por sua vez, se dirigia para áreas onde o valor dos terrenos era muito alto para essas pessoas. A procura por moradia próxima ao Centro era muito grande e dava um grande poder aos “corticeiros”, gerando um monopólio de localização que permitia-lhes o uso de expedientes de cobrança bastante rigorosos, que incluía despejos frequentes e garantia um fluxo constante de renda que compensava, e muito, o investimento inicial (RIBEIRO, 1997 apud SIMÕES, 2006, p. 76).

Contudo, esse modelo entrou em crise a partir do combate sistemático às habitações coletivas, intensificado na década de 1890. Esse tipo de moradia era objeto de crítica desde a década de 1870 devido às péssimas condições de higiene e à promiscuidade gerada pelas altas densidades encontradas nelas.

Em 1875, a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro já apontava para a necessidade de reformas na área central. Ela objetivava, sobretudo, melhorar a circulação e as condições de higiene na cidade, o que significava abrir ruas e eliminar o que era considerado foco de doenças, ou seja, os cortiços insalubres (ABREU, 1987 apud SIMÕES, 2006, p. 77).

De fato, a cidade tinha graves problemas urbanos, como a rede insuficiente de água e esgoto, a coleta de lixo precária e os cortiços superpovoados. Tudo isso tornava o ambiente metropolitano favorável à proliferação de epidemias e doenças e rendia ao Rio de Janeiro a fama internacional de “Porto Sujo” e “Cemitério de Europeus” (VENTURELLI, 2007, p.15). Mas a crítica ultrapassava o aspecto sanitário do espaço urbano e se estendia ao aspecto social: particularmente, as moradias dos pobres eram vistas não só como uma ameaça às condições de higiene da cidade, mas também como um antro de vagabundagem, um espaço de transgressões da moralidade e dos costumes, pois seus

moradores eram vistos como vadios e malandros (SIQUEIRA, 2008; VALLADARES, 2000; SILVA; BARBOSA, 2005), constituidores, portanto, de uma verdadeira “classe perigosa”⁵ à sociedade.

A partir dessa percepção, forjou-se um “discurso sanitaria”, através do qual médicos, engenheiros e demais simpatizantes das concepções do Positivismo europeu consideravam as habitações populares um problema, ao mesmo tempo, de higiene, de saúde, de estética e social. Para eles, a cidade era como um corpo humano que apresentava deficiências e necessitava de intervenções para a garantia de sua saúde. Então, defendiam a realização de reformas urbanas que impusessem às habitações, aqui comparadas a células do corpo humano, rigorosas regras de higiene que lhes garantissem arejamento e luminosidade, elementos considerados indispensáveis à saúde de toda a urbe (VALLADARES, 2000).

O discurso sanitaria ganhou força na luta pela extinção dos cortiços sobretudo devido à intensa valorização da área central, onde os negócios passaram a disputar espaço com as habitações coletivas. Sob o véu desse discurso estava a intenção de recuperar o centro da cidade para o uso das elites, tanto como fonte de renda, com a instalação de negócios mais rentáveis e a produção capitalista de prédios destinados a eles, quanto para o lazer e o bem-estar daquela classe.

Com efeito, em 1893, o prefeito Barata Ribeiro, incorporando as teses sanitarias, deu início à luta contra os cortiços no centro da cidade, o que culminou com a demolição do mais famoso da época, o Cabeça de Porco. A partir de então, o combate a essas habitações se intensificou, não somente com demolições sistemáticas, mas também com a elaboração de uma legislação cada vez mais exigente.

A mais significativa das intervenções realizadas pelo poder público foi a “Reforma Passos”, no início do século XX, quando o então Presidente da República, Rodrigues Alves (1902-1906), com o intuito de solucionar o problema das epidemias, da falta de saneamento e de realizar uma reforma urbanística na cidade, deu plenos poderes ao prefeito Pereira Passos (1903-1906) e ao médico sanitaria Oswaldo Cruz para executarem um grande projeto sanitário e urbanístico na cidade do Rio de Janeiro. O projeto se sustentava no tripé: saneamento, abertura de ruas e embelezamento do Centro.

5. A expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingira grandes proporções na Inglaterra. Chalhoub detalhou os significados do termo no Brasil da segunda metade do Oitocentos, tendo ressaltado a indefinição entre as classes pobres e as “classes perigosas” nos discursos de época: “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (1996, p. 22).

Vinte mil pessoas foram desabrigadas pela demolição dos cortiços, ao passo em que ruas e avenidas foram alargadas, terrenos que acumulavam lixo foram transformados em praças e mais de 2.500 casas foram demolidas.

Para essa reforma, o governo destruiu quase todos os cortiços da cidade. Com seu centro revitalizado, o valor do local no mercado imobiliário cresceu (VENTURELLI, 2007, p. 12-13), mas milhares de pessoas ficaram desamparadas no que dizia respeito a uma das necessidades mais elementares: a moradia. Isso porque, segundo Rolnik (1981), nos governos da República Velha (1889-1930),

“o Estado privilegiava a produção privada e recusava a intervenção direta no âmbito da construção de casas para os trabalhadores. Suas iniciativas restringiam-se à repressão, via legislação sanitária e ação policial, e à concessão de isenções fiscais, que beneficiavam basicamente os proprietários de casas de locação, ampliando sua rentabilidade. Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias e, tampouco, a sociedade lhe atribuía esta função” (apud BONDUKI, 1994, p. 2).

O significado concreto foi que, do ponto de vista de um direito social como a habitação, a República não apenas expulsou os pobres da cidade, como não garantiu qualquer outra opção, nem mesmo o subúrbio ferroviário da metrópole, pois as medidas do prefeito Pereira Passos não se limitaram à demolição dos cortiços. Através do Decreto 39, de 10 de fevereiro de 1903, ele criou uma série de normas para construção que dificultava ainda mais a edificação de habitações populares nos subúrbios. Como consequência, junto à eliminação das condições de permanência de habitação popular que antes prevalecia no centro antigo, houve a dispersão do contingente populacional pobre para áreas adjacentes, desprovidas de valor comercial, como os morros, beiras de rios e lagoas e/ou as periferias, onde ficou sujeito a inundações, deslizamentos, a doenças decorrentes da falta de saneamento e a outros fatores que precarizaram ainda mais a vida (FERREIRA, 2009).

Maricato (2000, apud Lins, 2010) explica esse fenômeno de precarização e periferação urbana da população pobre no Brasil como fruto de uma “industrialização com baixos salários” e “mercado residencial restrito”, em que o custo da “mercadoria-habitação” não era levado em consideração. Para a autora, essa foi a “estratégia das elites urbanas brasileiras de produzir um cenário de modernidade em uma ilha cercada de não cidade”. Nessa modelo, a ocupação ilegal da terra urbana não só é permitida como também é incentivada, pois o custo da reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria-habitação, fixado pelo mercado privado. Segundo ela, admitia-se o “direito à invasão, mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2000 apud LINS, 2010, p. 8-9).

Sob essa perspectiva apresentada por Maricato (2000 apud LINS, 2010), podemos compreender melhor quando Álvaro Ferreira (2009), no trabalho “Favelas no Rio de Janeiro”, constata que o Estado incentivou a promoção de loteamentos irregulares, associados à autoconstrução na Baixada Fluminense – fator que contribuiu para o processo de periferação a que fizemos referência.

Também passa a fazer maior sentido a tolerância inicial do Estado ao fenômeno da favela, indicado por Silva e Barbosa (2005). Para esses autores, “as favelas eram permitidas pelo poder estatal, desde que permanecessem invisíveis” (SILVA; BARBOSA, 2005, p. 17).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, encontramos no trabalho de Valladares (2000) uma relação direta das ações governamentais com a formação das favelas. A autora observa que alguns estudiosos, como Vaz (1994), Benchimol (1982), Rocha (1986) e Carvalho (1986) dentre outros, estabelecem uma relação direta entre o “Bota-abaixo” do cortiço Cabeça de Porco e o desenvolvimento inicial do Morro da Providência, depois conhecido como “Morro da Favella”, pois, durante a destruição do cortiço, o prefeito Barata Ribeiro havia permitido a retirada de madeiras que poderiam ser aproveitadas em outras construções naquela localidade (VALLADARES, 2000).

Por último, é significativo que soldados do exército brasileiro que, sabidamente, estão submetidos, até os dias atuais, a uma rigorosa regulamentação disciplinar tanto no que diz respeito à sua vida militar quanto civil⁶, tenham ocupado os Morros da Providên-

6. O Decreto número 4.346, de 26 de agosto de 2002 do governo federal que aprova o Regulamento Disciplinar do Exército, no capítulo IV, ao tratar do comportamento militar, em seu 51o artigo, define que o comportamento militar da praça abrange o seu procedimento civil e militar, sob o ponto de vista disciplinar. No anexo I, que lista as transgressões, há o destaque [no item 42] para que é transgressão frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe (como o Morro da Favella, por exemplo). Os itens 82 e 85 também caracterizam como transgressão, respectivamente: desrespeitar regras de trânsito, medidas gerais de ordem policial, judicial ou administrativa (como, por exemplo, ocupar terreno alheio ilegalmente) e desrespeitar, em público, as convenções sociais (algo comum ao morro, segundo os jornais da época).

cia – que, por sua influência, passou a chamar-se Morro da Favella – e de Santo Antônio (VALLADARES, 2000) e por lá tenham ficado sem que o governo federal criasse qualquer impedimento significativo. Infere-se, portanto, que, na prática, as autoridades públicas admitiam a favela e a periferização como respostas à necessidade de habitação das camadas populares.

No entanto, para nosso entendimento sobre a participação do Estado nesse processo que segregou e precarizou a vida da população pobre, é preciso considerar mais do que a questão do custo da mão de obra na atividade produtiva. Não podemos ignorar as expectativas de lucros que se encontravam na base dos interesses que forjaram a aliança entre o capital externo, o capital imobiliário, o capital fundiário e o Estado. Segundo Elizabeth Cardoso, (1986) essa aliança fica mais visível quando se examina a constituição das Empresas de Construções Civas:

“Eram seus acionistas vários proprietários de terras em Copacabana, vários bancos – Banco Luso-Brasileiro, Banco Brasil e Norte América, Banco Construtor do Brasil e Banco de Crédito Rural e Internacional –, pelo menos uma empresa do setor industrial, a Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, empresas comerciais, entre elas uma de exportação de café, outras empresas imobiliárias, como a Empresa de Obras Públicas no Brasil, que foi a maior acionista, e a própria *Botanical Garden* [...]. Participaram também da Empresa de Construções Civas um ex-Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dois prefeitos da cidade, dentre eles Carlos Sampayo, que também era proprietário fundiário em Copacabana” (CARDOSO, 1986 apud FERREIRA, 2009, p. 4).

Podemos perceber os diversos interesses que integravam essa sociedade, ao examinarmos a origem dos seus sócios: são proprietários fundiários, promotores imobiliários, bancos, empresas comerciais e industriais e, ainda, o Estado.

Foi essa aliança a grande responsável pela conformação do espaço urbano em favor da valorização fundiária e mobiliária, o que, como vimos, implicou o processo de exclusão da população pobre das áreas centrais (CARDOSO, 1986 apud FERREIRA, 2009), bem como a precarização de suas vidas.

O resultado dessa aliança foi uma parceria denominada por Simões (2006) como “Modelo de Financiamento Seletivo.” Ela se processava quando o empresário se apropriava das terras onde percorreriam as futuras linhas de bonde; o Estado fazia o investimento na infraestrutura necessária aos futuros loteamentos e promovia a concessão da linha de bonde; em seguida, os empresários criavam os loteamentos voltados para as classes mais abastadas, oferecendo-lhes moradias com melhor qualidade de vida.

Esse modelo instalou-se e consolidou-se no Rio de Janeiro no momento em que a cidade teve seu crescimento demográfico ainda mais acelerado e necessitou expandir-se territorialmente. Como ele não representava uma alternativa aos pobres expulsos da área central em virtude das reformas urbanas, a periferia e a favela se apresentaram como possibilidades.

No caso da periferia, havia uma crise econômica que tornava suas terras disponíveis ao loteamento. Além disso, a ferrovia, gradativamente, viabilizava sua ocupação, tornando-se um importante eixo na expansão territorial da população pobre. Entretanto, o loteamento e a autoconstrução, feitos sem qualquer norma ou planejamento prévio por parte do poder público, comprometiam a qualidade de vida de seus moradores, principalmente, devido à falta de infraestrutura mínima (SIMÕES, 2006; MONTEIRO, 2005; CARDOSO, 1998). Além disso, o posterior abandono da infraestrutura de transporte por parte do Estado devido à ausência de uma política pública para o setor, acabou por dificultar a mobilidade daqueles que foram morar nos loteamentos dessa periferia (LINS, 2010).

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa (2010), no texto “A precariedade na periferia do capitalismo”, nos apresenta uma boa síntese do significado dessa alternativa para a população pobre:

“A rota do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, expandindo as fronteiras de moradia de seus trabalhadores, abria terreno para a vertente do capital imobiliário, voltado para o segmento popular [...] na Baixada Fluminense, conforme iam se alargando as vias de transporte. Mas a marca desses loteamentos populares era também a da irregularidade e a ocupação através da autoconstrução provocou a precariedade com a desordenada formação do território, sem estrutura de saneamento e sem equipamentos urbanos essenciais” (BARBOSA, 2010, p. 52).

No caso das favelas que começam a surgir nas encostas dos morros na área central e na Zona Sul, como nos aponta Venturelli (2007, p. 14), a proximidade do local de trabalho foi um importante fator a ser considerado quando da decisão do morador em se fixar em determinada localidade.

Além disso, Ferreira (2009) nos lembra que o transporte era também precário, o que certamente contribuiu para a decisão dessa “força de trabalho” de buscar “viabilizar” sua residência próximo ao local em que trabalhava ou pretendia trabalhar.

Outro fator merecedor de registro, pois atua no processo de dinamização da favela enquanto realidade social e que também está vinculado à transformação urbana deflagrada no final do século XIX, foi a própria “Indústria da Construção Civil” mobilizada durante as reformas e a expansão urbana. Segundo Ferreira (2009), as obras de demolição, reformas e expansão da cidade demandavam grande quantidade de mão de obra. Durante sua realização, os canteiros de obras, além de serem os locais do trabalho dos operários, também os acolhiam como moradias. Entretanto, quando a construção terminava e os trabalhadores não encontravam imediata colocação em outra construção, precisavam acomodar-se em moradias próximas àqueles locais à espera das novas oportunidades que ocorreriam. Com isso, engrossavam as favelas já existentes ou formavam outras, sempre acompanhando o eixo de expansão da metrópole carioca (FERREIRA, 2009).

Um exemplo desse fenômeno nos é dado por Silva e Barbosa (2005) quando falam de uma das primeiras favelas surgidas na Ti-

“É importante registrar que a favela emergiu como fenômeno social relevante a partir do surgimento do Morro da Favella em 1897. Porém ela não era inédita na paisagem do Rio de Janeiro”.

juca, a Arrelia. Os autores sugerem que, viabilizada pela expansão urbana que acompanhou os trilhos dos bondes, uma parte da classe média urbana que se formara se estabelecera naquela região, demandando serviços que justificaram a criação daquela favela.

O fato é que, seja por questões de precariedade ou transitoriedade de emprego, seja por questões políticas do Estado, seja por interesses econômicos associados aos diferentes capitais ou mesmo por falta de opções, a favela tornou-se uma realidade para o Rio de Janeiro quando, ignorando a crise habitacional que se instalara, iniciou-se a eliminação dos cortiços e se restringiu ainda mais as possibilidades de moradias para as populações pobres.

O NASCIMENTO DA FAVELA

É importante registrar que a favela emergiu como fenômeno social relevante a partir do surgimento do Morro da Favella em 1897. Porém ela não era inédita na paisagem do Rio de Janeiro. Segundo Maurício Abreu, os barracões situados em morros não eram raros na paisagem carioca do século XIX. Alguns relatórios de 1865 já citavam essas habitações: dispersas e pouco numerosas, no entanto, não se destacavam na paisagem urbana da época (1994 apud SILVA; BARBOSA, 2005, p. 25). Venturelli (2007) também identifica registros que demonstram a existência de casebres construídos em

encostas, como no Morro de Santo Antônio, demolido na década de 50, localizado atrás do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, e o Morro do Castelo também no Centro. Também Valladares (2000) identifica a Quinta do Caju, a Mangueira — que não corresponde à atual e muito conhecida Favela da Mangueira — e a Serra Morena como favelas anteriores ao Morro da Favella, já que o início da ocupação de tais áreas remontam a 1881.

Porém, todos os autores concordam que é a partir do Morro da Favella que essa forma de habitação tornou-se uma solução relevante para o problema de moradia das camadas populares ou, como nos falam Silva e Barbosa (2005),

“[...] o ano de 1897, quando do surgimento do Morro da Favella, passa a ser reconhecido como um marco que situa essa forma específica de ocupação dos morros cariocas, especialmente quanto à tendência à densidade ocupacional e às casas construídas por seus próprios donos” (p.25).

Entretanto, os autores lembram que tal período, na verdade, assinalava também o momento em que a favela começou a ser percebida como um problema higiênico, estético e populacional pelas autoridades e grupos dominantes da cidade do Rio de Janeiro.

Foi, portanto, a partir de seu surgimento, em 1897, que se começou a generalizar na imprensa a associação do termo “favela” à imagem de “perigo” e de “desordem”. Com o passar do tempo, gradativamente, a sua imagem de “terra sem lei” acabou por refletir-se também em outros espaços populares da cidade com paisagens semelhantes (SILVA; BARBOSA, 2005).

De fato, a rápida expansão das favelas pela cidade deflagrou um processo progressivo em que a preocupação com os cortiços, presente no imaginário dos setores dominantes, deu lugar a uma preocupação com elas, como atestam Valladares (2000) e Silva e Barbosa (2005) respectivamente:

“[...] Somente após ferrenha campanha contra o cortiço, as atenções começam a se voltar para esse novo espaço geográfico e social que vai despontando, gradativamente, como o mais recente território da pobreza” (VALLADARES, 2000, p.4).

“No processo de irrupção e difusão das favelas pela cidade, elas passarão a ocupar, de forma progressiva, o lugar antes tomado pelos cortiços na paisagem urbana e no imaginário dos setores dominantes” (SILVA E BARBOSA, 2005, p.29).

Com efeito, a favela começou a ser incorporada ao imaginário da cidade, revestindo-se de estereótipos como “outra cidade” ou “terra sem lei”. Silva e Barbosa (2005) nos lembram que uma grande colaboração para a construção desse estigma foi o fato de a lei da época classificar de vagabundo todo aquele que não tivesse domicílio, o que incluía, é claro, os moradores das favelas, pois suas casas não eram consideradas residências fixas, mas, sim, de caráter provisório.

Como vimos no capítulo anterior devemos lembrar que, além dos escritos dos jornalistas e da legislação, também contribuiu para a estigmatização a voz de médicos e engenheiros que manifestavam suas preocupações com o futuro da cidade e da população. Valladares (2000) lembra que tais profissionais eram fortemente influenciados pela concepção positivista de ciência e, portanto, não se preocupavam apenas com problemas de ordem técnica. Eles eram também atraídos pelo desejo de entender e, sobretudo, explicar os problemas sociais.

É sob esse contexto que, no ano de 1905, em meio à Reforma Pereira Passos, podemos entender a criação, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. J. J. Seabra, da Comissão para dar parecer sobre o problema das habitações populares. O engenheiro civil Everardo Backheuser, escalado na comissão para tratar do aspecto “technicosanitário”, produziu um relatório que, além de denunciar as já conhecidas precariedades nas condições de habitabilidade dos cortiços, também fazia referência às habitações e às populações atraídas para o morro. É significativo que, já nesse período, a favela tenha sido incluída no rol das habitações anti-higiênicas sobre as quais urgia uma intervenção.

Relembrando o discurso sanitário ao qual já fizemos referência, precisamos compreender que propor uma intervenção era a forma dos engenheiros – coniventes com o discurso sanitário dos médicos de que o meio era a fonte direta dos males no que dizia respeito ao estado físico e moral dos homens – assumirem-se como “os médicos da cidade” e, munindo-se da “ciência”, identificar os “melhoramentos” que poderiam garantir o seu bom funcionamento. Logo, se reconheciam a favela como a expressão da enfermidade da cidade, fazia-se necessário intervir sobre ela com o propósito de garantir a saúde do “organismo social” – a urbe.

É a partir daí que a dualidade cidade/favela teve sua gênese. Iniciou-se nesse período a ideia de que a favela é um território onde prevalece a máxima precariedade, tanto física quanto social do homem, o que a põe em franca oposição ao restante da cidade, tanto em relação à sua ordem quanto à sua população.

Consequentemente, no início do século, o Morro da Favella não apenas concentrou todas as atenções da sociedade como também despertou a iniciativa das autoridades públicas que o sanaram no ano de 1907, em uma campanha liderada por Osvaldo Cruz (VALLADARES, 2000).

Além disso, a dualidade a que Valladares (2000) faz referência acompanhou a relação entre a favela e a cidade até os dias atuais. É digno de nota, por exemplo, a campanha que Mattos Pimenta⁷ realizou nos anos de 1926 e 1927 junto à imprensa carioca e aos poderes públicos: foi a primeira grande campanha contra a favela em nome do projeto maior de remodelação do Rio de Janeiro.

Mais que qualquer outro personagem do seu tempo, Mattos Pimenta sinalizou a transformação da favela em problema com uma denúncia que combinava o discurso sanitário com o reformismo progressista e o pensamento urbanístico em ascensão. O carro-chefe da bem estruturada campanha que durante dois anos ocupou os principais jornais da cidade foi a imagem da favela como “lepra da estética”. Outros já haviam denunciado a favela como espaço anti-higiênico, insalubre, local de concentração dos pobres

7. João Augusto de Mattos Pimenta, um rotariano ilustre e viajado, ora apresentado como médico sanitário, ora tido como engenheiro e jornalista, segundo Valladares (2000), foi um personagem importante do meio empresarial carioca no final dos anos 20, ligado à corretagem de imóveis.

perigosos, área sem lei etc., mas Mattos Pimenta retomou esse discurso, inserindo-o sobre a bandeira do nascente Urbanismo.

Porém, diferindo das iniciativas reformistas de Barata Ribeiro e Pereira Passos, Pimenta preocupava-se com o destino da população moradora das favelas daquele período. Ele acreditava que a solução passava pela substituição das moradias precárias pela construção de conjuntos de prédios, financiados pelo Estado, porém pagos pelos próprios moradores. Previa, inclusive, uma remuneração de 9% sobre o capital investido, pois acreditava que muitos moradores tinham condições de pagar, já que viviam pagando aluguel na própria favela em que moravam (VALLADARES, 2000).

Essa dualidade entre favela e a cidade, presente na campanha de Mattos Pimenta, ganhou dimensão oficial quando o prefeito Antônio Prado Junior decidiu-se pela realização de uma nova “intervenção” na cidade no final da década de 1920. Para a realização do Plano de Remodelação da Cidade do Rio de Janeiro, o prefeito escolheu o urbanista francês Alfred Hubert Donat Agache que, segundo Lícia Valladares (2000), incorporou muitas das proposições de Mattos Pimenta ao projeto que ficou conhecido como Plano Agache.

Agache foi um dos primeiros a perceber que havia elementos exteriores à pobreza que também podiam explicar a ida de pessoas para a favela. Ele identificou, por exemplo, os obstáculos representados pelos trâmites burocráticos vinculados à atividade de construção e a própria atitude omissa dos poderes públicos e da administração municipal no que dizia respeito à habitação popular e aos pobres. Para Valladares (2000), isso foi, sem dúvida, um avanço, porém, de uma maneira geral, o urbanista endossou a ideia pré-existente de que a favela representava um sério problema, “não só do ponto de vista da ordem social e da segurança, como também sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética”. Como solução para o problema, reiterou a proposta de Mattos Pimenta e propôs no seu Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento que fossem construídas habitações adequadas à sua população:

“A medida que as villas-jardins operarias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo número de habitações simples e econômicas, porém higienicas e praticas, para a transferência dos habitantes da favella. [O urbanista temia que] se fossem simplesmente expulsos, se instalariam alhures nas mesmas condições” (AGACHE, 1930 apud VALLADARES, 2000, p. 13).

Como Agache considerava a população de moradores da favela “meio nomada e avêssa a toda e qualquer regra de hygiene”, acreditava que seria preciso, além da providência dos “imóveis salubres a um preço módico, o emprego do poder público para impedir que a favela continuasse a se constituir como “opção” (AGACHE, 1930 apud VALLADARES, 2000, p. 14). Assim, Agache incluía, entre as suas proposições, a necessidade de “civilizar” o favelado, valendo-se, para isso, dos recursos coercitivos do Estado, se necessários.

A esse respeito, nos falam Cardoso (2002) e Silva e Barbosa (2005), respectivamente:

“O plano oficializou a separação das diferentes áreas no espaço urbano destinadas para moradia, comércio ou indústrias e condenou as favelas à erradicação. Neste último aspecto, acompanhou as opiniões que eram difundidas na época, pois os planos e regulamentos urbanísticos as colocavam fora da legalidade urbana, recomendando a sua remoção, sob argumentos inspirados, principalmente, no sanitarismo, mas que também incluíam aspectos funcionais e estéticos” (CARDOSO apud VENTURELLI, p. 18).

“A população das favelas e o operariado deveriam ser removidos para casas e edifícios coletivos, especialmente instalados próximos às zonas industriais, nos subúrbios. A nova ordenação do território visava a separar as classes sociais e fixava permanentemente o lugar do pobre, ao mesmo tempo em que também

buscava ‘civilizá-lo’ [...]. Nesse sentido, o Plano Agache reconhecia os problemas das classes populares, o que não era comum na época. Mas o discurso ainda se baseava nas concepções higienistas e, sendo assim, a necessidade não era apenas garantir melhor fluidez ao ‘organismo urbano’, mas também proporcionar uma pedagogia civilizatória por meio das novas delimitações territoriais” (SILVA E BARBOSA, 2005, p.33).

A partir de então, as favelas caíram definitivamente na ilegalidade e seus moradores, antes já associados aos estereótipos de “vagabundo” e “criminoso”, passaram também a ser relacionados com o de “não civilizado” ou, como ainda hoje é veiculado no imaginário social, “mal-educado”.

O Plano Agache não chegou a ser posto em prática, pois foi “atropelado” pela Revolução de 1930 que, ao conduzir o bloco agrário-industrial ao poder, promoveu mudanças estruturais que enfraqueceram e superaram a ordem tradicional apoiada no antigo bloco agrário-exportador. Com isso, o plano perdeu a base política que o sustentava.

Para a garantia desse novo bloco econômico no poder, o regime nascido em 1930 necessitou de uma nova base de sustentação política, o que se deu através da incorporação de novos setores sociais emergentes – dentre os quais se incluíam as massas populares urbanas, que foram fundamentais ao processo de legitimidade do novo Estado brasileiro (WEFFORT, 1980 apud SIQUEIRA, 2008, p. 10). Ou como nos fala Bonduki (1994):

“[...] a partir da revolução de 30, Vargas teve de estabelecer uma solução de compromisso de novo tipo, já que nenhum dos grupos participantes do poder – classes médias, tenentes, oligarquias periféricas etc. – podia oferecer as bases de legitimidade do Estado. Surge assim na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas, que passam a garantir a legitimidade ao novo Estado brasileiro [...]” (p.6).

A política social de Vargas, portanto, precisou incorporar ações dirigidas à necessidade dos trabalhadores, uma exigência para firmar a solução de compromisso com as massas. Como a grande maioria dos pobres padecia diante da crônica crise habitacional existente, a questão da habitação para as classes trabalhadoras despontou como uma nova demanda social e as soluções para o “problema da favela”, preconizadas por Agache, não encontravam mais o respaldo político necessário.

Essa mudança significativa na postura do governo em relação aos setores populares é sintetizada por Silva e Barbosa (2005) quando dizem que:

“[Na] década de 1930 [...], [o] regime autoritário populista será o mote principal [...] uma nova postura do governo em relação aos setores populares [...], pois a política industrialista e urbanizadora via um trato com os pobres uma de suas bases de sustentação [...]. [...] Pela primeira vez, as favelas são incluídas no plano das intervenções do poder público [...]. [...] Afirmou-se um discurso estatal centrado na necessidade de melhorar as condições de vida dos favelados, oferecendo-lhes moradias dignas, higiênicas e, ao mesmo tempo, uma educação ‘civilizadora’” (p.35).

Ainda assim, o Plano Agache teve algum impacto sobre a cidade, pois algumas obras, como a abertura, pavimentação e melhoria de ruas e avenidas, foram realizadas, o que acabou por retirar mais gente pobre da área central da cidade e, conseqüentemente, incrementar ainda mais a referida crise habitacional, da qual, como vimos, a favela foi um desdobramento.

Porém, se a Revolução de 1930 deixou o Plano Agache sem o necessário respaldo para continuar, o debate sobre o que fazer com a favela não só permaneceu como passou a exigir maior atenção, pois as mudanças de direção na economia e na política brasileiras, como dito, também intensificaram o fluxo migratório em direção às cidades.

As pessoas eram atraídas pelo desenvolvimento industrial e urbano que se processava, com destaque para o desenvolvimento da construção civil, que criou uma espécie de “eldorado” para trabalhadores pouco qualificados, e a promessa de uma vida melhor, diferente daquela que levavam até então. Pois, como aponta Oliveira (2009), enquanto se dava o aprofundamento do processo de industrialização nas metrópoles brasileiras do Sudeste, permanecia uma estrutura econômica e fundiária obsoleta nos campos. No caso do interior do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a decadência da cultura cafeeira acabou com o dinamismo das economias locais, limitando as perspectivas de suas populações. Conseqüentemente, houve uma grande migração para a metrópole carioca. Essa migração, tanto a do próprio interior do estado quanto aquela de caráter mais nacional, se constituiu em mais um importante elemento de pressão sobre a questão das moradias para a população pobre no Rio de Janeiro. Como conseqüência, a crise habitacional foi ainda mais intensa e o fenômeno da periferização e precarização das populações pobres metropolitanas das décadas anteriores se aprofundou.

Seu desdobramento foi o maior crescimento das favelas no período pós-1930 e, como resultado, o aumento das reclamações da elite carioca, fundamentadas então pelo discurso urbanista. A resposta governamental se deu em 1937 com o Código de Obras, que reuniu as regras para as construções e a ocupação da cidade.

Em seu capítulo XV, ao tratar da necessidade da erradicação das “habitações anti-higiênicas”, tal código destaca, na seção II, as favelas, definidas como “conglomerados de dois ou mais casebres, regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados”. A nova regra previa a extinção e a proibição de formação de novas favelas, substituindo-as por “núcleos de habitação de tipo mínimo” a serem providenciados pela prefeitura. Ela também previa a aplicação de multa em dobro quando fosse verificada a “exploração de favela” pela cobrança de aluguel, pois já era sabido que muitos de seus moradores eram locatários e a favela era a única que ainda detinha preços acessíveis à população de baixa renda. Isso porque, apesar das suas condições precárias, sua localização em áreas centrais da cidade a reforçava como uma solução mais viável para a questão da habitação popular, justificando a despesa.

O Código de Obras de 1937 é o primeiro documento a reconhecer oficialmente a favela como um tema relevante para o planejamento da cidade. Entretanto, não é a preocupação com as condições de vida de sua população que orientará sua perspectiva, mas, sim, a velha percepção de um incômodo que precisa ser contido e eliminado da cidade (SOUZA SILVA, 1995; VALLADARES, 2000; VENTURELLI, 2007). Porém, dada a nova conjuntura política, não se pretendeu, como nas outras ocasiões, deixar seus moradores à própria sorte. A proposta do documento era a eliminação das favelas, porém com a sua substituição por núcleos de habitação do tipo mínimo.

A efetivação do preconizado pelo Código de Obras se deu sob a gestão de Henrique de Toledo Dodsworth, interventor que foi prefeito do Distrito Federal (1937-1945) e realizou um estudo sobre a realidade das favelas, cujo resultado foi o projeto de criação dos Parques Proletários, em 1941.

Permaneceu no projeto de saneamento de Dodsworth a velha ideia higienista de que as favelas eram uma ameaça à saúde pública e, portanto, deveriam ser eliminadas. Entretanto, como parte de sua política de aproximação e cooptação das classes trabalhadoras, o plano propunha a construção de Parques Proletários Provisórios (PPPs). O projeto, que representou a primeira tentativa de uma política habitacional de caráter popular, consistia na remoção das populações das favelas para alojamentos provisórios, enquanto no local seriam construídas casas definitivas de alvenaria para as quais esses moradores voltariam após o processo educativo e “civilizador” pelo qual passariam nos referidos Parques Proletários.

Nele, como destacam Silva e Barbosa (2005), o governo continuava a valer-se da visão higienista para a justificação e legitimação das intervenções públicas, porém, dessa vez, a preocupação com a ordenação da cidade deslocava-se do espaço urbano para os grupos sociais em si e seu espaço cotidiano. Sob essa perspectiva, caracterizava o morador da favela como um sujeito passivo, necessitado da ajuda governamental e que devia ser submetido a uma “pedagogia civilizatória” (SILVA; BARBOSA, 2005).

O mesmo é entendido por Burgos (2006):

“O conjunto de propostas formulado para a cidade do Rio de Janeiro até a década de 1940 deu origem aos Parques Proletários, cuja construção vinha atrelada a uma postura ‘civilizatória’, pois os habitantes das favelas não eram identificados como cidadãos, e sim como ‘almas’ necessitadas de uma pedagogia que os civilizasse” (apud FERNANDES; COSTA, 2010, p. 5).

Os “agentes civilizadores”, segundo Valladares (2000), seriam os assistentes sociais. Para a autora, é nesse período que a assistência social aos pobres deixou de ter um caráter exclusivamente privado e religioso para se tornar também uma função do Estado. Os assistentes sociais, a partir de então presentes nas favelas de forma contínua, funcionaram como a mão direita da administração municipal na gestão da pobreza. Entre a proteção social e o controle dos pobres, eles foram os agentes educadores que não apenas deveriam estimular bons hábitos, mas igualmente fornecer-lhes os elementos necessários à promoção social. Portanto, eram uma presença garantida nos Parques Proletários.

Em maio de 1942, foi inaugurado o primeiro Parque Proletário, na Gávea, composto de 550 casas – além de mais 150 em construção – e que chegou a abrigar 6.000 moradores. No mesmo ano, também foi inaugurado o Parque Proletário do Caju, um pouco menor, com cerca de 1.400 moradores, e o Parque Proletário do Leblon (Praia do Pinto).

As casas eram feitas de madeira, cobertas com telha e divididas em blocos, não eram equipadas com cozinha, nem instalações sanitárias ou rede de esgoto, somente uma bica d’água. Além disso, os banheiros e tanques eram de uso coletivo. Somando-se ao conjunto de casas, havia uma escola, uma clínica médica, uma creche, um mercado, uma escola técnica, uma cantina para desempregados e um posto de bombeiros. Também fazia parte do projeto a construção de uma igreja, um centro de assistência, um clube de malha, uma escola de educação física,

um lactário e um posto policial (SILVA; BARBOSA, 2005; VENTURELLI, 2007). Antes da mudança, os moradores a serem removidos eram obrigados a assinar um documento se comprometendo a respeitar as regras rígidas de convivência do local.

Não restam dúvidas que o programa de construção de Parques Proletários não tinha como objetivo a melhoria da moradia da população favelada, mas, sim, realizar uma reforma estética na cidade, mantendo sob o controle do Estado, através de regras rígidas, essa parcela da população. Ele pretendia também resgatar lotes localizados em áreas nobres da cidade, visto que os Parques, apesar de terem sido construídos em áreas da Zona Sul e do Centro, não eram tão extensos quanto as antigas favelas e também não provocavam grande desvalorização do local, por se tratarem de uma construção planejada e legalizada (VENTURELLI, 2007).

Por outro lado, os Parques Proletários permitiram, do ponto de vista das relações entre moradores de espaços populares e poder estatal, um tipo de contato que até então não existia entre esses agentes, simbolizando um ganho. Entretanto, o autoritarismo, a pedagogia civilizatória e a precariedade das instalações tornavam os Parques Proletários lugares desinteressantes para aquelas famílias, sujeitas à perda total de suas moradias originais (SILVA; BARBOSA, 2005).

O caráter provisório dos Parques, como era de se esperar, acabou tornando-se permanente, pois o projeto original, que previa a volta ao terreno anteriormente ocupado, não se efetivou. Sendo assim, os moradores permaneceram no local para onde foram removidos. Com o tempo e a falta de acompanhamento por parte do Estado, os Parques se tornaram novas favelas.

Despertados pela intervenção do poder público e ante a ameaça de perderem suas casas e suas redes sociais pelo deslocamento forçado, os moradores das favelas começaram a se constituir em “agentes políticos” mais atuantes. Assim, passaram a se organizar e a criar, a partir de 1945, as primeiras comissões de moradores de favela como forma de resistência à política remocionista da prefeitura. De acordo com Reis (2009):

“Em contrapartida à política remocionista, os moradores de favelas se associam e fundam as primeiras Comissões de Moradores. No ano de 1945 são criadas Comissões de Moradores das Favelas Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia [...]. A política remocionista fortaleceu a identidade de favelado, uma vez que tal processo ocorre de maneira análoga ao surgimento do associativismo comunitário” (p. 3).

A essa resistência somou-se a nova conjuntura política decorrente do fim da Era Vargas em 1945 e, com isso, a experiência dos Parques Proletários foi encerrada. Se, por um lado, ela não produziu a equação definitiva para a questão favela, por outro, ao menos apresentou aos seus moradores, até então marginalizados, a possibilidade da interlocução com poder público, e fazendo-os formular sua própria pauta de interesses. A experiência dos Parques Proletários, dessa forma, acabou contribuindo para a organização social.

A partir de então, com a intensificação da vida democrática no país, ocorreu uma mudança nas orientações políticas acerca das favelas e a proposta das remoções, de forma geral, passou a não ser mais apontada como solução. Naquele momento, apesar da Constituição Federal de 1946 manter a restrição ao voto dos analfabetos – o que mantinha fora da competição política a grande maioria dos moradores das favelas, inibindo sua participação até mesmo em engrenagens de tipo clientelista –, a favela passou a representar uma massa eleitoral numerosa, concentrada em determinadas áreas e com interesses bem definidos. Nesse contexto, os moradores das favelas, transformados em novos agentes políticos, passaram a reivindicar melhores condições de vida e moradia (FERNANDES; COSTA, 2010; VENTURELLI, 2007).

A dimensão da nova importância alcançada pelas favelas no Distrito Federal pôde ser notada, por exemplo, pela realização do primeiro censo dirigido especificamente àquela realidade a mando do prefeito General Ângelo Mendes de Moraes (1946-1950) ao final de

1947 e início de 1948. Mesmo o censo demográfico realizado pelo governo federal em 1950, de forma inédita, passou a dar importância às favelas. O conceito de provisoriedade até então atribuído a elas e que, segundo Valladares (2000), foi a razão principal para sua ausência nos censos de 1920 e 1940, foi definitivamente abandonado.

O Estado manifestava a consciência de que a favela retratava uma realidade complexa e seria preciso abdicar da visão geral, baseada unicamente em impressões, e partir para a produção de um conhecimento construído com base na identificação dos indivíduos, suas famílias e moradias, na quantificação e no dimensionamento de dados, a fim de que se pudesse administrar e controlar essa importante fração de habitantes mergulhados na pobreza (VALLADARES, 2000).

É importante ressaltar que a preocupação com o controle se dava em um contexto em que a questão da crise habitacional, até então crônica, ganhava proporções preocupantes no quadro da problemática social, demonstrando a insuficiência do poder público em lidar com ela. A Lei do Inquilinato de 1942, por exemplo, ao impor o congelamento dos aluguéis nos patamares do ano anterior e a regulamentação das relações entre proprietários e inquilinos, representou uma intervenção direta do governo no mercado de locação de imóveis, desestimulando-o. A intenção era incentivar a expansão dos investimentos no setor de construção de moradias para a venda. Entretanto, as novas casas, na prática, não eram acessíveis aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. A consequência foi o agravamento do quadro habitacional no país (BONDUKI, 1994).

No início do governo Dutra, foi criada a Fundação da Casa Popular, representando o primeiro órgão público nacional com um projeto único de prover residências às populações de baixa renda. No entanto, sua proposta habitacional era direcionada para grupos específicos de trabalhadores, não abrangendo a maioria da população residente nas favelas. O governo até reconhecia que a habitação era um importante bem social que precisava ser regulamentado pelo Estado, mas não estendia esse direito à fração mais pobre da população (AZEVEDO; ANDRADE, 1982. apud SIQUEIRA, 2008).

Além da intervenção estatal, outro fator importante para o entendimento do agravamento da crise da habitação foi a concorrên-

cia na construção de empreendimentos imobiliários mais lucrativos sobre a construção de casas populares, como, por exemplo, a incorporação de prédios de escritórios e apartamentos destinados à venda para empresas e classes de renda mais elevada. Assim, ocorreu a transferência dos encargos necessários à edificação de moradias populares tanto para o Estado como para o próprio trabalhador, o que restringiu ainda mais o mercado produtivo da habitação (BONDUKI, 1994, apud SIQUEIRA, 2008).

Outro fator para entendermos as políticas de controle é que, além de carecer do direito básico à habitação, a população mais pobre não dispunha da mínima infraestrutura urbana adequada às suas necessidades, já que o Estado não investiu nesse sentido. Assim nos conta Siqueira (2008):

“Durante a década de 1950 e início dos anos 1960, as cidades com padrão industrial de produção caracterizavam-se pela falta de infraestrutura urbana apropriada que deveria atender as necessidades básicas da classe trabalhadora, implicando, além da habitação, uma rede de ações públicas que vão desde planejamento aos serviços urbanos em geral. As grandes cidades, para onde se convergia o processo migratório, além das carências urbanas, também não realizavam as condições sociais necessárias que pudessem promover uma maior e melhor interação dos migrantes com o meio social” (p. 16).

Assim sendo, sobravam razões com as quais o governo se preocupava, pois, como vimos, a questão habitacional se agravava, os moradores dos subúrbios se organizavam em associações e as favelas aumentavam em tamanho e quantidade.

A resposta governamental foi criar, ao longo das décadas de 1940 e 1950, vários órgãos com ações específicas nas favelas do Rio de Janeiro, como o Departamento de Habitação Popular (1946) e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (1956). Ao mesmo tempo, o governo apoiou institui-

ções, como a Fundação Leão XIII (1947) e a Cruzada São Sebastião (1955), ações da Igreja católica e, também, a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. Assim foram adotadas políticas sociais direcionadas aos grupos mais pobres, discutindo, inclusive, a própria categoria de favelado (BURGOS, 2006 apud FERNANDES; COSTA 2010).

A Fundação Leão XIII foi criada pela prefeitura e pela Igreja católica, através de sua arquidiocese, como forma de frear o movimento dos favelados e o fantasma do comunismo nas favelas, tendo como função assistenciar material e moralmente seus habitantes. A assistência moral era semelhante à ação “civilizatória” encontrada nos Parques Proletários. Sua orientação, fundamentada em uma visão preconceituosa e paternalista, sustentava-se na ideia da incapacidade moral dos moradores, o que justificaria suas práticas autoritárias, que visavam sobretudo a estabelecer o controle social daquelas populações e resguardar o Estado das pressões que pudessem advir.

A Fundação Leão XIII atuou entre 1947 e 1954 em 34 favelas, realizando alguns serviços básicos, como água, luz, esgoto e rede viária. Para Silva e Barbosa (2005), apesar das práticas controladoras e cerceadoras e de colocarem os moradores numa situação que não lhes cabia – afinal essas iniciativas deveriam ser tomadas pelo Estado –, as ações da Fundação Leão XIII possibilitaram certo grau de organização do grupo envolvido.

Além disso, segundo Burgos (1998, apud Venturelli, 2007), o modelo de trabalho realizado pela Leão XIII não foi capaz de inibir uma articulação maior entre os favelados e outros segmentos da sociedade, pois, na década de 1950, os contatos entre os moradores das favelas e o campo político intensificaram-se. Além da ligação de líderes comunitários com os partidos políticos, ocorreu também uma aproximação dos intelectuais, que passaram não só a frequentar esses espaços como também refletir sobre eles (BURGOS, 1998 apud VENTURELLI, 2007; SILVA; BARBOSA, 2005).

Outra iniciativa da Igreja católica, também sob a égide da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Cruzada São Sebastião foi criada em

1955 e objetivava a urbanização das favelas. Durante cinco anos, a Cruzada realizou melhorias de serviços básicos em 12 favelas, urbanizou uma integralmente e outra parcialmente. Concretizou também a única experiência de alojamento próximo à própria favela: o conjunto de dez blocos conhecido pelo próprio nome de Cruzada São Sebastião, situado ainda hoje no Leblon (Praia do Pinto).

Em agradecimento à arquidiocese, representada à época por Dom Helder Câmara, os moradores beneficiados pela construção da Cruzada São Sebastião chegaram a compor um samba que lhe foi apresentado na inauguração:

Obrigado, Reverendo

Obrigado, reverendo
Deus lá no céu está vendo
A nossa emoção
Acabou meu sofrimento
Você fez apartamentos
Em lugar de barracão
E a favela diz bem alto
Quem traz o morro pro asfalto
Tem a nossa gratidão
Ai, ai, só vendo o reverendo,
Só vendo quanta alegria
Ai, ai, só vendo o reverendo
Só vendo o olhar de Maria

Letra do samba em homenagem a D. Helder Câmara, apresentado em depoimento do Sr. Paulo Jerônimo da Silva, morador da Cruzada, desde 1958.

A Cruzada São Sebastião ajudou também a resistência dos moradores do Esqueleto, Pasmado, Borel e Dona Marta na luta contra a remoção. Como se pode observar, a Igreja católica passou a adotar uma postura mais ativa no que dizia respeito à defesa dos interesses populares, devido à emergência em seu interior de setores progressistas. Em decorrência disso, o governo criou, em 1956, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA). Seu objetivo era estimular o processo de organização dos moradores em associações e, substituindo o papel tradicionalmente atribuído à Igreja, controlá-los através da cooperação de seus líderes (SILVA; BARBOSA, 2005). Ou ainda:

“A fim de minimizar a ação da Igreja, o governo passou a estimular a criação das associações de moradores das favelas que, em troca da urbanização, pactuou o maior controle sobre as entidades, gerando cumplicidade entre o poder público e as lideranças locais” (BURGOS, 2006 apud FERNANDES; COSTA, 2010, p. 6).

Assim, na prática, a ação do poder público apenas acenava com a substituição da Igreja pelo Estado, já que naquele momento ela escusava-se em cumprir o papel de controle considerado estratégico pelo governo. Além disso, nesta ocasião, entravam na cena política diversas associações de moradores demonstrando grande autonomia em sua organização, facilitada, em muitos casos, pelo Partido Comunista e pelo fato do discurso catequizador e conformista da Igreja Católica já não mais conseguir controlar tais atores sociais.

Esse fato pôde ser comprovado quando, como reação ao assistencialismo que não reconhecia os direitos de cidadania da população favelada, foi criada, em 1963, a Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) para agregar as associações de moradores já existentes no estado. Porém, em 1967, insistindo na “queda de braço” quanto à necessidade de controle social, o governo, já sob os desígnios da ditadura militar, assinou o Decreto 870, que submetia as associações de moradores diretamente à Secretaria de Serviços Sociais e às Administrações Regionais, que deveriam aprovar seus estatutos e relatórios financeiros (VENTURELLI, 2007).

Assustados com o crescimento da capacidade de organização e mobilização popular e o impacto que isso causava na hegemonia do território urbano, sobretudo no contexto das radicalizações políticas conjunturais do início da década de 1960, consolidou-se um movimento anti-favelas, protagonizado pelo jornalista Carlos Lacerda, primeiro governador eleito do estado da Guanabara (1960-1965). Certamente a perspectiva de uma distribuição do espaço urbano, claramente balizada pelo interesse do mercado imobiliário sobre os solos mais valorizados, também motivou esse movimento. Caberia então direcionar a ocupação do subúrbio à indústria e às classes mais pobres.

Experimentando uma maior autonomia para a solução dos problemas internos da cidade devido à transferência da capital para Brasília, o governo de Lacerda lançou o Programa de Remoção das Favelas, que tinha como objetivo oficial transferir a população das comunidades para conjuntos habitacionais a serem construídos pela COHAB-GB (1962-1975) – agência habitacional encarregada de administrar os conjuntos que eram financiados pela USAID (*United States Agency for International Development*). Com a justificativa de atender a demanda habitacional da população de baixa renda, Lacerda, na verdade, pretendia alavancar o crescimento econômico gerado pela construção civil e pela especulação imobiliária, o que pôde ser observado na cobertura das remoções pelos periódicos da época:

“A Secretaria de Serviços Sociais do Estado inicia a transferência de 120 famílias da Favela Piraquê, na Lagoa, para a Cidade de Deus. A ação faz parte do projeto de saneamento da Lagoa e também integra o Plano Geral de Erradicações de Favelas da Zona Sul da cidade. Na semana seguinte, a SEPE fará publicar o edital de concorrência para a venda de 10 lotes da antiga Praia do Pinto a preços de NCr\$ 1.300,00 [cruzeiros novos] o metro quadrado. A SURSAN também inicia as obras das vias projetadas para a área, construindo redes de esgotos e drenagens” (JORNAL DO BRASIL, 1960 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sob a identificação: cx. n. 241.1, artigo 385).

Localizados em regiões que distavam muito do centro da cidade, os conjuntos habitacionais eram compostos exclusivamente por casas. Os primeiros foram os da Vila Kennedy em Senador Camará, Vila Aliança em Bangu e Vila Esperança em Vigário Geral. Nesse primeiro momento, foram removidas 12 favelas. Após o ritmo acelerado do começo, a COAHB se manteve inativa até a construção do conjunto habitacional da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, ocupado em 1966 e que abrigava, além de casas, apartamentos e unidades de triagem.

O governo de Negrão de Lima (1965-70), apesar de opositor ao antecessor, manteve a mesma política de remoção de Lacerda, respondendo diretamente à especulação imobiliária, já que as favelas recomendadas para remoção estavam localizadas em regiões de desenvolvimento do mercado predial, em geral na Zona Sul da cidade. Negrão de Lima investiu na instalação de conjuntos habitacionais e Centros de Habitação Provisória (CHPs), agregando os antigos Parques Proletários Provisórios (PPPs). A regulamentação e controle das associações de moradores foi uma marca desta administração, que seguia os parâmetros do governo militar. O governo fechou a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) e prendeu seus dirigentes, sendo a política de remoção de favelas feita através do terror.

Ainda durante a gestão de Negrão de Lima, a política remocionista recebeu apoio do governo federal, criando a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAN, 1968-1973), órgão que visava a retomar e a coordenar o programa de remoção das favelas da metrópole através de uma política única para os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A CHISAN era subordinada ao Ministério do Interior e ao Banco Nacional de Habitação (BNH).

O saldo da violenta intervenção estatal foi de milhares de famílias retiradas de suas residências e redes de solidariedade, sem direito a qualquer indenização, e transferidas para conjuntos habitacionais distantes de seus locais de trabalho, construídos de forma precária e sem o acompanhamento de infraestrutura básica ou garantia de acesso aos serviços públicos essenciais, como comércio, transporte ou saúde pública.

“A política remocionista provocou drásticas mudanças na vida de milhares de pessoas [...]. Entre 1962 e 1973, quase 140 mil pessoas foram removidas e transferidas para conjuntos habitacionais. Os impactos foram profundos: redes sociais desfeitas e a proximidade do local de trabalho, que propiciava uma economia significativa com o transporte, não existiam mais [...]. A política remocionista não considerou a voz, o sentimento, nem a própria vida dos moradores das áreas ocupadas [...]. O grau de objetividade das remoções foi tamanho que o próprio critério para a distribuição das pessoas – por conjuntos e apartamentos – levou em conta a condição econômica de cada uma e nada mais [...]. Os conjuntos eram distantes de tudo e, para piorar, de péssima qualidade” (SILVA; BARBOSA, 2005, p. 47-48).

No governo de Chagas Freitas (1971-1973), iniciou-se o refluxo da política de remoção. Foram várias as razões: o governo militar acabara com as eleições diretas para governador e criara um colégio eleitoral, baseado no Legislativo Estadual, para sua eleição. O colégio eleitoral da Guanabara foi o único do país que possuía um governo de oposição. Na verdade, Chagas Freitas atuou em clara colaboração com o autoritarismo e subordinado às instâncias federais. Mas, com rara habilidade política, construiu um sistema de troca de favores, sustentado em uma espécie de clientelismo, conhecido posteriormente como “Chaguismo”. O estado foi dividido em zonas de influência controladas por políticos locais, numa réplica do coronelismo (SOUZA SILVA, 1995, p. 66).

Nesse sistema, as necessidades dos moradores da cidade, principalmente dos setores populares, foram usadas como moeda de troca para o favorecimento político e econômico dos políticos “chaguistas”. A manutenção das favelas em suas áreas originais garantia a perpetuação da força do político local, mas não havia a preocupação em regulamentar a propriedade do solo a favor dos moradores das “ocupações ilegais”. Logo, manteve-se o velho objetivo: o controle sobre essas populações, agora sob o peso da permanente coerção do regime de exceção.

“Foi no contexto dessa política remocionista estatal que surgiu a Nova Holanda, inicialmente planejada para ser mais um Centro de Habitação Provisória (CHP), local onde, a exemplo dos Parques Proletários da década de 1940, os moradores passariam por um processo de “educação civilizadora” e então mudariam para uma residência definitiva em um dos conjuntos habitacionais construídos para esse fim”.

Foi no contexto dessa política remocionista estatal que surgiu a Nova Holanda, inicialmente planejada para ser mais um Centro de Habitação Provisória (CHP), local onde, a exemplo dos Parques Proletários da década de 1940, os moradores passariam por um processo de “educação civilizadora” e então mudariam para uma residência definitiva em um dos conjuntos habitacionais construídos para esse fim. Segundo os planos governamentais, a um só tempo, resolver-se-iam dois graves problemas históricos da cidade do Rio de Janeiro: a crônica crise habitacional que datava do final do século XIX e a “educação de sua plebe”.

No próximo capítulo, vamos examinar o modo como concretamente este processo se realizou e como a população pobre que foi destinada à Nova Holanda construiu sua estratégia de sobrevivência e sociabilidade.

03 // A NOVA HOLANDA

A MARÉ

A Maré é uma região localizada às margens da Baía de Guanabara e atualmente é delimitada pela RJ-071, oficialmente denominada Rodovia Expressa Presidente João Goulart e popularmente conhecida como Linha Vermelha, Cortada pela Linha Amarela e o trecho da BR-101 denominado Avenida Brasil, três das principais vias de acesso à cidade, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Assim, hoje, qualquer pessoa que entra no Rio e tenha que se direcionar para a Zona Sul ou para a Zona Norte ou, ainda, chegar ao aeroporto internacional precisa passar pela Maré. Essa localização a coloca em posição privilegiada, pois qualquer acontecimento na Maré repercute na cidade.

A história de sua ocupação é antiga, pois, originalmente constituída por pântanos e manguezais, integrou o Mar de Inhaúma e fez parte da Fazenda Engenho da Pedra, uma das grandes propriedades que compunham a Freguesia de Inhaúma entre os séculos XVII e XVIII. Entretanto, a situação econômica brasileira do final do século XIX acabou por afetar essa estrutura agrária e suas terras passaram por um processo de parcelamento e arrendamento. Com a expansão urbana da cidade acompanhando as vias férreas nesse período, os parcelamentos acabaram por acomodar alguns dos bairros que constituem a Região da Leopoldina e cujos núcleos assentaram-se no entorno das estações ferroviárias.

A Maré terminou por se constituir como “terra devoluta”, cujo valor comercial a tornava pouco atraente para qualquer empreendimento, à exceção dos pescadores que ali residiam para viabilização de suas atividades ou de um ou outro morador egresso das reformas urbanas por que passavam o centro da cidade.

Com a Revolução de 1930 e a implementação do projeto industrial, consolidou-se a tendência descentralizadora das atividades industriais no Rio de Janeiro, fenômeno que vinha ocorrendo desde o final do século XIX devido, principalmente, aos altos custos dos terrenos e às restrições impostas pela legislação (ABREU, 1987 apud SIMÕES, 2006). Com efeito, as empresas de médio porte estabeleceram-se em São Cristóvão e as de grande porte expandiram-se em direção aos subúrbios servidos pelas ferrovias. Assim, parcelas da população foram atraídas para esses locais como um desdobramento das circunstâncias, reforçadas pelo grande fluxo migratório que a cidade experimentava sobretudo após a década de 1940.

Como na região da Leopoldina também houve a valorização dos terrenos devido à especulação imobiliária, uma parcela da população atraída para a região precisou adaptar-se da melhor maneira possível, ocupando as áreas alagadiças da Maré e submetendo-se a péssimas condições de vida. A ocupação foi consolidada quando o poder público federal se decidiu, em 1940, pela construção da variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. Essa via integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara com o objetivo de ligar o centro da cidade aos distantes subúrbios e alargar a malha industrial da cidade.

Desse modo, a Avenida Brasil contribuiu para a ocupação e consolidação da Maré, pois, além de promover aterramentos e vias de acessos que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção para o seu entorno. Afora isso, viabilizou novos postos de trabalho por, após sua inauguração em 1946, incentivar a instalação de muitos empreendimentos na região.

Um exemplo disso foi a construção da Refinaria de Manguinhos (1954), que consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas⁸. Também é digna de nota a simultânea construção da Cidade Universitária que viria a abrigar a Universidade do Brasil – atual UFRJ –, pois muitos dos operários que construíram o *campus* foram morar no Morro do Timbau, uma das nove comunidades originais da Maré⁹ e a que tem os registros mais antigos de ocupação, datados de 1939.

Apesar de tentador, não nos aprofundaremos na história de cada uma das comunidades que constituíram originalmente a Maré. Essa é uma pretensão do Núcleo de Memória e Identidade da Maré: dedicar igual atenção a todas elas devido a suas relevantes contribuições para a formação do complexo e apaixonante fenômeno social que é a “grande comunidade da Maré”, hoje composta por 16 comunidades¹⁰ com, aproximadamente, 130 mil moradores distribuídos em 40 mil domicílios sobre uma área de 4,3 quilômetros quadrados (SILVA et al., 2010).

Adiantamos, no entanto, que já mantemos entendimentos para a produção de um novo trabalho que contempla duas dessas comunidades para o próximo ano. Sendo assim, nossa dedicação nas próximas linhas será tratar do processo de formação propriamente dito da Favela Nova Holanda.

ORIGEM DA NOVA HOLANDA

No início da década de 60, surgiu a última das comunidades originais da Maré: a Nova Holanda. Bem diferente das demais, ela foi construída pelo poder público como um Centro de Habitação Provisória (CHP) e, a exemplo dos Parques Proletários da década de 1940, terminou por constituir-se em mais uma favela.

Fruto do Programa de Remoção de Favelas do governador Carlos Lacerda, a Nova Holanda foi um dos três Centros de Habitacionais Provisórios programados para abrigar os moradores removidos de várias favelas, sobretudo da valorizada Zona Sul e da Zona Norte da cidade. A ideia principal era a de que nesses CHPs os moradores aprendessem novos hábitos de higiene, novas formas de relacionamento social e convivência comunitária. Só após estar “civilizado” o suficiente para morar em casa de alvenaria ou apartamentos é que o “favelado” poderia deixá-lo. Como os parâmetros definidores desta “civilidade” era o indivíduo de classe média, a “aprendizagem” pretendida permanecia idealizada e, na prática, agregava à imagem do morador mais um estereótipo: o de “mal-

8. Cabe ressaltar ainda o estabelecimento, anterior à própria Avenida Brasil, do Instituto Oswaldo Cruz, que conferia destaque à região.

9. As nove comunidades originais da Maré são: Conjunto Marçílio Dias, Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau que se estendiam, margeando a Baía da Guanabara, da Penha a Bon-sucesso. Entretanto, apesar de partilharem o mesmo fenômeno histórico que lhes deu origem, sua integração não foi homogênea em razão da distância espacial entre alguns de seus núcleos de ocupação e também de suas especificidades históricas constitutivas.

10. Além de nove comunidades originais, constituem o bairro da Maré, fundado em 19 de janeiro de 1994 pelo Projeto de Lei Municipal número 2119, outras sete comunidades criadas na região, a partir de intervenções do poder público federal e municipal com início datado do final dos anos de 1970 até os anos 2000. São elas: Conjunto Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro, Conjunto Novo Pinheiro (Salsa e Merengue), Bento Ribeiro Dantas e Conjunto Nova Maré.

-educado”. Isso acabava por justificar ideologicamente a segregação socioespacial, bem como a condição de “cidadão menor”, tal qual o índio e a criança (SOUZA SILVA, 1995).

No caso específico da Nova Holanda, a ocupação teve início em 1962 e se estendeu até 1971, ano da última e significativa transferência de moradores. Foram removidos para lá moradores da Favela do Esqueleto, do Morro da Formiga, do Morro do Querosene, da Praia do Pinto e de Macedo Sobrinho:

“Moradores da Favela do Esqueleto serão removidos para casas construídas pelo governo do estado com auxílio da Fundação Leão XIII em Bonsucesso no local conhecido por Favela Nova Holanda. O objetivo é liberar a área para a construção da Av. Radial Oeste” (JORNAL DO BRASIL, 1962 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sob a identificação: Cx. n. 241.1, artigo 375).

Também vieram, em menor número, moradores de algumas favelas da própria Zona Norte da cidade. Alguns depoimentos do acervo do Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM) relatam, por exemplo, a pequena favela que existia entre a Rua Teixeira de Castro e a Avenida Cardoso de Moraes e que foi removida para a construção do conjunto da COHAB, em Bonsucesso. Igualmente foi relatada a remoção da Favela Taborari, situada às margens do rio de mesmo nome e que era parte integrante da Favela de Brás de Pina no bairro homônimo, também na Zona Norte.

A forma pela qual as famílias eram comunicadas da remoção era bastante arbitrária, sem qualquer diálogo ou discussão acerca do lugar ou mesmo das condições em que se encontrariam as novas áreas onde iriam residir. Ao saber da remoção, apenas arrumavam seus pertences, que eram colocados em caminhões e transportados para os Centros de Habitação Provisória (CHPs).

“A forma pela qual as famílias eram comunicadas da remoção era bastante arbitrária, sem qualquer diálogo ou discussão acerca do lugar ou mesmo das condições em que se encontrariam as novas áreas onde iriam residir. Ao saber da remoção, apenas arrumavam seus pertences, que eram colocados em caminhões e transportados para os Centros de Habitação Provisória (CHPs)”.

Muitas famílias esperavam, às vezes, até 24 horas para retirar a mudança, como ilustra bem o depoimento do Sr. José Justino Filho, removido da Favela Macedo Sobrinho, na Zona Sul da cidade:

“Nós viemos saber que vinha praqui no dia que botaram a muamba em cima do caminhão. Aí que foi que viemos saber pra onde ia. Disseram que ia remover, mas não sabia pra onde, depois que sabe. A conversa deles era só essa. Aí a gente veio. Chegamos aí, ficamos no albergue. Eu com um garoto pequeno de 40 dias de nascido – hoje tá com 21 anos. Faz 21 anos que eu tô aqui, parece... Aí ficamos no albergue até três horas da tarde. Três horas é que veio o caminhão trazer a nossa mudança ali na Rua 3, nº 37. Ali ficamos. Não tinha água. Com a vizinha foi que eu arranjei um pouco de água. Aí a gente ficou com aquela vida precária, procurando água, cobrando. Até que... Não sabia que tinha administração, não tinha nada. A gente tudo veio cru. A gente não conhecia” (FILHO apud SOUZA SILVA, 1995, p. 75).

Com relação às condições materiais, a Nova Holanda diferenciava-se das demais comunidades da Maré por ser uma área plana, espacialmente organizada e com ruas largas. Suas habitações eram uniformes e distribuídas em lotes de cinco metros de largura e dez metros de comprimento. Eram construídas em madeira e obedeciam a dois modelos: uma parte era de casas baixas e outra de dois andares, conhecidas como *duplex*. Todos os lotes possuíam uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, um quintal e uma varanda.

O esgotamento sanitário, projetado para atender a um determinado número de moradias, já que se pretendia um lugar de trânsito, não possuía condições adequadas para plena utilização. As redes foram construídas nos fundos das casas, criando-se becos. A distribuição da rede era feita a partir de caixas, denominadas “fossas” pelos moradores, para recolhimento do esgoto de quatro em quatro “barracos”. Essas fossas interligavam-se e despejavam seu conteúdo em dois canais previamente abertos para esse fim. Os canais, por sua vez, conduziam os detritos à Baía de Guanabara.

Mesmo em pleno funcionamento, era comum essas fossas transbordarem, inundando os pisos abaixo dos “assoalhos” de madeira, as varandas frontais e alagando as ruas. Estas, por sua vez, eram servidas de “valas” laterais, projetadas para o escoamento das águas das chuvas e também ligadas aos referidos canais, e logo foram contaminadas.

A solução era dada pelos próprios moradores afetados pelo problema. Foi comum entrarem na fossa transbordada e, com os dejetos alcançando a altura do peito, desentupirem as “manilhas” que as interligavam e conduziam o esgoto até um dos canais. Com o tempo, os canais foram obstruídos pela construção de barracos e pelo lançamento de lixo, tornando os entupimentos crônicos e de difícil solução.

O abastecimento de água seguiu a mesma lógica: inicialmente foi regular, porém não havia sido projetado para atender uma grande população. Além disso, a precariedade no seu fornecimento em comunidades vizinhas levou seus moradores a buscar solução interceptando as tubulações destinadas à Nova Holanda. Com efeito, a realização dos “gatos” aumentou ainda mais a demanda, fazendo com que a vazão não fosse suficiente. Logo, também os moradores da Nova Holanda

precisaram valer-se dos mesmos recursos para a obtenção de água que os demais vizinhos da Maré: a busca dela fora da comunidade, valendo-se da “lata d’água” ou dos “rolas d’água”¹¹.

Quando a água começou a rarear nas casas, os moradores com mais recursos passaram a construir reservatórios conhecidos por “cisterna” e a empregar bombas para enchê-los. Muitos, inclusive, passaram a comercializar a água; outros, mais solidários, disponibilizavam-na gratuitamente. Porém, com a banalização do recurso da bomba d’água, nem mesmo essa solução foi plenamente satisfatória.

O Sr. Genival de Oliveira, ainda hoje morador da Nova Holanda, em depoimento prestado ao Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM) nos fala sobre isso:

[...] Ia buscar água lá do lado de lá da Avenida Brasil no rola-rola... cortava um pneu, tirava aquele aro dele com a borracha e botava no barril; botava dois paus assim, num engate; pegava um vergalhão e saía arrastando ele e ia buscar água lá do outro lado... Quem não podia ter rola-rola, trazia lata na cabeça. Não era muito caro fazer ou comprar um, era ‘mixaria’, mas ninguém tinha dinheiro pra comprar, entendeu? [...] Antigamente os barris vinham cheios de vinho nos caminhões, quando esvaziavam, eles vendiam. Aí o pessoal comprava, botava borracha, cortava o pneu e a madeira do barril não pegava no chão. Eu trazia ele cheio de lá da Avenida Brasil, de lá do outro lado. Quando nós chegamos aqui tinha água... Foi a própria obra que botou... Tinha uma senhora com o nome de Dona Antônia que ajudava a fornecer essa água... ela vendia. Morava aí na Rua I... Ela já morreu. Ela vendia água. Um barril ela vendia, uma lata ela vendia. A pessoa ia lá com o rola-rola e ela enchia. Ela tinha água na cisterna em casa... Depois teve um senhor com o nome de Seu Juvenal... O Seu Juvenal ali da esquina... Mas ele não vendia, ele dava... Todo mundo ele dava. Morava ali na esquina, ali” (GENIVAL DE OLIVEIRA, 2011 – depoimento colhido pela equipe do NUMIM, agosto/2011).

11. A lata d’água era confeccionada, normalmente, pelo próprio morador a partir da obtenção de latas de tinta e/ou outros materiais similares, devidamente vazias e higienizadas, um pedaço de madeira, geralmente o cabo de uma vassoura, e pregos. A montagem consistia em cortar o cabo com a dimensão exata da abertura da lata e pregá-lo nessa abertura. Os moradores que tinham mais recursos utilizavam baldes de alumínio obtidos no comércio regular. O rola d’água era confeccionado a partir da obtenção de um barril – normalmente de vinho, pois detinha maior capacidade do que os 18 litros das latas –, de pneus velhos – dos quais eram aproveitadas as laterais – e de uma vara – normalmente de $\frac{3}{4}$ ou $\frac{5}{8}$ de polegadas. Com essa vara, se construíam uma parábola cujas extremidades eram presas em orifícios dispostos na parte de cima e na parte de baixo do barril, em madeiras previamente ali fixadas com o objetivo de fortalecer a região e receber os referidos ganchos. Também havia um furo na lateral inferior do barril, por onde originalmente fluía o vinho, que era empregado para o abastecimento do barril com água e seu posterior esvaziamento. Nele era adaptado um tampão de madeira para que o transporte, por meio de rolagem, fosse realizado. De confecção mais difícil e materiais mais dispendiosos, o rola d’água era menos acessível a todos os moradores, mas era possível alugá-lo ou mesmo comprar água tomando-o como medida.

12. É preciso considerar que as pessoas que compunham a comunidade naquele momento haviam sido desterritorializadas, tendo perdido suas redes de sociabilidade e, em muitos casos, laços de afetividade por conta de separações dentro da própria família. Dessa forma, a integração com a vizinhança era mínima e predominava uma certa desconfiança mútua.

A energia elétrica era fornecida gratuitamente aos moradores e seu pagamento era responsabilidade da Fundação Leão XIII, mas também ocorreu o problema com o aumento da demanda. Sua distribuição partia de uma casa de força central que se conectava, por via aérea, à linha de abastecimento regular da cidade por cabos de alta tensão. Dessa casa de força, partiam cabos de baixa tensão que se conectavam a dois postes fixados nas esquinas de cada uma das ruas transversais às Ruas Sargento Silva Nunes e Bittencourt Sampaio, de um lado, e Teixeira Ribeiro, de outro, que eram as principais ruas da comunidade. Destes postes, partia um par de fios que percorria todas as casas, dispostas em “vagões”. De cada casa, então, partia uma rede interna que, chaveada por um interruptor de porcelana com dois fusíveis, conectava-se a esses fios.

Além dos problemas relativos ao crescimento da demanda causados pelo aumento da densidade populacional e pelos “gatos”, a energia elétrica na Nova Holanda enfrentou dificuldades por conta da falta de manutenção. Dada a ineficiência da Fundação Leão XIII para resolver os problemas decorrentes dessa carência, alguns moradores formaram uma Comissão de Luz que buscava a cotização de todos para poder resolvê-los. Entretanto, a falta de recursos de muitos e mesmo as dificuldades inerentes a qualquer organização nas condições¹² dadas, fizeram com que as intervenções do grupo fossem, quase sempre, reativas e que enfrentasse muitos obstáculos.

Sobre isso, o Sr. José Adriano, morador da Nova Holanda ainda atualmente, em depoimento colhido pelo Núcleo de Memória e Identidade da Maré (NUMIM), conta:

“[...] Aí veio a dificuldade... Duas coisas: a água e a fiação. Eu até... até trabalhei como... mexendo na instalação de luz todinha, subindo no transformador, arriscando a vida naquela época, né?! E tudo pra poder concertar muito fio remendado... Se você chegasse pro morador pedindo... dinheiro pra comprar fio, ninguém queria dar. Aqui sempre foi isso. Não foi aquela comunidade unida, sabe? *Poxa, fu-*

lano, isso aqui é pra benfeitoria nossa! (...) Porque a Fundação Leão XIII, chegou uma época que ela abandonou... E tinha uma cabine de luz ali. Essa cabine de luz na época quem tomava conta... era o David e Sr. Ezequiel, né?! O do alto falante. E o João. O João... morador muito antigo... Eram eles que tomavam conta da cabine” (JOSÉ ADRIANO, 2011 – depoimento colhido pela equipe do NUMIM, agosto/2011).

Nos CHPs, o controle sobre os moradores era intenso. Havia normas de conduta e uma série de proibições, como a fixação do horário de entrada e saída na comunidade, a proibição de se fazer qualquer alteração nas casas ou de sua venda e mesmo brigas familiares. O aparato responsável pela administração e fiscalização da convivência sob essas condições contou com a presença constante da Fundação Leão XIII e de um posto policial militar. O governo justificava a ingerência sobre a vida privada com a “desculpa” de que era necessário “manter a ordem e desenvolver hábitos de boa convivência” (SOUZA SILVA, 1995, pp. 76).

De fato, algumas famílias foram selecionadas para morar em Vila Kennedy, Vila Aliança ou mesmo em conjuntos habitacionais como os de Cordovil e Benfica, mas, como o critério de seleção, na prática, não se prendeu à subjetividade do comportamento “civilizado” e, sim, à renda familiar, a transferência atingiu apenas uma parcela pequena da população que, com isso, foi se adensando.

Na realidade, a pobreza comum àquela população acabou sendo agravada pelas medidas impostas pelo governo, pois, ao estabelecer mudanças nos hábitos, levaram à perda da identidade daquelas pessoas que, anteriormente, haviam construído uma história de vida, de resistência e, mesmo, de sacrifícios nas favelas de onde foram retiradas. Com isso, quebrou-se o ciclo de vizinhança e, em muitos casos, a proximidade com o trabalho. Assim, além de ferir o direito elementar, inerente a todo cidadão, de optar pelo próprio espaço, o processo de remoção e civilização destruiu o “equilíbrio” econômico construído por cada família e aniquilou suas realidades sociais.

Era nesse quadro que a maioria das famílias se encontrava, a população de Nova Holanda cresceu e o CHP do governador Carlos Lacerda se tornou permanente. Na prática, a intervenção do Estado, justificada como necessária para a solução dos efeitos do crônico problema da crise habitacional que afetava a cidade há mais de meio século, não funcionou. Com o agravante de desestabilizar enormes parcelas da população e precarizar ainda mais suas vidas.

AS TRANSFORMAÇÕES NA NOVA HOLANDA

O final da década de 70 e o início da década de 80 foram marcados por uma intensa luta por melhorias e pelo fim da tutela da Fundação Leão XIII na Nova Holanda. Alguns fatores foram decisivos para estimular a organização popular que conduzia essas lutas: as precárias condições de vida nos anos 1970, a política de coerção exercida pela Fundação Leão XIII, os conflitos internos causados pela forma com a qual as pessoas foram trazidas das favelas que deram origem à Nova Holanda, a ausência de esgoto sanitário, água potável, escolas e postos de saúde e a insegurança quanto à propriedade das casas devido ao permanente fantasma da remoção.

Ao mesmo tempo, na Conferência sobre Assentamentos Humanos das Nações Unidas em Vancouver, realizada em 1976 e a primeira deste gênero, foi criada a primeira Agenda Habitat que tratou das situações críticas de habitação ocasionadas por desastres naturais, guerras civis e conflitos urbanos no mundo. Esse novo debate internacional, somado às críticas que o programa de remoções de favelas recebia, fez que com a remoção em massa perdesse respaldo da sociedade civil e a reflexão sobre a viabilidade da urbanização das favelas ganhasse espaço.

Favelas e favelados começaram, então, a ser vistos como parte integrante da cidade e não mais uma ocupação e população provisórias. Surgiram projetos pontuais de intervenção nesses espaços (VENTURELLI, 2007).

Na Nova Holanda, o processo se manifestou quando o Posto de Saúde Comunitária foi criado no fim da década de 70 por médicos sanitários. Tratavam-se de profissionais recém-formados

“ Favelas e favelados começaram, então, a ser vistos como parte integrante da cidade e não mais uma ocupação e população provisórias. Surgiram projetos pontuais de intervenção nesses espaços (VENTURELLI, 2007)”.

que buscavam realizar um trabalho de atendimento médico, mas também de informação/esclarecimento acerca do tema “Saúde”, numa tentativa de fazer política de uma forma diferente: aliando a questão profissional à opção ideológica, além do desejo de aproximação com o povo pobre e sua condição precária de vida nas favelas. Essa aproximação efetivou-se quando eles passaram a oferecer palestras sobre questões ligadas a saúde e atendimentos médicos em um barraco cedido pela Fundação Leão XIII.

O “Postinho”, como era chamado pelos moradores, mantinha-se através de verbas de convênios entre o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) e outras entidades financiadoras. A tônica dada ao trabalho no posto buscava, no período inicial, firmar uma atuação concreta a respeito do tema da saúde e, ao mesmo tempo, contribuir para a criação de grupos comunitários que pudessem lutar por necessidades básicas. Implicitamente, isso colocava a questão da briga por direitos negados à população da favela como condição para ter mais saúde.

A partir dos encontros realizados em torno da saúde, formou-se, em 1977, o Grupo de Mulheres – o primeiro segmento da Nova Holanda a responder a aproximação daqueles profissionais liberais. Mulheres como Dona Josefa, Dona Cléia, Dona Hilda e Dona Maria Amélia, dentre outras, engajaram-se na luta com a finalidade de melhorar as condições de vida na favela.

Relata-nos Souza Silva (1995):

“A primeira luta importante que organizou e mobilizou os moradores de Nova Holanda foi pela canalização da rede de água potável. Tal movimento foi encaminhado pelo Grupo de Mulheres com a ajuda dos médicos sanitaristas. Organizaram-se palestras para discutir as condições de vida e para pressionar os órgãos públicos para canalização da água. Essa mobilização culminou com a participação de Nova Holanda no I Encontro Popular pela Saúde, promovido pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e a efetiva conquista deste direito, ainda sob o governo de Chagas Freitas” (p. 85).

A saída de alguns médicos, em 1981, e a entrada de outros profissionais, como psicólogo, sociólogo e enfermeiro, deram um caráter interdisciplinar ao trabalho no “Postinho” e consolidaram a compreensão da saúde como algo que ia além do atendimento médico e não restrito aos limites do posto. Novos financiamentos foram buscados para um trabalho não somente de atendimento médico, mas também de formação de moradores que seriam, depois, agentes de saúde. Percebia-se a busca de uma nova relação com a favela, em que o importante era a vivência da questão da saúde articulada à procura incessante de soluções para a conquista de direitos básicos.

A postura defendida para o trabalho comunitário passou, então, pela busca da participação de um maior número de moradores no posto, já que, até então, apenas dois agentes de saúde, Sr. Haroldo e D. Sônia, tinham essa responsabilidade. Também se optou pela definição das prioridades a partir de reuniões com a população nas ruas – uma das experiências mais interessantes produzidas na Nova Holanda, pois a população participava diretamente. Enfatizava-se com isso a necessidade de ir além da assistência médica, valorizando a transmissão de conhecimento sobre saúde/doença com enfoque em questões sociais mais globais e propiciando uma reflexão sobre a prestação dos serviços pela rede pública.

A metodologia no Posto de Saúde Comunitária tornou-se a principal questão do projeto. Centrava-se na prática do debate com toda a equipe sobre todos os passos e qual o caminho a ser trilhado pelo trabalho. Naquele momento, havia 16 pessoas¹³, entre eles um médico, um enfermeiro, uma socióloga e duas psicólogas, além de moradoras oriundas do Grupo de Mulheres e jovens e adolescentes, todos exercitando uma relação democrática jamais vista entre segmentos sociais tão distintos. Discutia-se que as causas das doenças envolviam fatores externos à própria pessoa. Eram questões que diziam respeito à vida na favela, às condições precárias de vivência familiar ou mesmo à falta de trabalho e/ou aos salários baixos pagos à população favelada.

A exigência de resposta às necessidades básicas mais complexas, como habitação, saneamento, posse da terra, segurança pública, entre outras, levaram à reflexão sobre a organização de novas formas de luta, expressas em novas entidades, tais como a Associação de Moradores e a Cooperativa de Materiais de Construção. Ao mesmo tempo, a consolidação do trabalho no campo educacional se fundamentou na instalação da creche e da escola comunitárias.

Além do Posto de Saúde Comunitária, outro espaço que contribuiu para a formação de uma “consciência crítica” que resultou na organização do movimento popular responsável pelas lutas por melhorias foi o grupo jovem da Igreja católica na Nova Holanda, que reuniu jovens como Eliana Souza, Amarildo, Miriam, Wanda, Flávio, Bernadete, dentre outros. Eles participaram das lutas pela transformação da comunidade e atuaram nas instituições comunitárias que delas emergiram, como a creche e a escola comunitárias e a Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda (COOPAMNH).

Isso foi possível porque, nas décadas anteriores, pressionada pela “crise de vocações” e perda gradativa de influência no mundo devido à concorrência de outros credos religiosos, a Igreja católica precisou abrir-se a novas experiências pastorais que a levaram a se envolver com os mais variados setores, segmentos e classes sociais.

Assim, inovadoras práticas de evangelização fizeram com que a Igreja criasse uma série de organizações e entidades que refletiam as múltiplas influências a que ela se submetia, como a Juventude Operá-

13. Para fazermos justiça, é preciso registrar que, ao longo do tempo, o número de pessoas que participaram desse projeto foi muito maior. Como forma de prestar uma homenagem, deixaremos aqui registrados seus nomes, pois, seguramente, todos deram uma importante contribuição para a sua realização: Jairo, Fernando, Fátima, Álvaro, Gisele, Ângela, Rosângela, Júlio, Tânia, Rosa e Cristina – todos profissionais liberais; Maria Amélia, Cléia, Hilda, Josefa, Penha e “Nega” – integrantes originais do Grupo de Mulheres; Marcelo, Odeite, Isabel, Júlio, Rose, Fátima, Rosângela, Eliana e Amarildo – todos jovens moradores.

ria Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO), ambas ligadas ao operariado; a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), ligadas aos estudantes; e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), voltadas para as classes populares. Nas décadas seguintes, surgiram as Comissões de Justiça e Paz (CJP), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, ratificou as inovações teológicas e pastorais que fundamentaram as novas práticas da Igreja católica no Brasil. Com efeito, apesar de predominantemente conservadora, foi possível encontrar na Igreja um discurso plural que favoreceu, em muitos casos, a consciência crítica, como no caso da Nova Holanda.

Outro fator que também estimulou a organização do movimento popular na Nova Holanda foi, ainda em 1979, o projeto Pró-Morar (também conhecido como Projeto Rio), criado pela ditadura militar. Para o entendermos, é preciso considerar que, em um quadro de esgotamento da política econômica do governo, associado à erosão da sua legitimidade política, aprofundava-se o processo de organização dos mais variados grupos da sociedade civil. Setores dominantes pretenderam ampliar sua base de sustentação política e, ao mesmo, impedir o crescimento da influência dos setores democráticos através de iniciativas populares, como o Projeto Rio, realizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (SOUZA SILVA, 1995).

Para isso, contaram com a cobertura da grande imprensa, a exemplo do Jornal O Globo que, em 1981, destacou em uma de suas manchetes: “Favela da Maré vive euforia do Projeto Rio”. No corpo da reportagem produzida havia uma ênfase do “midiático” ministro Mário Andreazza sobre o objetivo do projeto de atuar em toda a área entre a cidade de Duque de Caxias e o bairro do Caju. A reportagem também destacava a presença do próprio Presidente da República, o “Sr. João Figueiredo”, e a satisfação dos moradores com o projeto, representados na figura de “Seu Manolo”, naquela época presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau (Jornal O Globo, 1981 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sob a identificação: cx. n. 241.1, artigo 412). De fato, o

programa Pró-Morar pretendia solucionar o problema das habitações subumanas em diversas regiões do Brasil, urbanizando-as ou erradicando-as quando não fosse possível outro tipo de intervenção urbanística. De forma embrionária, atenderia a seis favelas da região da Maré devido à incidência de “palafitas”¹⁴ e à proximidade com o aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Entretanto, a crise do BNH, que culminou na sua extinção em 1988, acabou por impedir que a experiência na Maré fosse aplicada em outras favelas.

De qualquer forma, a crítica à postura autoritária no encaminhamento do projeto e o desejo de intervir no processo de forma efetiva para evitar, definitivamente, o fantasma da remoção fizeram as lideranças comunitárias locais se organizar e criar a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam) a fim de buscar a interlocução com o governo federal e defender os interesses dos moradores.

Contribuiu para isso o processo de democratização iniciado com a distensão política do regime militar ao final da década de 1970 e consolidado no início da década de 1980. Esse processo deu novo impulso ao associativismo nas favelas, possibilitando maior organização em torno de reivindicações estruturais (SILVA; BARBOSA, 2005).

Todos esses fatores articulados tornaram possível a organização popular na Nova Holanda, permitindo aos seus moradores protagonizar uma luta que culminou em significativa ampliação do acesso regular a água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação. Além da construção de escola, creche e postos de saúde, bandeiras centrais na busca de uma melhor qualidade de vida.

14. Barracos de madeira edificados sobre estacas fincadas na superfície do mangue, mas com elevação suficiente para não inundar durante as cheias da maré. O deslocamento dos moradores até a “terra seca” era garantida por intermédio de pontes, igualmente de madeira, sustentadas por estacas e, normalmente estreitas e muito precárias.

AS CONQUISTAS NA NOVA HOLANDA

Associação de Moradores (AMANH)

A Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH) foi criada em 1981, fruto da exigência do governo federal de desenvolver o processo de urbanização da área da Maré, preconizado pelo Projeto Rio, a partir de uma negociação direta com as associações comunitárias.

Os dirigentes locais da Fundação Leão XIII, não tendo legitimidade ou interesse para deflagrar um processo democrático para a constituição da associação de moradores, constituíram uma valendo-se de meios “cartoriais” e participação de pequeno grupo de moradores cooptados. Assim, a Associação de Nova Holanda não representava os interesses dos moradores e sua diretoria era omissa e descomprometida com qualquer processo de mobilização da comunidade no que dizia respeito às obras de urbanização.

Os agentes do Posto de Saúde Comunitária, após diversas tentativas para encaminhar determinadas lutas junto à direção da associação, buscaram outras vias para interferir na entidade e aliaram-se com outros grupos constituídos na comunidade.

Após duros enfrentamentos, em 1984, os grupos da Igreja, do “Postinho” e do bloco carnavalesco, articulados ao longo do período, conseguiram deflagrar um processo eleitoral para a renovação da diretoria da associação criada. Em seguida, realizaram plenárias com a participação de todos para deliberar sobre a composição de uma chapa concorrente ao pleito. Surgiu então a Chapa Rosa.

Com ela concorreu a Chapa Azul, integrada por moradores que mantinham relações “clientelistas” com políticos que, dentro da velha estrutura “chaguista”, dominavam a região. Por isso, essa segunda chapa era apoiada pela Fundação Leão XIII. Após uma campanha eleitoral bastante difícil e disputada, acompanhada com interesse pela grande mídia, a Chapa Rosa obteve 1.137 votos contra 417 da concorrente.

Foi uma vitória fundamental para o movimento popular na Nova Holanda e, de maneira geral, para o movimento de organização das favelas no Rio de Janeiro. Depois de 22 anos de controle da Fundação Leão XIII, finalmente os moradores puderam viver

sem sua tutela e ter um canal legítimo para organização e reivindicações. Fato digno de nota foi a nova direção da Associação de Moradores ser exercida por Eliana Souza Silva, primeira mulher presidente de uma Associação de Moradores de favelas no Rio de Janeiro e então com apenas 25 anos de idade.

Logo após a vitória, os novos integrantes da Associação de Moradores da Nova Holanda se reuniram para definir as diretrizes e objetivos que deveriam guiar as ações da instituição, sobretudo, na sua relação com o Estado:

“O Estado deveria cumprir com as suas obrigações, realizando obras de infraestrutura básica (urbanização); construindo escolas e assumindo as despesas que uma escola de qualidade exige; oferecendo um bom serviço de saúde, com a construção de Postos de Saúde, inclusive odontológico; criando espaços de lazer e cultura dentro da própria favela; ou seja, contribuindo para que o espaço favela fosse visto e vivenciado como qualquer outro de classe média da nossa cidade, respeitando-se, evidentemente, a cultura e a história de cada lugar” (SOUZA SILVA, 1995, p. 96).

Para garantir que as reivindicações fossem contempladas, foram criadas, dentro da Nova Holanda, formas de democratizar ainda mais o processo de luta e o acesso aos benefícios conquistados. Por isso, logo após a posse, obedecendo aos princípios acordados, a nova diretoria da Associação de Moradores convocou uma Assembleia Geral para definir as lutas prioritárias. Também propôs a elaboração de um novo estatuto que fosse mais adequado à nova filosofia que se iniciava.

Assim, nesse novo estatuto, a Comissão para Melhoramento do Parque Nova Holanda, nome pelo qual foi criada a associação em 1981, passou a chamar-se Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH), na clara intenção de não distinguir e/ou excluir quem quer que fosse da participação, com plenos direitos, no processo de lutas e conquistas pretendidos.

Nas duas eleições seguintes, o grupo ligado à Chapa Rosa saiu vitorioso, apesar do forte investimento, até mesmo do governo estadual, nas chapas de oposição que contaram, inclusive, com a presença do irmão do governador Moreira Franco como cabo eleitoral. Durante suas três gestões, a comunidade obteve conquistas consideráveis no âmbito da saúde, da educação, do saneamento e da habitação. A Nova Holanda foi praticamente urbanizada e novas instituições (creche, escola comunitária, posto odontológico e cooperativa, a COOPMANH) foram criadas para lidar com projetos específicos que eram implementados nas áreas de educação, de saúde e de habitação.

Durante esse processo, devido ao compromisso com o princípio democrático, novos moradores integraram-se à luta e assumiram a direção da própria Associação de Moradores e das novas instituições. Firmava-se uma concepção de movimento combativo, crítico ao Estado e agressivo em relação às políticas clientelistas, o que distinguia a Nova Holanda no cenário do movimento popular do Rio de Janeiro.

Esse resultado só foi possível porque o trabalho comunitário na Nova Holanda conduziu à reivindicação dos direitos sociais básicos, como luz, água, asfalto, coleta de lixo, habitação e regulamentação das propriedades. Priorizou-se a mobilização dos moradores com reuniões de rua – que chegavam a reunir 500 pessoas –, com assembleias ou mesmo com a realização das ações coletivas de impacto, como passeatas, atos públicos e o fechamento da Avenida Brasil.

Essas formas de luta, além de se destinarem a fazer permanente pressão política sobre os órgãos públicos, também pretendiam ajudar a desenvolver consciência popular. As reivindicações eram direito básico inerente à cidadania que só poderia ser garantida através da mobilização.

Assim, as lutas encaminhadas pretendiam mais do que obter o simples benefício de serviços essenciais: objetivavam igualmente elevar a consciência política, pois a reconheciam como uma mediação necessária não só para efetivar as conquistas, mas também para mantê-las. Nesse sentido, a práxis, enquanto elemento central na construção humana da história, foi o conceito definidor da ação. Por isso, palavras como participação, mobilização, dignidade e luta foram emblemáticas do período.

A Escola Comunitária

A Escola Comunitária de Nova Holanda surgiu em 1983 como um desdobramento do trabalho na área da educação, realizado pelo Posto de Saúde Comunitária, por moradores e profissionais liberais do “Postinho”, juntamente com a professora Ivanise e a orientadora Rosa, da Escola Municipal Nova Holanda. A ideia era partir do universo das crianças para alfabetizá-las. Para tanto, era necessário conhecer a realidade delas (SOUZA SILVA, 1995).

O que se percebeu a partir da investigação dessa realidade foi que a escola pública que existia na Nova Holanda era muito distante das famílias¹⁵ e das crianças, não havia uma sintonia entre a direção da instituição e a comunidade, o que por vezes gerava certas tensões. Segundo Souza Silva (1995), essa era uma das prováveis razões para que o aprendizado ficasse muito prejudicado: o universo escolar não fazia sentido para os estudantes.

O objetivo da escola comunitária era conduzir uma pedagogia que respeitasse os alunos do jeito que eles eram e valorizasse a sua realidade. A partir daí, seria trabalhado, de maneira criativa, os conteúdos da educação formal. Deste entendimento, o grupo de agentes do “Postinho” passou a priorizar a conquista da Escola de Alfabetização ou Comunitária para que as crianças da Nova Holanda chegassem à 1ª série sabendo ler efetivamente.

Em agosto de 1984, o movimento articulado em torno do processo eleitoral da Associação de Moradores, além de constituir a Chapa Rosa, também encaminhou à direção da Fundação Leão XIII o pedido de cessão de um barraco para instalar o projeto da escola comunitária pretendida. Com a conquista do espaço, partiu-se para a obtenção de doações de aparelhos domésticos e algum material pedagógico na própria comunidade. Isso viabilizou o início do trabalho, tendo à frente educadores que haviam participado da experiência de alfabetização na Escola Municipal Nova Holanda.

Quando foi pensada, a Escola Comunitária tinha como perspectiva ser uma alternativa para as crianças na faixa de idade pré-escolar. Além disso, deveria ser um espaço de implementação da proposta educativa experimentada com sucesso na Escola Nova Holanda.

15. A escola não acolhia a comunidade. Nas festas escolares, era proibida a participação dos pais e o espaço não era cedido para o lazer.

“ Sob a influência da nova perspectiva a respeito das favelas , que emergiu dos debates nacionais e internacionais sobre a habitação, bem como da disputa pela hegemonia decorrente do processo de redemocratização pós-regime militar, os governos estadual e municipal eleitos buscaram desenvolver iniciativas que contemplassem os interesses dos favelados, esses novos sujeitos políticos que, até então, estavam marginalizados”.

16. Como mencionado em outro ponto, essa nova perspectiva surgiu, em 1976, na Conferência de Vancouver e defendia que a favela e os favelados são parte integrante da cidade.

Sob a influência da nova perspectiva a respeito das favelas¹⁶, que emergiu dos debates nacionais e internacionais sobre a habitação, bem como da disputa pela hegemonia decorrente do processo de redemocratização pós-regime militar, os governos estadual e municipal eleitos buscaram desenvolver iniciativas que contemplassem os interesses dos favelados, esses novos sujeitos políticos que, até então, estavam marginalizados.

No governo de Leonel Brizola (1983-1987), por exemplo, foi implantado o Programa de Favelas da Cedae (Proface), que levou sistemas de água e esgoto a diversas favelas do Rio, além de viabilizar a coleta de lixo. A partir de 1985, também foi iniciado um programa de iluminação pública. No mesmo período, foi realizado pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)/Fundo Rio, o Projeto Mutirão, uma das primeiras políticas públicas voltadas para a integração urbanística e social das favelas à cidade. O projeto tinha como alvo pequenas obras de esgoto e contava com a participação dos moradores através de trabalho voluntário (VENTURELLI, 2007).

Nesse contexto, apoiado pela AMANH, o grupo de residentes da Nova Holanda buscou a SMDS da Prefeitura do Rio para a assinatura de um convênio que pudesse manter a “escolinha”, sem comprometer

a consciência crítica do trabalho nem sua autonomia, consideradas fundamentais para a filosofia de trabalho construída até ali pelo grupo.

Obviamente essa relação não ocorreu sem conflitos, pois as perspectivas colidiam com os interesses dos gestores do município que, no contexto de disputa de hegemonia, pretendiam alargar suas influências exercendo controle sobre o que julgavam ser “espaço público”, cuja administração, e por consequência, o bônus político, deveria caber a eles. Já o grupo entendia que era obrigação do poder público dispor dos recursos necessários ao desenvolvimento da “escolinha”, porém era direito dos moradores, através de sua representação, a AMANH, e/ou reunidos em assembleias próprias aquele fim, como a Assembleia dos Pais e Responsáveis, deliberar sobre todas as questões pedagógicas e administrativas inerentes à administração.

O que estava em questão era a possibilidade da realização de mais um trabalho pelo movimento popular da Nova Holanda que agregasse a ideia da conquista de um benefício à necessidade de uma consciência crítica para a garantia de sua qualidade e manutenção, o que, obviamente, contrastava com a política “clientelista” que fora a tônica predominante para aquelas situações. Assim, podemos dizer que, novamente, o trabalho comunitário realizado pelo movimento popular na Nova Holanda diferenciou-se dos demais desenvolvidos na cidade.

A cooperativa de materiais (COOPMANH)

Desde o início da posse, a Chapa Rosa colocou como bandeira de luta fundamental a questão habitacional. Dentro dessa perspectiva, o estímulo à autoconstrução aparecia como um dos caminhos centrais para garantir a posse do terreno. Mas havia um problema significativo: das 3.000 habitações da Nova Holanda, pelo menos 1.000 eram ocupadas por famílias muito pobres, com poucas condições para investimentos desse tipo.

A questão não se limitava apenas a uma estratégia contra o fantasma da remoção, pois muitos barracos, deteriorados pelo tempo e pela falta de manutenção – o Estado proibia qualquer tipo de

obra reparadora –, representavam um risco de acidente e morte para muitos moradores e suas famílias. Nesse contexto, a reforma do conjunto de 228 barracos conhecidos como *duplex*, numa das localidades mais pobres da comunidade, era emergencial. Foi por ali que começou a luta do movimento popular da Nova Holanda no que diz respeito à habitação.

Em reuniões, feitas por rua, definiram-se representantes para cada uma delas. Documentos escritos foram elaborados e encaminhados às autoridades públicas, manifestações foram planejadas e realizadas, usaram-se notícias de jornal e vídeos foram produzidos. Recursos, como dinâmicas de grupo, foram pensados para envolver diretamente as 228 famílias e panfletos e cartazes foram criados para mobilizar toda a comunidade. Com esses instrumentos, a Nova Holanda foi à luta, pois seus moradores entenderam que aquela realidade precisava ser transformada e, após três anos, logrou êxito.

Porém, é preciso registrar mais uma vez que, vinculada à proposta dessa transformação, incluía-se, com a mesma importância, a de formação do morador. Também aqui os militantes viam a necessidade de uma consciência crítica para a garantia da qualidade e manutenção das conquistas realizadas. A AMANH, em sua postura de envolvimento dos moradores, materializava também essa preocupação. Segundo seu entendimento, a formação deveria se dar no mesmo momento em que acontecessem as lutas e, de fato, vários moradores que se engajaram no movimento popular a partir dessa luta deram importantes contribuições para a sua continuidade.

A oportunidade de construir uma cooperativa aconteceu quando o governo federal, sob a presidência de José Sarney, realizou a doação de uma pequena quantia à AMANH através do programa Fala Favela, que buscava, de forma pouco expressiva, auxiliar os moradores das favelas a desenvolver a construção de suas moradias.

A AMANH então tomou a iniciativa de formar uma Comissão de Habitação com a responsabilidade de fazer um levantamento das condições e do número correto de barracos ainda existentes na Nova Holanda. Dessa comissão participaram diretores da associação, agentes comunitários e representantes de rua. Em seguida, na Assembleia

Geral Ordinária, a AMANH expôs aos moradores a situação geral da comunidade, alertou para o baixo impacto que o valor disposto teria sobre as famílias se usado individualmente e propôs a criação de um banco de material de construção dirigido pelos próprios moradores.

O recurso inicial do banco de material seria o valor total dos recursos do Fala Favela. E, à medida que as pessoas fossem pagando, dentro de suas reais possibilidades, o material usado nas construções, outras iriam tendo oportunidade. Dessa maneira, o recurso se multiplicaria e um número maior de pessoas poderia se beneficiar.

Com o amadurecimento das discussões em torno da questão da moradia na Nova Holanda, feitas a partir do levantamento da Comissão de Habitação, a direção da AMANH tomou uma importante decisão:

“A definição da construção da COOPMANH (Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda), de forma a funcionar como uma entidade que garantisse o acesso aos moradores mais pobres ao material de construção por um preço mais acessível” (SOUZA SILVA, 1995, p. 124).

Em outubro de 1988, houve a assembleia de fundação da instituição.

Não transcorreu muito tempo para que se percebesse que a venda de material de construção, a preços subsidiados, para os moradores era inviável. Os preços conseguidos com os fornecedores não permitiam uma margem de lucro que garantisse capital de giro ao reaquecimento da COOPMANH. Diante disso, a direção da cooperativa começou a buscar formas alternativas de renda, que permitissem a manutenção do empreendimento.

Assim, com o apoio dos técnicos do ARCO-USU (Universidade Santa Úrsula), foi implementada uma fábrica de material de construção, cujo valor da venda seria revertido para a manutenção das atividades da COOPMANH. A ideia era manter o preço de custo para que os moradores pudessem continuar a financiar suas construções. Segundo Souza Silva (1995), esse foi um processo que trouxe “novos desafios” para a cooperativa, pois ela começou

“[...] a entrar em um campo desconhecido, que é gerir uma empresa competente, na qual em tese não pode haver especulação financeira, o lucro tem de ser buscado com o fim social, cujas relações de trabalho devem ser humanizadas; e não se deve perder de vista a busca incessante da participação comunitária” (SOUZA SILVA, 1995, p. 128).

A experiência foi mais um passo na consolidação da COOPMANH e mostra o grau de organização atingido pelos moradores da Nova Holanda. Em outra iniciativa que visava a ampliar as ações da cooperativa e a resolver problemas na favela, foi firmado um convênio com a Caixa Econômica Federal no sentido de resolver a situação de algumas famílias que coabitavam casas, dividindo residência. Era uma situação potencialmente tensa, pois famílias, que não se conheciam, foram alocadas e viviam em domicílios onde já moravam outras famílias – os chamados “agregados”.

Desse modo, a COOPMANH propôs construir 46 novas casas para resolver a questão dos “agregados”. Essa ação se deu na área conhecida como *duplex*, a mais pobre da Nova Holanda e onde as pessoas tinham maiores dificuldades. Assim, segundo Souza Silva (1995):

“Em novembro de 1990, a COOPMANH foi chamada a assinar convênio com a CEHAB. O acerto era o de que a CEF cederia o dinheiro à CEHAB, que repassaria à COOPMANH. O retorno do financiamento à CEF viria com o pagamento de prestações pelos moradores no valor de 10% do salário mínimo” (p. 129).

Esse foi um fato importante, porque a Nova Holanda foi a primeira favela a conseguir um financiamento direto da Caixa Econômica e, mesmo quando os recursos atrasavam, a cooperativa soube exercer pressão, mantendo a programação e iniciando o canteiro de obras, o que impedia o governo de recuar.

Entretanto, mesmo com a vitória da cooperativa ao superar o grave problema habitacional do *duplex*, houve uma cisão da diretoria por conta de divergências na condução dos processos administrativos internos e, principalmente, porque surgiram grupos que defendiam lógicas antagônicas de funcionamento e da função da instituição. De um lado, um grupo pretendia privilegiar a questão da eficiência em detrimento do processo formativo e de participação popular na gestão da cooperativa; do outro, um grupo via a instituição como mais uma oportunidade para afirmar o processo democrático interno, em que a participação popular na gestão coletiva era mais importante que a eficiência econômica e o lucro.

Ainda segundo Souza Silva (1995), a mudança no estatuto da instituição que passou a permitir a reeleição de seu presidente foi a “gota d’água” para provocar uma divisão interna. Seguindo uma lógica própria, ao contrário das demais iniciativas do movimento popular na Nova Holanda, não houve preocupação com a pedagogia formadora e a direção da cooperativa passou a dar mais importância para o atendimento das necessidades imediatas da população do que à construção de uma nova percepção de cidadania e participação democrática de gestão.

Assim, na prática, a cooperativa passou a funcionar de forma independente, sendo regida a partir de uma lógica pragmática e autoritária. Com isso, isolou-se, aprofundando ainda mais a gestão centralizadora. Conseqüentemente, o contato com os grupos externos e as possibilidades de financiamento alternativo diminuíram. Nesse quadro, a COOPMANH perdeu o caráter inicialmente proposto, deixando de ser reconhecida pelos moradores como uma instituição “comunitária”. Sua manutenção foi garantida por um tempo em virtude das vendas de materiais de construção, porém em nada diferenciava-se de outras empresas, privadas, existentes na localidade. Por fim, a cooperativa acabou sendo liquidada.

O REFLUXO DO MOVIMENTO POPULAR NA NOVA HOLANDA: LIÇÕES A SEREM APRENDIDAS

Como vimos, a condução da cooperativa fora daqueles princípios filosóficos acordados no início do processo organizativo da comunidade foi um claro sinal de que o movimento popular da Nova Holanda passava por uma crise que representava seu refluxo.

Sobre as causas desse refluxo, Souza Silva (1995) aponta algumas razões:

“[...] vários militantes das instituições comunitárias acabaram por assumir uma perspectiva moralista, estabelecendo uma subordinação das reivindicações materiais à consciência crítica, pois acreditavam não adiantar priorizar as reivindicações materiais, enquanto os moradores não desenvolvessem a consciência sobre a importância de assumirem uma nova perspectiva política, uma nova consciência sobre o seu papel como ‘sujeito histórico’. Eles desconsideraram que a cultura política existente no conjunto da sociedade e a forte influência de valores que estimulavam o individualismo, a competição e o pragmatismo exerciam relevante papel nas posturas e perspectivas das pessoas” (p. 135).

É preciso lembrar que a conjuntura política da qual estamos falando era a de um acirramento das posições ideológicas. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido entre direita e esquerda, polarização que teve seu término simbólico marcado pelo fim da URSS em 1989 e pela queda do Muro de Berlim em 1991. Essa conjuntura política certamente afetou os movimentos populares no Brasil e na Nova Holanda não haveria de ser diferente.

Precisamos recordar ainda que em 1989, pela primeira vez, depois de décadas de ditadura militar, tínhamos uma eleição presidencial democrática, porém marcada pela oposição entre dois candidatos que afirmavam projetos políticos bastante diferentes.

De um lado, uma agenda caracterizada pelas reivindicações populares e que reunia em torno de si as forças políticas progressistas, tendo como candidato Luis Inácio Lula da Silva; do outro, o candidato Fernando Collor de Mello que agregava e representava as forças políticas conservadoras.

Assim, quando Souza Silva (1995) reflete sobre o distanciamento entre a direção do movimento popular na Nova Holanda e os moradores, podemos ver com clareza o tensionamento das questões mais gerais apontadas acima refletidas no movimento local:

“Este distanciamento [entre direção e moradores] ocorreu porque as concepções de Homem presentes no conjunto da sociedade acabaram por manifestar-se de forma conflituosa no interior da localidade. De um lado, o cidadão-parcial-consumidor, disseminado pelos setores dominantes e de outro, o cidadão-pleno, proposto pelos setores democráticos. Assim, a questão ética acabou por tornar-se um elemento significativo no impulsionamento das ações dos agentes envolvidos no movimento popular de Nova Holanda, que passam a exigir, gradativamente, o mesmo tipo de comportamento que assumiam também por parte do conjunto dos moradores, beneficiados pelas melhorias” (SOUZA SILVA, 1995, p. 136).

A frustração pelos fracassos na busca de uma participação permanente de novos membros na gestão das instituições comunitárias daí decorrente desdobrou-se em um segundo fato significativo para o nosso entendimento da transformação do movimento popular na Nova Holanda. Como consequência disso, aconteceu “o crescimento do discurso centralizador, personalista e autoritário por parte dos ‘militantes’ que permaneciam” (SOUZA SILVA, 1995, p. 140).

Essa era uma nova postura para a “militância política” na Nova Holanda, porém já era muito comum nas demais localidades cuja mobilização popular sempre fora precária.

“Ela [a nova postura para a “militância política”] começou a ser justificada a partir da valorização, de forma extremada, de qualidades como capacidade de trabalho, dedicação e responsabilidade com as instituições. Assim, colocavam-se em plano secundário as críticas a comportamentos não compatíveis com os valores democráticos que, até ali, foram fundamentais nas ações de todos, já que faziam parte do compromisso original assumido pelo grupo” (SOUZA SILVA, 1995, p. 135).

Com efeito, muitos militantes da Nova Holanda se afastaram e o número de pessoas envolvidas reduziu-se ainda mais. Ao mesmo tempo, o nível de exigência da população local cresceu, sem que houvesse um correspondente aumento no seu envolvimento nas atividades comunitárias. Esses fatores articulados reforçaram ainda mais a transformação pela qual passava o movimento popular local.

Em 1993, após nove anos, a Chapa Rosa foi derrotada pelos setores mais tradicionais do movimento popular notadamente ligados a grupos políticos oportunistas que viam nas favelas a chance para construir seus “currais eleitorais”. Isso se deu, como vimos acima, em grande medida pela conjunção da crise interna e da conjuntura mais geral da política brasileira e da própria crise das esquerdas nos anos 90.

Contudo, o saldo da experiência do movimento popular na Nova Holanda e da experiência da Chapa Rosa, a nosso ver, é positivo. As ações empreendidas para garantir direitos básicos conseguiram mobilizar os moradores e o movimento de organização de instituições comunitárias pode apontar caminhos, ainda hoje, para o movimento popular, especialmente os referentes às favelas cariocas.

Outro aspecto fundamental é o de que, no processo de mobilização, reuniões, assembleias, construção de reivindicações e pressão sobre o Estado, os moradores foram forjando uma identidade combativa e assumiram para si uma autorrepresentação positiva. Essa identificação foi importante, pois estabeleceu as bases para a rejeição de rótulos e estereótipos que lhes eram impingidos e

que dificultavam bastante a vida. Um bom exemplo disso, como já apontado nos capítulos I e II, foi a representação dos moradores como malandros avessos ao trabalho, à ordem e incapazes de pensar soluções para seus problemas.

Assim, importantes lições podem ser tiradas das experiências empreendidas na Nova Holanda, sobretudo o entendimento de que as necessidades materiais dos moradores devem fazer parte da sua formação cidadã – não se deve menosprezar essa dimensão subjetiva – e de que o grau de comprometimento político não se mede apenas “no terreno da consciência” (SOUZA SILVA, 1995) nem apenas pela inserção nas organizações e instituições locais, mas também pela prática cotidiana que pode ser transformadora também nos pequenos atos diários.

Compreender as necessidades básicas da população, entender suas insatisfações e converter isso em agenda política transformadora não são tarefas fáceis, sobretudo, diante de uma conjuntura político-econômica desfavorável. Ainda assim, vale a pena o engajamento e a mobilização, pois eles são fundamentais para a afirmação das favelas como espaços que têm o direito de ser tratados e atendidos pelo poder público da mesma forma que toda a cidade. Talvez essa seja a maior lição que possamos ter ao compreendermos o movimento popular empreendido na Nova Holanda.

No próximo capítulo, apresentamos depoimentos de moradores que ajudaram a construir a história da Nova Holanda. Os relatos revelam pontos de vista singulares cujo valor é inestimável e constituem o ponto máximo do nosso trabalho.



**04 // A MEMÓRIA DA
NOVA HOLANDA POR
SEUS MORADORES**

FOTO // Giane Carvalho

// Dona **Maria** Lopes

MARIA DA COCADA

Tenho 32 anos de residência na Nova Holanda. Eu vim da Bahia para o Rio com dois anos. Eu morei inclusive em Copacabana, no Morro da Catacumba. Então, eu me considero carioca. Viemos meu pai, Francisco Flor, minha mãe, Maria Ester e três irmãs mais velhas do que eu. Do Morro da Catacumba eu me lembro que... Foi muito bom, porque eu passei a me entender como gente. Lá era um morro muito alto, mas é o morro que até hoje eu tenho saudades, saudades de onde passei a minha infância até a idade de nove anos. Estudei no Colégio Passarinho, estudei no Colégio Dona Maria da Glória. Fiz jardim da infância ali, foi muito bom. E lá no morro, era barracão de zinco na época. Quando jogava uma pedrinha, a pedrinha batia em quase todos os barracos... E era muito alto e naquela época existiam muitas valas naquele morro, mas era um lugar muito bom de morar! Foi onde eu iniciei a minha caminhada. O Morro da Catacumba era um morro em que quase não se via violência. Porque naquela época já existiam pes-

soas que trabalhavam com seus próprios trabalhos... Mas eles nos respeitavam muito. Naquela época chamávamos de malandro; não era bandido, era malandro. Mas era dentro dos barracões, oculto. E quando a gente passava, eles tinham muito respeito. As senhoras idosas eram chamadas de vó e outras eram chamadas de tia. Enfim, tinha-se muito respeito, muita consideração.

E de lá do Morro da Catacumba, minha mãe resolveu mudar. E fomos morar no Caju. Até a minha idade de 14 anos, eu morei no Caju, Parque São Sebastião. Minha mãe tinha parentes que moravam no Parque São Sebastião. Lá eu estudei na Escola Expedirão Rosas. Também era uma comunidade muito carente, uma comunidade muito humilde e não se via esgoto, não tinha saneamento básico; as valas eram no meio da rua. Tem a favela, a linha do trem e o cemitério. Eu já fazia muito doce naquela época. Eu era bem nova. Existia uma firma, a Kawashima do Brasil, que era uma metalúrgica japonesa. E eu vendia muito doce ali.

No Caju, eu tive uma vida de criança, muito sacrificada. Mas eu sempre fui muito inteligente, sempre gostei de dançar, brincar, cantar, sempre fugia pra ir me divertir um pouquinho. Mas naquela época as coisas eram muito diferentes e ali existia muito respeito. As crianças eram muito bem protegidas, tanto por Deus, como pelo homem, na terra, não é?!

Naquele local também era um lugar muito difícil a sobrevivência, mas existia ali o vazador de lixo. O vazador de lixo era onde as pessoas catavam lixo, papel, vidro – reciclagem, como hoje se chama. Hoje tem cooperativa para as pessoas, mas antigamente não tinha. Você chegava e você catava pra você mesmo. Você vendia, você ganhava seu dinheiro. Eu fui criada assim... Moleca de rua. Ia pro mercado Cadeg.

Antigamente tinha bonde, não é? Bonde Caju-Retiro. Aí, era eu e um grupo de garotas e íamos pegar restos de fruta, a gente vinha de carona de bonde. Então, foi um tempo bom, sabe?! Uma vez, pegou fogo na favela e aquelas pessoas foram indenizadas, mas não se podia mais construir e nem podia mais habitar naquele local. Então, eu saí do Caju e fui morar em Acari. Um ano. Morei um ano em Acari. Aí, eu vim morar aqui na Nova Holanda.

Antigamente era muito perigoso aqui dentro. A minha mudança, quando chegou na Rua F foi atacada! Meu cunhado chegou com o relógio no braço, cordão no pescoço. Antigamente tinham os irmãos metralha. Os caminhões já eram atacados e se perdia aquilo que estava trazendo. Então, fiquei com pouca mudança dentro do caminhão, mas mesmo assim eu gostei da Nova Holanda. Gostei da Nova Holanda. É isso aí. Pra mim foi fortalecimento e aprendizagem, porque eu aprendi como eu deveria viver na localidade. Você chegou, você tem que saber ciscar naquele pedaço, não é mesmo? Eu passei a ter o cuidado com aquilo que me pertencia. E dali por diante eu fui fazendo amizade.

Na Nova Holanda, minha primeira casa foi na antiga Rua F, número 30. Morei um ano. Aí, pegou fogo na Rua Primeira... Era só barraco. Do lado da minha casa, a senhora botou fogo no barraco também, aí eu falei: “Caramba, o fogo tá me perseguindo”. E aí eu fui morar na Rua Bela. Na maré. Comprei um barraquinho na Maré, comecei a fazer obra... Depois eu fui morar na antiga Rua Quatro. Fui morar no barraquinho, fazendo minhas cocadas, minhas costurinhas e meus filhos pequenos. Eu sempre fui uma pessoa decidida. Hoje está mais difícil, mas antigamente tudo era mais fácil. Eu falei: “Não vou mais morar aqui”. E aí, eu vendi, embrulhei o dinheiro no jornal e enrolei e coloquei debaixo do braço. E cheguei, entrei na Rua Bittencourt Sampaio e perguntei a uma garota se ela não sabia alguém que teria um barraco pra vender. E ela disse: “A minha madrinha tem”. Eu comprei e na época foi 15.000 ou 15 cruzeiros, eu nem lembro mais o dinheiro da época. Sei que era um barraco muito bom e que hoje em dia é difícil um barraco daquele. Parecia uma casa de alvenaria muito bem preparada. Dali eu fui para Rua Bela. Isso.

Quando eu vim morar aqui, eu vendia doce, vendia cocada “como água”. Nesse barraco que eu comprei, já tinha sido colocado luz, mas água era difícil cair na bica. Era fraquinha. Então, a gente comprava rola de água. E a minha casa eu fui construindo aos poucos. Chegou ao terceiro andar.

Sabe, eu tinha 22 anos quando eu vim morar aqui. Mas só que, devido ao cansaço, ao sofrimento, eu já me sentia como se tivesse 50. E hoje, eu, com 50 e mais uns quebradinhos, eu me sinto como se tivesse 30.

Sobre meus filhos, eu tenho quatro homens e uma mulher e eu sempre eduquei e ensinei a eles o caminho do bem. Ensinei a eles a trabalhar, a não mexer em nada de ninguém. Se chegassem em casa com qualquer coisa e falassem assim: “Ganhei!”, eu ia com eles até aquela pessoa que deu pra confirmar se realmente eles tinham ganhado. Depois, Ronaldo já foi crescendo mais e o Reginaldo também e eu já mandava eles levarem doce na Kawashima pra mim. Eu esperava eles no ponto do ônibus. Inclusive essa família do angu esperava eles no ponto do ônibus também, mas era pra tomar o dinheiro que eles traziam.

A época que essa bandidagem começou? Quando eu cheguei aqui, o Candinho era o dono da localidade, assim, como um rei! A cabeça do movimento. Os irmãos metralha vieram depois. E depois outros. O Jorge¹⁷ veio depois. O Jorge Negão, eu vou te dizer uma coisa, ele poderia ter todos os defeitos dele, mas as pessoas respeitavam a favela. Ele botou moral. Ninguém roubava aqui dentro. Quando eu vim morar aqui, todo mundo atravessava a Avenida Brasil. Não tinha passarela. Não sei se foi o Leonel Brizola que fez parte dessa construção, sei que ele fez parte também da construção das palafitas. Ele ajudou muito as pessoas a irem para o outro lado e morar melhor. As pessoas morriam muito na Avenida Brasil. Depois foi construída a passarela. Apesar do que essas passarelas hoje estão precisando de um grande reforço. Elas estão muito detonadas, não é isso?

Hoje, aqui na Nova Holanda, eu vejo uma cidade. Sabe por quê? Eu sou evangélica, eu vivo muito no meio das pessoas da sociedade. Talvez minha vida esteja com uma certa dificuldade financeira, mas vai melhorar, porque quem tem Deus tem tudo. Eu creio na vitória. Mas hoje você vê: o evangélico está sendo pregado aqui não só na favela, mas no mundo inteiro. Antigamente, ninguém de fora podia entrar e nem sair com facilidade. Hoje nós vemos que as pessoas vêm de fora, entram e visitam seus parentes. Sem medo. Nós vemos que as coisas mudaram muito. Tudo melhorou. Meu pai está com 83 anos, mas ainda estuda no Colégio Nova Holanda. Está bem lúcido. Ele estuda aqui na Nova Holanda: Rua Cinco. Ele

17. Jorge Negão é um dos “personagens” mais comentados da história da Nova Holanda. Era ligado a uma série de atividades ilícitas, mas conquistou a simpatia de parcela da comunidade por impor uma espécie de “paz armada” aos grupos que praticavam pequenos furtos e assaltos na favela.

“É muito importante que vocês tenham o que contar, contar o que foi a Nova Holanda e o que é a Nova Holanda. Como a Nova Holanda iniciou e o que ela é hoje e está se tornando. Muito abençoado. E talvez as pessoas que moram lá embaixo, na sociedade... aqui dentro tem pessoas com muito mais categoria. Entendeu?! Eu creio que é um trabalho muito bom. Se vocês caminharem bem, vocês vão em frente”.

está se alfabetizando, sabe. E tem as associações dos moradores e eu tenho observado quando passo, porque eu não sou curiosa, mas a gente tem dois olhos pra ver, não é isso? Eu tenho observado que aqueles lixos que tinha na rua não tem mais. O Rio de Janeiro é uma cidade maravilhosa.

Essa iniciativa que vocês estão tomando é muito importante. É muito importante que vocês tenham o que contar, contar o que foi a Nova Holanda e o que é a Nova Holanda. Como a Nova Holanda iniciou e o que ela é hoje e está se tornando. Muito abençoado. E talvez as pessoas que moram lá embaixo, na sociedade... aqui dentro tem pessoas com muito mais categoria. Entendeu?! Eu creio que é um trabalho muito bom. Se vocês caminharem bem, vocês vão em frente. Eu autorizo o uso da minha entrevista e deixa eu explicar por quê: porque eu não estou nem aumentando e nem diminuindo. Eu estou falando do passado, do presente e eu creio que do futuro também. O que eu estou falando aqui é coisa firme, tá bom?! Fiquem com Deus.

// Seu **Genival** de Oliveira

Eu, quando era pequeno, tinha nove pra dez anos, o meu falecido meu avô – que foi quem me criou – pegou uma enxadinha pequenininha, botou um cabinho e disse: “Vamos embora trabalhar na roça comigo”. Eu não conhecia pé de lavoura nenhuma, nem feijão, nem de nada! Eu tava lá e meu avô: “Ôh, meu filho, não é assim, não, você está cortando a lavoura toda aí”. Foi me ensinando e aprendi. Me criei, comecei a trabalhar sozinho, pra mim, fazendo plantação. Meu avô me deu um terreno pra eu trabalhar, fui trabalhando, trabalhei até os 18 anos. Isso lá no município de Alagoa Nova. Aí, completei 18 anos e vim pra Campina, pra onde eu nasci. Lá fiquei uns cinco anos mais ou menos. Aí, minha mãe, em 1952, veio aqui pro Rio. E minha mãe mandou dinheiro pra eu vir e eu peguei o pau-de-arara.

Na época, não tinha ônibus, não, era um caminhão, era o pau-de-arara. Iam todos por cima da carroceria e os paraíbas vinham todos impressados um no outro. Nem dava pra esticar a perna.

Gastamos oito dias de lá até aqui. O caminhão ainda quebrou no caminho e ficamos dois dias parados na estrada. O dono do carro mandou-se pro lado de Minas atrás de peça, quando chegou, no outro dia, pra colocar a peça no carro. E a gente lá, no meio da estrada, esperando. Chegamos aqui de madrugada, no dia 15 de janeiro de 1953. Eu tinha... já estava dentro dos 19. Não, não! Dentro dos 22. Hoje eu tenho 80!

Minha mãe se chamava Maria Joaquina da Conceição e meu pai, Manoel Joaquim de Oliveira. Eu tive seis filhos, mas vivos só tem quatro, morreram dois e minha esposa se chama Maria Firmina da Costa. Mas, voltando à minha chegada ao Rio, a minha mãe morava na Favela João Cândido, ali onde era o mercado São Sebastião, pra cá um pouquinho, logo ali em frente à Lobo Junior. A Marinha foi aterrando, aterrou até lá no Porcão, aí tirou todo mundo de lá. Aí, nós fomos morar em Vicente de Carvalho, no Morro do Juramento. De lá, saí e fui para Parada de Lucas e depois para Brás de Pina. De Brás De Pina, Carlos Lacerda construiu isso aqui e tirou a gente da Favela da Taborari, que ficava ali atrás da garagem da Itapemirim.

Eu vim para Nova Holanda em 1961. E estou até hoje. Nessa Favela da Taborari, morador de favela trabalhava... Meu primeiro emprego foi numa padaria, mas não assinou carteira. Carteira assinava no Matadouro da Penha, onde trabalhei a primeira vez. Depois fui trabalhar em obra, trabalhei em uma pedreira em Engenho da Rainha. Saí e fui trabalhar de ajudante de caminhão, esses carros de entregar carne nos açougues. Trabalhei oito anos e voltei a trabalhar em obra de novo. No Parque União, tinha uma firma, aqui no valão, que tinha negócio de embarcação, rebocador, também era construção civil. Trabalhei mais de dez anos nela. Entrava e saía, entrava e saía. Quando eles pegavam um trabalho para a Petrobras, eles iam procurar onde a gente estivesse pra trabalhar, porque já sabíamos do serviço. Não iam botar qualquer um pra fazer. Aí, vinham, mandavam chamar aqui em casa, pra gente ir trabalhar, quando já morava aqui, na Nova Holanda.

Lá, na Favela da Taborari, não cheguei a ficar nem um ano, fiquei acho que uns oito a nove meses só. Morava pertinho da minha mãe. Eu já tinha filho. Lá nasceram três dos meus filhos. Lá a

favela era grande, só que com barraco de tábuas. Da minha família, tinha mais dois irmãos, além de uma tia que morava lá também. Mas vieram pra cá também. Moravam aqui nos fundos, aqui nessa outra rua. Lá tinha mineiros, gente do estado do Rio. Todo mundo ajudava um ao outro. Não tinha negócio de confusão com ninguém, nem tinha bandido armado, não tinha nada. Tudo legal. Tu não via um vivente daquele fumando na rua, maconha. Não via, não. E respeitavam um ao outro.

Sobre a remoção, foi porque deu uma enchente em 1958 e alagou aquilo tudo e perdi até a primeira página da minha carteira profissional, porque o barraco encheu d'água. A salvação foi que tinha um morador lá que tinha um barraco, que tinha um segundo andar, e acomodou a gente tudo pra lá até a água baixar. Mas a água invadiu as casas todas. Muita gente perdeu muita coisa. Aí, Carlos Lacerda começou a construir isso aqui. Aí, logo a associação de lá, uma associaçõzinha lá, avisou que a gente vinha pra cá. Começaram a fazer o aterro. Isso aqui tudo era maré. Maré enchia, enchia tudo aqui. Começaram a aterrar e eu, quando vim para cá, ainda não tinham aprontado ela [a Maré]. Ainda faltava botar luz, água, calçada... Não tinha calçada aí na rua, não era asfalto, era barro! De manhã cedo, só via nego com um balde d'água, com uma criança atrás, até a mulher mesmo ia junto com ele, com o marido, ia levando um balde d'água e um pano pra ele enxugar os pés, que lavava lá na Avenida Brasil, se calçava e ia trabalhar. A lama dava no meio da canela, o barro. Porque... como ia pisar na lama calçado? Era um barro vermelho aqui, só você vendo. Chovia, pronto, acabava a graça aqui. E quando fazia sol era aquela poeira de barro... Era um sofrimento aqui. Depois botaram paralelepípedo e daí botaram o asfalto.

Em 1961, já tinha a Light. Tinha uma associação já, de morador, que a gente pagava um trocado. Não tinha relógio ainda, não tinha nada. Tinha um cara que tomava conta lá da sede, o seu Ezaquiel, e se não pagava aquela taxa, ele ia lá e cortava a luz. Aí, o cara pagava, ele ia lá e ligava de novo. Quando estourava um transformador, queimava um fusível, a gente fazia vaquinha pra comprar outro. A diversão na época era pouca. Não tinha forró naquela época, não.

“Esqueci de uma coisa: as pessoas pegavam água no outro lado da Avenida Brasil. Para isso, utilizavam a lata de 20 litros, com um cabo de madeira, que era transportada pela mão ou, mais usualmente, na cabeça. Também utilizavam o rola, um barril, de vinho, protegido por dois aros cortados de pneus velhos e tracionado por uma vara de ferro de $\frac{3}{4}$ de polegada, fazendo-o girar sobre o próprio eixo. Os rolas eram feitos pelos próprios moradores”.

Não tinha baile. Futebol tinha e o campo de futebol era próximo à fábrica de macarrão da Paty e o clube de malha na Rua A com a Rua Sargento Silva Nunes. Mas não tinha forró, pois todas as coisas só funcionavam até as 22 horas. O comércio era centralizado para o lado da Rua Sargento Silva Nunes. Havia farmácia, açougue e “tendinhas”, pequenos pontos de venda de mercadorias diversificadas. Daquele lado também ficava o Posto Policial. Mas me lembro da Copa do Mundo de 1958. Assisti lá em Brás de Pina. Assisti na televisão lá do botequim. Acho que era Suécia, sim. Jogava o Pelé, Jairzinho, Garrincha, Zagalo.

Aqui na Nova Holanda, quando o morador precisava de alguma coisa, eles iam lá fazer um pedido lá na associação. E tem até hoje a associação e quando se precisa de alguma coisa, vai lá fazer um pedido. Ah! Esqueci de uma coisa: as pessoas pegavam água no outro lado da Avenida Brasil. Para isso, utilizavam a lata de 20 litros, com um cabo de madeira, que era transportada pela mão ou, mais

usualmente, na cabeça. Também utilizavam o rola, um barril, de vinho, protegido por dois aros cortados de pneus velhos e tracionado por uma vara de ferro de $\frac{3}{4}$ de polegada, fazendo-o girar sobre o próprio eixo. Os rolas eram feitos pelos próprios moradores. O pneu era fácil de encontrar na rua ou no posto de gasolina na Avenida Brasil, que, naquela época, era uma pista só para subida e outra para descida. E quem não podia ter o rolator trazia lata na cabeça. Antigamente os barris vinham cheios de vinho. O caminhão vinha cheio de vinho e aquele barril, quando esvaziava, eles vendiam. Tinha um ferro-velho aqui dentro que vendia os barris já vazios. O pessoal comprava, botava borracha, cortava o pneu e a madeira não pegava no chão. Tinha a Dona Antônia, que ajudava a fornecer essa água, ela vendia. Ela morava na Rua I. Era na rua do Zezito. Eu morava lá na frente. Ela vendia água. Um barril ela vendia, uma lata ela vendia. Ela tinha água na cisterna em casa.

Já o Sr. Juvenal ali da esquina, ele não vendia, não, ele dava água. Todo mundo ele dava. As melhorias foram acontecendo. Tinha a Maria Amélia, que tinha uma creche. Ela tomava conta das crianças, juntava aquela criançada e levava pra casa dela. Levava pra escola. Ela passava por aqui com aquela meninada, parecia até uma procissão só de criança. Era de graça, ela fazia por amor às crianças. Quando eu cheguei aqui no Rio, em 1953, a Avenida Brasil tava lá, exatamente, em frente ao matadouro. Era uma pista só que tinha. Pra lá e pra cá. Era uma pista só. Começou lá embaixo e chegou lá na Penha em 1953, quando eu cheguei. Era tudo barro, tudo chão. Depois que foi aumentando e hoje parece que tem quatro pistas. Ainda é pouco. A construção da Linha Vermelha, eu só lembro quando ela chegou aí, mas de onde ela começou, eu não lembro. Aquilo tudo pertencia ao mar, foi aterrado, aterraram tudo e começou a Linha Vermelha.

Quando eu vim morar aqui, as casas de madeira eram melhores que a minha, que eu morava lá em Brás de Pina. As tábuas eram novas e lá tudo era tábuas velhas, telha de lata. E aqui era telhadozinho. Era uma parede só pra dois moradores, pra mim e pro meu vizinho do outro lado. Era uma parede só. Eu comecei a construir a minha casa de tijolo depois do aniversário de 15 anos da minha filha e depois, comecei a fazer um pedacinho hoje, um pedacinho amanhã.

Fui juntando tudo. Eu tenho o papel da casa: 1970. O registro de moradores. Que é a C.A.B., BNH, o documento original que garante a posse da casa. Isso foi na época de um projeto trazido para a favela pelo presidente João Figueiredo. Sabe, era muito melhor quando eu cheguei pra cá. Não tinha essas bagunças que tem hoje. Hoje é muito diferente. Tem hora que não tem nem sossego de ir na padaria comprar um pão, que o tiroteio tá comendo a gente. E na minha época não, na minha época, a gente saía à vontade. Eu sempre gostei de pescar. Sempre gostei. Eu pesco muito ali atrás do hospital do Fundão. Do lado de lá, que a Petrobras construiu. Pesco ali. Sempre pesquei. Faço assim: tomo café, pego minhas linhas, os anzóis, boto dentro da bolsa, jogo nas costas e vou. Só. Sozinho. Saio de manhã e chego de tardezinha. Desde Brás de Pina minha diversão é essa. Até hoje. Lá em Brás de Pina, eu pescava atrás da cabeceira da pista. Tinha uma ilha ali, onde a Linha Vermelha passa, encostadinho ali, tinha uma ilha. E a gente pescava lá. Hoje não pode pescar mais, porque a lama dos esgotos cobriu tudo.

Quando tinha um trocado pra pegar uma canoa, eu pegava. Tinha um coroa lá, que morava na estrada do Quitungo, que alugava uma canoa, era barato, mas pra gente era difícil ter um trocadinho guardado, não é mesmo? Mas quando podia, alugava uma canoa e ia até lá pra Tubiacanga. Ia pescar lá. Às vezes, vinha aqui, até a ponte. Era difícil a gente vir pra cá. Só vinha se tivesse um barquinho. Eu tive um barquinho sem motor, sem nada. Remo. Quando a maré enchia, eu encostava o barquinho aqui. Eu ia com esse barquinho que eu tinha até lá em cima, na passarela da Avenida Brasil, com a maré cheia. Quando a maré enchia, eu subia até lá. Eu, graças a Deus, sempre fui feliz, tranquilo. Tenho vários netos e bisnetos e eu faria tudo de novo na vida, porque, afinal, tem nada de anormal, não.

// Seu Joaquim Severino da Silva

“Tudo que está feito aqui foi feito pelo nosso punho, da nossa mão, dinheiro na mão, do nosso trabalho”.

Associação? Meu amigo, a única coisa que a associação fez até hoje, e que eu acho que a associação fez bem, foi relacionada ao bem-estar! Em caso particular de moradia, a associação nunca ajudou em nada, nunca ajudou em nada. Tudo que está feito aqui foi feito pelo nosso punho, da nossa mão, dinheiro na mão, do nosso trabalho. Esse negócio do caminhão da Comlurb passar aqui todo dia para apanhar o lixo, tá, melhorou, a comunidade não tinha isso. Outra coisa também, graças a Deus, é a Cedae, que quando precisamos de um conserto o cara está aí. A luz nossa também é muito boa; danifica, mas tem alguém pra consertar. Isso aí tudo veio da associação. É a associação que age nisso aí, isso é. Eu fui na associação pra passar essa casa pra minha filha, passar para o nome dela, mas eu nunca fui na associação pra nada, nunca gostei. Eu não gosto muito de ocupar os outros.

Aí, foi tempo que Lacerda pretendeu tirar o povo lá da Praia do Pinto, do Querosene, da Macedo Sobrinho. Aí, começou a aterrar a Nova Holanda em 1958. Aí, começaram a fazer a Nova Holanda, Ci-

dade Alta, Vila Kennedy, Cidade de Deus, Vila Aliança, tudo foi Lacerda que fez, essas comunidades foi ele que fez. E aí, começou tirar a moçada, muitos vinham de Macedo Sobrinho pra cá, outros iam pra Cordovil, ele não botava nunca uma comunidade toda direto numa comunidade só: era um bocado pra cada lado, sortido. Pra mim, Lacerda foi um bom governo. Tirou aquele capinzal brabo lá do Flamengo e fez aquele jardim maravilhoso até Botafogo, foi tudo no governo do Carlos Lacerda. Então, foi um ótimo governo do Rio de Janeiro e nada tenho a me queixar. Não reclamo que ganho pouco, não reclamo de nada. Primeiro, tenho saúde, tenho 81 anos... Nossa, me deu uma arrepiada em dizer isso, a gente fica meio arrepiado...

Lacerda começou a aterrar a Nova Holanda em 1958. Quando Juscelino Kubitschek fazia Brasília, Lacerda fez a Nova Holanda, em 58, 59. E em 60, 61, começou a fazer os barracos, as *duplex* lá embaixo, nas Ruas Oito, Sete e Seis pra lá, e aqui já tava pronto. Eu também trabalhei fazendo essa Escola Nova Holanda, nós trabalhamos lá, onde tem aquele pé de pau [uma árvore que está dentro do pátio da Escola Nova Holanda], que tem a mesma idade dessa escola, 50 anos! Acabei de fazer o muro do outro lado e plantamos aquele pé de árvore na escola. Essa escola foi inaugurada em 61, 62, porque me lembro que eu cheguei aqui e a escola tava terminando ainda. E foi por esses tempos aí que veio o Lacerda e mandou plantar árvore em tudo isso aqui. A Nova Holanda era coberta de árvores, era bonito. Trabalhei na obra dessa escola e meus filhos todos estudaram aí, e meus netos todos estudaram aí. Tenho 20 netos, tenho sete filhos. A minha filha mais velha é enfermeira, no Getúlio Vargas, tem 32 anos que trabalha pra lá. A minha filha Dora é enfermeira da Golden Cross dali da Mangueira, também já se aposentou. Todos dessa escola, todos estudaram nessa escola! Meus netos estão criados, formados em faculdades. E meu filho tá lá na Suécia trabalhando.

Sobre a violência na Nova Holanda, foi agora por volta de 86, 87, 88... É nascido tudo aqui... Antigamente, não tinha o que tem agora, cada um vendia seu bagulho na sua casa, não tinha aquele negociar, ficar querendo tomar a casa do outro. Mas toda vida teve um camarada que vendia seus negócios aqui, seu pó pra lá, porque esse negócio de tóxico já vem de muito longe, meu jovem, já vem de muito longe.

Não tenho nada a dizer de Nova Holanda e se tem outro canto melhor que a Nova Holanda, até agora nunca vi. Já sobre Copacabana, Leblon, Leme, Ipanema, eu escuto nego dizer: “Ih, rapaz, assaltaram um turista ali na Nossa Senhora de Copacabana, roubaram um lá na praia, outro lá na Visconde de Pirajá, em Ipanema”. Ôh, meu irmão, e eu vou falar de Nova Holanda? Moro aqui esse tempo todinho e ninguém nunca abriu minha casa pra roubar um fósforo, uma caixa de fósforo. Moro aqui há 49 anos e nunca me roubaram uma garrafa, nunca! Até hoje nunca fui assaltado no Rio de Janeiro, Deus nunca me deixou acontecer nada. E vou falar de quê? Não tem palavra! Nova Holanda não, Nova Holanda é grande, rapaz. O que eu acho mais da Nova Holanda hoje é que melhorou em comércio, melhorou em proposições de habitação, que hoje tem prédio com três, quatro, cinco andares por aí. O que piorou foi a violência um pouco, mas por que piorou na violência? Porque também os governos atuais... você via naquele tempo, quando chegava aqui na Avenida Brasil, você encontrava pedreiros trabalhando. Hoje não se vê mais isso, naquele tempo, as firmas botavam 50 homens pra trabalhar e hoje botam uma máquina. Isso aí é um trato que eu vejo, tá ligado? Hoje uma máquina só faz serviço de 50 homens, serviço num dia que o homem passa um mês pra fazer.

Sabe, eu conheço, é um conhecimento da nossa comunidade, porque nem todos conhecem, porque olha, tem muitos que moram na Nova Holanda, mas não têm detalhes da Nova Holanda. Por quê? Nunca se interessaram, outros, porque chegaram depois, correto? Outros que chegaram e já saíram. Mas eu não, eu conheço, eu conheço a Nova Holanda, quando começou, no começo, no meio e tô até o fim na Nova Holanda. Cheguei aqui e vi os caranguejos morrerem, correrem de dentro da lama. Eu olhava e via isso aqui tudo cheio de pau, de lama, lama preta, o mau cheiro de maresia. Uns já saíram daqui, outros se foram, já morreram e eu estou aqui. Só posso dizer que a Nova Holanda é Nova Holanda, não tem lugar melhor que a Nova Holanda no Rio. Se o cara pergunta se você já encontrou um lugar que é melhor que a Nova Holanda, você diz: “Melhor que a Nova Holanda, só quando eu chegar no céu”, porque Nova Holanda é só aqui na Nova Holanda. Porque a

Nova Holanda tem tudo, tem comércio, tudo, tudo, tudo. A gente tá tomando um cafezinho, o homem passa aí, todo dia, a comunidade, cinco da manhã até oito da noite, perdi as contas, todos trabalham. Tem ônibus pra Barra, ônibus pra Alvorada, ônibus pro Leblon! Kombi, ih, meu Deus, quer melhor do que isso? Está tomando um cafezinho e o cabra diz: “Ôh, seu Joaquim!” E eu digo: “Ôh, meu filho, espera aí que tô tomando meu cafezinho aqui”. O cara para a Kombi, a gente toma o cafezinho, joga o copo dentro da pia e pega a Kombi e vai para Bonsucesso. Quer coisa melhor do que isso? Se vai descer o morro e o cara tá passando mal, não tem ninguém pra ajudar. E você vê aqui: quantos carros tem aqui? E corre, alguém socorre: “Socorre aqui, minha filha, minha mulher que tá morrendo”. Bota dentro do carro, cai pro meio do mundo e chegando lá, tem hospital. Presta atenção! Boto a água no fogo, corro ali, vou ali na Teixeira, seis horas da manhã já tem padaria aberta, mercado, tudo... “Me dá um pacote de café e um quilo de açúcar.” E volto pra casa, chego aqui e a água não tem nem fervido ainda, pra fazer o café. Tem farmácia aberta a noite toda! A Nova Holanda é um centro da cidade. Supermercado na Teixeira Ribeiro tem pra você escolher de melhor, tudo barato. Então, meu irmão, é uma coisa boa a Nova Holanda. Fale da Nova Holanda quem quiser, mas nós estamos aqui pra valorizar a Nova Holanda, pra propagar a Nova Holanda. E quando vêm: “Você é de onde?” “Ah, de Nova Holanda”. Como nós gostamos da Nova Holanda! Sabe, hoje mesmo eu fiquei pensando: “Meu Deus! Como as coisas mudaram dentro de 52 anos, não é mesmo?”

Se tenho algum sonho na minha vida? Eu acho que já cumpri meus sonhos. Primeiro, todos os meus filhos estão bem, cada um tem sua casa, suas famílias, meus netos tão bem, então, um homem com 80 anos, ele vai sonhar mais o quê? Ele tem que andar bem, comer bem, dormir bem, vestir bem, entendeu? E gastar o que ele tem dentro da medida pra não tá pedindo aos outros: se você tem dez, gasta cinco. O maior bem-estar do homem é esse, o cara andar com a cabeça erguida onde passar. Isso que é importante pra mim, é isso aí, o sonho meu é esse: onde passar ser legalizado dentro da favela, todo mundo me conhecer. Todo mundo me trata bem, todo mundo sabe quem eu sou, sabe como eu cheguei, sabe de onde é

“ Se tenho algum sonho na minha vida? Eu acho que já cumpri meus sonhos. Primeiro, todos os meus filhos estão bem, cada um tem sua casa, suas famílias, meus netos tão bem, então, um homem com 80 anos, ele vai sonhar mais o quê”?

que vim, o sonho é isso. Cheguei aqui no dia 20 de maio de 1962, aqui nessa casa, no barraco, e em 1970 foi que eu entrei pra igreja. Só quem vivia aqui eram os caranguejos, só o caranguejo que vivia aqui, porque era água e lama.

Eu vim sozinho pro Rio e passei 17 dias de viagem naquela época, porque não tinha ônibus, naquela época era tudo caminhão, pau-de-arara, eu era solteiro. O homem de 17 anos era criança ainda, meu irmão! Não tinha família aqui, vim pra trabalhar. Quem era o responsável por todo o nordestino que vinha pro Rio era o João Gordo, que era quem recebia todo nordestino que vinha da Paraíba. Ia tudo pra lá, pra São Cristóvão, e quando chegava lá tinha serviço arrumado. Chegava no domingo, na segunda-feira já começava trabalhar. E eu cheguei aqui no domingo à noite e na terça-feira comecei a trabalhar lá em São Cristóvão mesmo. Trabalhava a semana toda e ia pra farra em São Cristóvão, porque São Cristóvão, naquele tempo, era a feira do nordestino mesmo. Aí, então, tudo que tinha ali era do Nordeste: comida, forró, tudo era nordestino. Então nós ficávamos ali, todo mundo dormia na obra, cozinava na obra mesmo e no outro dia pegava no trabalho. O

couro comia a semana toda e naquele tempo, nós fazíamos muita hora extra. Naquele tempo, a gente saía do Norte, do Nordeste pra vir pro Rio. Cheguei no Rio em maio de 1948. Quando foi em 53, fui embora pro Norte, voltei em 55. Fui pro Norte e me casei em 56 e fiquei até 61. Em 61, voltei pro Rio e já vim com a família, aí, não voltei mais, vim embora pra sempre. Em 1965, teve um grande fogo aqui, queimou 100 casas, 100 barracos, lá na *duplex*, lá em cima. Em janeiro de 65, deu uma chuvarada, dia 20 de janeiro de 1965, o Rio embaixo d'água, Lacerda saindo do governo, empossando o Negrão de Lima... Uma coisa atrás da outra. Mas Nova Holanda é Nova Holanda. Moro aqui há 49 anos com a família nessa casa. Farreei muito, dancei muito, joguei muito jogo de Ronda, nunca me misturei com bandido, nunca bebi, nunca fumei, nunca cheirei. Fumava, sim, cigarro, mas nunca gostei de cerveja. Agora, negócio de tóxico, respeitou a mim, respeitou minha família, você é meu amigo. Pra mim, o que acho da Nova Holanda é que Nova Holanda é um ótimo lugar de se viver, criei meus filhos na Nova Holanda, porque pra mim é um lugar “cem por cento”. Pra mim isso é um canto bom de viver.



Organização de bloco de carnaval na Nova Holanda

FOTO // Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda



Eliana Souza toma posse como presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda

FOTO // Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda



Almoço comunitário organizado pela Associação de Moradores

FOTO // Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda



À ESQUERDA: Fotos de duas assembleias de moradores da Nova Holanda
ACIMA: Reunião da direção da Associação de Moradores

FOTO // Arquivo da Associação de Moradores da Nova Holanda

// Dona **Cátia Regina** Herculano da Conceição

Meu nome é Cátia Regina Herculano da Conceição. Tenho 38 anos. Eu nasci no Paulino Werneck, aqui no Rio. A minha mãe veio de Minas, mas ela veio bem criança. Ela me contava que foi morar na Teixeira Ribeiro e era tudo maré também, sabe? Era tudo tábua. E às vezes, enchia... Naquele tempo tinha aqueles barracos, aquelas palafitas. Minha mãe fez um barraquinho lá na palafita pra ela e nós viemos para cá, para Nova Holanda, porque a gente morava numa invasão que tinha ali na Rua Flávia Farnesi. Aí, depois saímos daqui e fomos para aonde é o Brizolão hoje em dia, e dali fomos para a Vila do João. Fui morar em outros lugares e voltei para Nova Holanda.

Mas como eu me lembro da minha infância aqui... Eu tomava muito banho dentro da maré! Era bem bacana. Bem legal. Isso tudo era maré. Tudo palafita, tudo barraco, sabe?! A gente ia e apanhava aqueles barcos e ia remando até a Praia do Coqueirinho e voltava. Nós gostávamos quando a maré enchia, nós gostávamos muito de

tomar banho ali. É o que eu me lembro de infância. Uma infância sofrida também, porque se carregava muita água. Nós não tínhamos água encanada e então, tínhamos que ir lá no posto de gasolina Saci apanhar água. Me lembro também, certa vez, quando o barraco da minha mãe... Não contei esta história ainda? Vou contar! Certa vez, minha mãe saiu para trabalhar e uma parte do nosso barraco estava meio ruim e então caiu. Afundou uma parte da casa. O armário da minha mãe caiu na maré e meu irmão, que tem 22 anos, teve um corte no braço. Nossa, minha mãe teve que deixar aquela parte fechada e foi refazendo aos poucos, foi arrumando com pernas de três, com madeira. Mas foi arrumando... Eu não participei da construção da Nova Holanda, porque na época estávamos na Vila do João e quando eu voltei já estava feito, já estava aterrado. Nós fomos removidos daqui para a Vila do João. Nós aceitamos essa remoção, porque lá eram casas. Casas. E aqui morávamos em palafitas, várias pessoas juntinhas, a gente fazia o próprio barraco, mas estava tudo caindo, a ponte caindo, tudo caindo. Não tinha água, não tinha esgoto, não tinha encanação, não tinha nada disso. E quando fomos para lá, já tinha água, rede de encanação, era asfaltado, as casinhas eram direitinhas, com quartinho dividido. Eu vivi bastante tempo fora e depois eu voltei. Eu saí daqui com 11 anos e voltei com 20 e poucos. Hoje tenho 38.

Mas se tem coisas tristes aqui, que marcam a gente e que a gente nunca esquece e que sabe que pode acontecer com a gente

“Mas se tem coisas tristes aqui, que marcam a gente e que a gente nunca esquece e que sabe que pode acontecer com a gente e com os filhos da gente, são essas crianças morrendo inocentes”.

e com os filhos da gente, são essas criança morrendo inocentes. Essas coisas. Já o que eu mais gosto de fazer aqui é sentar na porta do bar e tomar minha cervejinha. Tem o Mário. É na Principal. E se eu tenho um lugar que eu vou para pensar, descansar, é aquela pracinha ali perto do Brizolão, aquela pracinha perto do Samora Machel. É o lugar mais calmo daqui. Às vezes, eu vou pra lá escondidinha. Fico ali pensando, refletindo um pouco.

Meu sonho? Sinceramente? É ir embora daqui! Ir morar em outro lugar, mais tranquilo. Um lugar mais sossegado. Eu até gosto daqui, mas tem lugar que é mais calmo, que é mais tranquilo de se viver. E eu, com esse monte de filhos, eu desejo, meu sonho mesmo, é viver bem em um lugar que não tenha tanta coisa à vista, sabe?!

Meu maior medo? Que alguns dos meus filhos entrem para o mundo do crime. Antigamente, era bem melhor aqui. Era um lugar mais tranquilo. Eu me lembro, quando eu era criança, não via tantas coisas como a gente vê agora, não é mesmo?! Era tudo mais reservado.

// Seu **Adevanir**
de Oliveira

Meu nome é Adevanir de Oliveira, eu nasci em 30 de junho de 1937, daqui a mais ou menos quatro meses, ou um pouco antes, vou fazer 70 anos. Eu fico apavorado. Não é possível que eu já vou fazer 70 anos, outro dia mesmo que eu nasci. Eu moro aqui exatamente desde a fundação da Nova Holanda, porque vim da Favela do Esqueleto, em 62, embora eu só tenha vivido lá no Esqueleto de 1948 até 1962, que foi quando fomos remanejados aqui pra Nova Holanda. Bom, a minha família, antes do Esqueleto, morava lá na Matriz, no Sampaio, na Rua Alzira Valdetaro, isso mais ou menos em final de 1946, 1947. Só ficamos ali apenas um ano e fomos para a Favela do Esqueleto. Antes mesmo, eu morava lá em Santo Antônio de Pádua, meu pai era lavrador e a gente ajudava nos serviços de roça, coisa assim. Eu estudava num colegiozinho em Maranguatu, que era a mais ou menos uma hora e meia, duas horas a pé. Quase duas horas a pé, pra estudar. Quer dizer, quando a gente veio pro Rio, acabou esse martírio, só que eu parei de estudar. Ah, sim, eu fiz até a 4a série. De qualquer maneira, de 11 pra 12 anos, meu pai morreu e

eu já fiquei sendo o chefe da casa, tinha mais três irmãos. E a minha mãe era muito devargazinha também, analfabeta, e eu me considerava o “rei da cocada preta” na época, porque eu tinha que cuidar da minha família agora que meu pai foi. E eu fui, graças a Deus, um privilegiado, porque, apesar de tudo, Deus me ajudou e eu consegui. Meus irmãos tão tudo aí, tudo bem, tudo melhor de que eu, não que eu esteja ruim, também me sinto muito feliz na minha vida, mas meus irmãos tão tudo melhor de que eu. A chegada aqui era época de chuva, muita lama. Mas também foi com muita alegria, porque ninguém foi forçado a vir pra cá. Inclusive, a gente podia escolher: Nova Holanda ou Vila Kennedy? Na ocasião, Vila Kennedy era alvenaria, aqui era madeira, mas o fato de ser mais perto da cidade, a gente achou melhor ficar na Nova Holanda. Mas muita lama, muita lama mesmo e qualquer chuvazinha a gente se atolava na lama. O tempo foi passando e as coisas foram melhorando. Passamos também pela falta d’água, mas deu pra superar também e todo mundo sobreviveu e não morreu ninguém por falta de água.

Lá no Esqueleto, a gente tinha fundado um blocozinho carnavalesco, mas com a saída de lá, aquilo se espalhou, mas aqueles que vieram pra cá fundaram um outro bloco: “Unidos de Nova Holanda”, do qual eu assumi a direção da bateria. E ali a gente fazia reunião toda semana, muito bonito aquilo também. Era um bloco sem compromisso, era simplesmente pra complementar um lazer que não tinha na comunidade. Eu me sentia muito bem fazendo aquilo, independente da diretoria do bloco da Nova Holanda, porque eu fiz uma diretoriazinha para ajudar a bateria. E a gente fez uns dois ou três desfiles. A gente preparava, se ajeitava, entrava no ônibus e ia pra cidade, porque não tinha que tirar licença. Então, a gente ia lá e desfilava na Rio Branco, fazia aquela farra. Depois, ia pra casa. Aí desfilava por aqui e aí acabava. Até que houve um ano em que a gente chegou no desfile na Presidente Vargas, a passarela era na Presidente Vargas, aí não deixaram a gente passar na passarela. Já tinha televisão e deu um problema danado lá com o pessoal que tomava conta. Aí, todo mundo me viu na televisão reclamando e tal. Acho que aquilo que me tornou muito conhecido na comunidade... E eu disse: “Não tem problema, vocês não deixam a gente passar pela pista, a gente vai passar por de trás”. Passamos por de trás da pista e

a televisão filmando a gente. Fomos até o final, voltamos e cumprimos a nossa meta, que era de desfilarmos. Eu acredito que a gente tinha umas 800 pessoas mais ou menos e fizemos nosso desfile até chegar aqui. E esperar o outro dia pra desfilarmos aqui. Mas eu me lembro por que acabou: eu sei que houve um problema, a diretoria dissolveu, até que, numa outra ocasião, voltou de novo, já regularizado, com licença, com tudo direitinho. Mas era muito difícil levar as coisas pra frente. Aqui era local de muita pobreza, quer dizer, qualquer bloquinho tem despesa e era difícil ir pra frente. Até que aconteceu o “Mataram Meu Gato”, na época, 1973 – em 1974, já tava desfilando –, e nosso primeiro desfile oficial não tinha nem 100 pessoas. Eu não fui nesse primeiro desfile, o povo conta que nosso presidente, ele era meio desmiolado. A gente gostava muito, mas... acho que o presidente da federação perguntava: “Manuel, cadê o povo?” E ele dizia: “Vem aí, vem aí...” E aí passaram aquele meia dúzia de gato pingado na bateria e disse: “Cadê, Manuel, cadê o povo, cadê?” E ele dizia: “Já vem aí, presidente, já vem aí!” E não vinha ninguém. Quer dizer, esse foi o primeiro ano, mas aí, a partir do segundo ano, o povo já aderiu, só que a gente não conseguia classificar. Eram sete agremiações e a gente sempre era a última. O pessoal brincava muito dizendo que a gente era sempre o primeiro de cabeça pra baixo!

E havia aquela brincadeira: se virasse a tabela, a gente era campeão, né? E eu me afastei, porque achei que o presidente não tinha juízo e que a gente ia ficar perdendo tempo. Ele era gente boa, mas não tinha, assim, aquele compromisso quando se assume alguma coisa. Mas eu sei que eu fui envolvido pelo meu compadre e o presidente ficou doente, acabou falecendo. Aí, o compadre veio assumir em 78 e em 79, sabendo que para o ano de 80 eu ia assumir, quer dizer, em 80 foi a nossa primeira subida de grupo, que a gente nunca tinha tido. Em 81, fomos parar em terceiro lugar, naquele tempo até o quinto lugar subia. Aí, fomos parar em quinto lugar, quer dizer, subimos de novo. E aí, em 82, fomos campeões e em 83, fomos vice, até chegar na Rio Branco. Aí, já tinha negócio de 14 agremiações. Em 1986, a gente fez o último desfile. Então, começamos de novo no carnaval de 98. Ganhamos 98, em 99, nós já desfilamos como escola, mas sem nenhuma ajuda, que já havia ajuda. Em 99, fizemos apenas com a ajuda da associação dos blocos. Nós fizemos o desfile na Rio

Branco, e fomos vice-campeões e viemos desfilarmos em Bonsucesso pra avaliação, pra virar escola de samba, e fomos a melhor escola de Bonsucesso. Ainda hoje eu tive pegando na placa lá: “A melhor escola de 99 em Bonsucesso”. Está meio enferrujadinha e eu tô imaginando: “O que eu faço pra ela ficar bonita de novo?” E dali saímos do grupo E, fomos para o grupo D. Do grupo D fomos para o grupo C, aí, no grupo C nós estamos agarrados lá até hoje, desde 2001. Pelo menos, a gente não desceu, porque a pior coisa é descer, porque, quando você não ganha, mas permanece no grupo, deixa aquela esperança de que o ano que vem vai ser melhor. Nós fizemos nosso último carnaval em 2006 e em 2006 nós nos afastamos novamente, quer dizer, a família, porque eu sempre tive com a família dentro da agremiação. Quando um sai, sai todo mundo. Inclusive, nos últimos dois anos, o presidente era o meu filho, o Rafael, e ele é ótimo nesse ramo, ele é um bom carnavalesco, como a irmã dele também, a Roseni de Oliveira, que é ótima carnavalesca. Mas não adianta fazer, dar o máximo, procurar beleza, se não tiver dinheiro para comprar. Pensando nisso, a gente se afastou novamente e hoje em dia quem é o presidente é o Mauro Camilo e ele está lutando. São 14 agremiações, pra você ganhar das 14... Algumas das agremiações são famosas, que já desfilaram na Sapucaí e então desfilam com a gente lá. Quer dizer, é muito difícil ganhar deles.

Agora, estou totalmente descompromissado, torcendo, porque pelo menos pra torcer não custa nada. Mas com certeza vou estar lá e se depender de mim alguma coisa... Eu amo a agremiação e não sou só eu, mas os meus filhos também. Quer dizer, a gente torce, a gente sabe que é difícil e sabe que o nosso presidente, ele tá sofrendo, porque ele já foi presidente do “Gato” na época que eu me afastei, de 86 até 98. Ele fez uma gestão e naquele tempo era muito mais fácil, porque era um bloco e agora é uma escola de samba do grupo C. É muita responsabilidade e o material humano que a gente tem na comunidade é muito difícil, a Igreja tem mais facilidade de catequizar componentes do que a escola de samba para o carnaval. Porque há de pensar o seguinte: existe a cultura de que quem gosta de carnaval vai pro inferno, não é mesmo? E quem gosta da Igreja vai pro céu, quem procura a Igreja vai pro céu. Você vê: não é muito difícil de escolher, por aí.

“A Nova Holanda é um pedaço de terra, que fica situado à beira-mar, a Nova Holanda é um pedaço de terra, que fica situado à beira-mar, tem um celeiro de bamba, onde impera o samba. A cantar, sinto orgulho em dizer, a Nova Holanda para mim é um prazer, sinto orgulho em dizer, a Nova Holanda para mim é um prazer, eu vejo a alegria estampada, no rosto da rapaziada, eu vejo as cabrochas com esplendor, cantando samba com fervor, fazendo bonito nos pés, bonito nas cadeiras, as cabrochas brasileiras de Nova Holanda, a Nova Holanda”.

Até hoje, eu ainda acho esse samba bonitinho, mas tem muitos outros. Eu criei, inclusive, um festival de samba, de samba de quadra, mas hoje em dia esse pessoal só se liga só no enredo, mas existem sambas que são samba de quadra. Muito bons.

// Dona **Olizia** Correia

Nasci em Bom Jardim, estado do Rio, e criança, vim para o Rio. Eu fui criada em Vila Isabel. A minha mãe de criação judiava comigo, aí eu fugi. A primeira casa em que eu trabalhei foi no Leblon. Lá era casa de uma madame, eu trabalhava na casa dela e ela me tratava como filha. Fiquei muito tempo com ela. Os meninos eram apegados comigo. Depois, eu vim para a Mangueira e depois, para o Macedo Sobrinho. Casei com o Democracino de Oliveira quando eu tinha 16 pra 17. A Mangueira era uma boa... Eu adorava, eu trabalhava na minha casa. Na minha casa, eu cozinhava, era dona de casa e meu marido trabalhava de peixeiro. Lá era bom. Eu gostava muito de baile... Eu dançava forró. A gente dançava muito. Minha filha nasceu na Mangueira. Nós saímos da Mangueira, deve ter sido por volta de 1959, 1960. Aí, fomos para a Macedo Sobrinho e depois viemos para cá... Eu trabalhava ali na ladeira, esqueci o nome, tinha uma ladeira, subia a escadinha, tinha o hospital, Hospital de Jesus. No carnaval, eu brincava muito na ladeira, na subida do Macedo. Ficamos ali uns anos, provavelmente

até 1970. Lá eu trabalhava, criava animais, tinha porcos, galinhas. Eu ficava na minha casa, no barraquinho, vendia comida, fritava peixe, carregava água. Houve a enchente no Macedo Sobrinho e eu vim pra Nova Holanda. Eu tinha o papel pra vir. Eu tinha o papel todinho da casa. Eles deram a escritura, mas não era certo de ficarmos aqui, porque isso aqui pertencia à Marinha, aquela coisa toda. Aí, tínhamos, às vezes, de ir ao cartório e levar a escritura do terreno para demonstrarmos se íamos ou não ficar aqui. Na época eles cadastraram da Rua A até essa rua aqui de trás, a Rua I. Mas da Rua I pra cá, até lá embaixo, lá ninguém tinha a escritura. Quando eu cheguei, era barraco, era tudo água isso aqui... Eu entrei dentro dessa casa aqui, era água. Água aqui e terra. Mas no Macedo também teve deslizamento. Aqui na Nova Holanda, graças a Deus, eu comprei a casa. Isso aqui é meu. A minha casa é isso aqui, daqui pra cá. Aqui tinha um pé de mangueira, um pé de tangerina aqui. As crianças da rua carregavam aquelas mangas todinhas. Era assim. Quando cheguei à Nova Holanda, aqui não tinha violência e a gente podia até dormir na rua. Aqui tinha um rio, um riozinho. Tinha uma porção de peixinho, barrigudinho.

Lembra da Sapataria Simone? Então, a Sapataria Simone ficava na Teixeira e ali tinha baile. Mas era assim, baile normal, você não via violência. Minha filha lembra das músicas do Paulo Sérgio, do Roberto Carlos, Nivaldo Braga. Mais essas músicas antigas. Sobre violência aqui, me lembro daqueles irmãos metralha, que eram sete. Sete irmãos. Dos sete só tem um vivo. Uma vez, chegamos em casa e haviam carregado louças, comida, roupas. Subiam pela telha, porque era telha naquela época...

// Dona **Noca** JUREMA

Aquele tempo nunca mais volta, minha filha. Esse tempo foi um tempo muito bom. O bloco antigamente era o “Unidos da Nova Holanda”. Agora é o “Gato”, nem saio nesse bloco aí. Antigamente, era o “Unidos da Nova Holanda”. Ah, foi o primeiro! O “Unidos da Nova Holanda” era do Adevanir. Antigamente, o bloco da gente aqui arrasava. Mas depois que ficou esse tal de “Gato” aí, eu nunca mais brinquei. Quando era bloco, você tinha que ver, parecia escola de samba. Era muito lindo, muito organizado. Nós desfilávamos em um montão de lugares. Eu era da ala das baianas. Desfilava na ala das baianas. Mas agora, das antigas, só quem está viva sou eu. E agora quem está passando as anáguas das baianas não sei nem quem é! Eu não vou nesse bloco, no “Mataram Meu Gato”. Minhas filhas que ainda brincam... A quadra da gente era lá na Rua A. Teve uma vez que teve gente que se vestiu de Surama, que foi tema de novela. Surama era a personagem da Yoná Magalhães. Era a Yoná Magalhães, o Carlos Alberto. Muitos anos, mui-

tos anos mesmo atrás. Não tem nem como se lembrar. O Adevanir, que cuidava do bloco, veio do Esqueleto também. O Adevanir era colega do meu pai, jogavam futebol juntos. Vieram do Esqueleto. São os antigos. Mas ele ficou doente. Por causa desses negócios de bloco, a pessoa saía e andava muito. E o Adevanir ficou muito doente. Um ano, a mulher dele anunciou: “Ou o bloco, ou eu!” Minha família veio do Esqueleto. Eu nasci lá. Eu vim pra cá com dez anos, quando aconteceu a remoção. Não ficamos no albergue, não. Era barraco, tudo madeira. Era madeira, assim, azul e branquinha. A janelinha e as porta eram azuis. Era só barraco, mas tinha piso, tudo direitinho. O banheiro também, tudo de pau. O Carlos Lacerda removeu a gente pra cá. A Favela do Esqueleto era no Maracanã. Tinha o Morro da Mangueira, tinha a linha do trem e aí, do outro lado, era a Favela do Esqueleto. A primeira pessoa moradora de lá foi minha mãe e minha avó. Não tinha nada. Tinha só, assim, um riacho onde as pessoas faziam as necessidades e a gente jogava pra lá. Era assim.

E era muita lama. Não tinha água também. Era gerador, porque a gente não tinha luz. Ah, eu gosto daqui, sim. A Nova Holanda era melhor do que o Esqueleto. Eu me lembro sabe o quê?! Aqui, na Teixeira Ribeiro, nós passamos com o caminhão da gente, da remoção, e era numa pinguela! Aí, tinha uns barraquinhos na água e, quando a gente passou, falaram assim: “Lá vêm os esqueletos humanos! Olha os esqueletos humanos chegando!” Eu me lembro disso até hoje. Hoje em dia, esse pessoal é grande amigo meu. Você tinha que ver a Teixeira Ribeiro como é que era! Hoje em dia, isso

aqui está um sucesso. Isso aqui está a Zona Sul! A Teixeira Ribeiro era de uma largura pequenininha e a água ficava aqui embaixo. E a ponte era de pau! O caminhão da mudança passava por cima da ponte de pau! Pior que era! Onde era a Escola Nova Holanda, não tinha nada também. Era tudo água. Aqui era muito organizado mesmo. Aqui tinha tudo, só não tinha água. Água tinha muito pouco e apanhava água lá na Avenida Brasil. Com uns 13 anos, comecei a trabalhar e nós tínhamos que sair descalços, com o sapato na mão, pra lavar os pés lá na ponta da Avenida Brasil para poder pegar o ônibus. Mas agora melhorou “cem por cento”. Aqui está muito bom! Em vista, agora tá tudo asfaltado. Não era nada assim, não. Aqui tinha muito fogo. Antigamente, eu acho que tinha muito mosquito... Os outros pegavam aquele negócio de pó de serra e botavam numa lata e queimavam aquilo. Às vezes, era vela acesa, às vezes, as pessoas saíam e a vela caía. Era barraco! Era de pau. Foi quando eles fizeram essa remoção todinha.

Eu me sinto bem aqui, me dou bem, graças a Deus, com todo mundo. Aqui sou uma pessoa muito considerada. Se os outros precisarem de mim, eu faço favor, eu ajudo. Minha falecida mãe também. O pessoal daqui da Teixeira Ribeiro, quando as moças iam ter os filhos, quem ajudava era minha mãe, era a minha mãe que fazia as coisas todinhas. Ivete Sati. E o nome da minha avó era Guliati. É porque a minha avó não era daqui. Ela gostava de jogar umas praguinhas nos outros. Tem uma história: tinha um menino que era colega da gente, o falecido Canema. Antigamente, tinha o posto policial que era aqui na Rua Principal e ele, para mexer com minha avó, em vez de chamar minha avó de Guliati, chamava ela de Gulivete. Minha avó então falou: “Tu vai entrar em cana, rapaz!” Pior que ele entrou em cana mesmo! O quê?! Ela era triste, minha filha! Ela também foi muito boa.

A vovó Maria Conga tomava muito, muito café. Era o santo! Uma entidade. É africano. Minha família tem pé africano. África, eu também tinha. Agora não tem mais. A gente não se vê mais. Esse casarão aqui era do falecido Derley. Eu que passava a roupa de seda dele, ele só andava na seda... Eu nunca, nunca fui filha de san-

to dele. Mas depois, acabou tudo! A morte dele foi muito estranha. Ele era muito querido, sabe?! Muita gente se dava bem com ele. Ele ajudava muitas pessoas também. Eu sou católica! Sou católica e vou morrer católica. Eu não gosto que a pessoa fique me forçando a nada não! Eu, quando quero ir, eu vou! Aqui tinha muito, mas agora eu não vejo nem mais Folia de Reis. Tinha muito no tempo do falecido rapaz que era pai de santo. Antigamente, havia muita Folia de Reis, agora já não vejo. E eu acompanhava...

A comunidade aqui é muito grande. É que muita gente aqui se mudou. Veio do Morro do Querosene. Também veio de Brás de Pina. Depois teve um ano que teve uma remoção, foi quando fizeram aqueles apartamentos em Cordovil. Muita gente se mudou pra lá, na Cidade Alta. Até tenho um montão de parentes, que saiu daqui e que mora lá em Cordovil. Tem minhas primas, tem meus primos. Aí, trocaram, pra lá. Há uns seis anos atrás, aqui era terrível, mas tirando disso pra cá... Eu gostava muito é do tempo do Negão! No tempo do Negão, eu vou te contar, era tranquilo... Nós dormíamos na calçada. Lá na minha outra casa, tinha um pé de árvore e nós botávamos esteiras no chão e a gente acordava com o sol quente... Todo mundo de lá só queria que eu fizesse o cabelo deles. O pessoal da Baixa [do Sapateiro] vinha de lá pra minha casa pra eu fazer o cabelo deles. Uma época muito boa. Antigamente, eu saía muito, ia pra samba... Hoje eu sou pensionista. Você sabia que eu não ando, eu não saio mais pra canto nenhum? Às vezes, me dá um montão de câibra na perna, que eu não ando e meu sangue, eu acho que ele não circula direito. Vou na casa da minha filha, da Conguinha. Ah, eu vou e fico pra lá conversando um pouquinho com ela. Eu fico lá um pouco e depois eu venho embora. Eu saio daqui e vou pra lá. Eu fico circulando na favela um pouquinho... E aí, meu filho mora no segundo andar. Ela mora no primeiro. Essa minha filha mais velha, o terceiro andar da casa dela está alugado. Ela mora lá em Ramos.

Ah, deixa eu explicar: o meu nome é apelido. Meu nome é Jurema. O apelido é que é Noca. A minha avó apelidou. A vovó Maria Conga. Ela também apelidou a minha filha Carmem de Conguinha.

// Seu José Adriano Knaup

Eu sou José Adriano Knaup. Sou de Minas Gerais. Nasci lá em São Lisburgo e vim para o Rio, em 1961. E a minha vida em Minas Gerais foi muito sofrida. Na época do café, trabalhava-se muito. Foi na época do governo Getúlio Vargas, que foi muito bom para o Rio de Janeiro, mas para Minas Gerais foi um péssimo presidente na época! A gente apanhava café, eu levava comida na roça e aí, vinha com a cana. Eu tinha que moer a cana, eu tinha que socar o café, tinha cortar lenha, tinha que debulhar o milho...

Nós somos de descendência de suíços também. Meus parentes vieram da Suíça na época da guerra, em 45, quando eu nasci. E eles vieram da guerra para Cantagalo. Aqui, em Niterói, eles atravessaram de barco, porque na época não tinha a ponte. Daqui eles foram para São Lisburgo, que era um lugar que, na época, não tinha nada, era tudo mato mesmo. Eles abriram uma clareira na mata e lá ficaram. Eu ouvia dos meus tios, eles falavam para mim sobre a vida deles. Não tinha carro, não tinha nada naquela época. Até uma vez lá em Minas, eu estava na roça e quando passou o primeiro avião, nós todos nos deitamos de baixo do pé de café. Era uma coisa que vinha lá de cima, do ar e tudo.

Com relação à Nova Holanda, quando eu vim para o Rio, em 1961, nós viemos morar no Parque Santa Luzia, do outro lado. Era uma favelinha pequena, ali onde é a COHAB hoje. Muito boa, favelinha tranquila... Foi outro sofrimento ali que nós tivemos. Tinha 16 anos. E naquela época, ali era muito calmo. Eu fiquei morando lá 13 anos e vim para Nova Holanda em 1971. Quem fez isso aqui foi o Carlos Lacerda. Em 1964, Carlos Lacerda fez a Nova Holanda, aterrou toda essa área, construiu todos os barracos.

Aqui dentro, tinha um regime na época em que eu me mudei pra cá, em 1971: o barraco era quarto, sala, cozinha e banheiro. E tinha uma área nos fundos e uma área na frente. Tudo que você fosse fazer lá no barraco, você teria que participar à Fundação Leão XIII. Era muito melhor do que hoje. Com alguns problemas que tínhamos, mas... A fiação, na época, em 1971, quando a gente veio, era toda organizada. Porque tudo aqui era comandado pela Fundação Leão XIII. Mas o Carlos Lacerda fez tudo. Deixou tudo pronto. Aí puxou a fiação por fora do barraco e por dentro fez a instalação das casas. As ruas eram de barro. Tudo direitinho, não tinha calçamento, não tinha nada, mas era bom.

Quando o Carlos Lacerda fez isso aqui, ele fez para transferências de pessoas que não podiam pagar nada: nem água, nem luz, nem nada. Pessoas que não tinham condição de nada. Então, trazia praqui... E a Fundação Leão XIII fornecia tudo: luz, água, tudo de graça. A pintura era tinta na madeira mesmo. Você não poderia construir nada. Deve ter sido nos anos 80, quando a Fundação foi caindo e coisa e tal. Existiam as palafitas também, porque, depois que o Carlos Lacerda construiu isso aqui, não podia existir barracos de madeira. E o mar vinha até ali. O mar vinha até aqui, no final da Rua O. Dali pra lá era mar e nós saíamos para pescar de barco... Depois, foi sendo invadido. O pessoal fez aquelas palafitas de barracos de madeira em cima do mar. O banheiro era, quando faziam necessidades, caía dentro do mar mesmo. Eram uns barracos... Faziam uns paus altos e suspendiam o barraco de tábua ali. Mas era melhor... Tudo bem, tá certo! O número de pessoas também era muito menor e tínhamos vários problemas, como a dificuldade da água. Me lembro da Dona Antônia, que comprou uma bomba muito grande e ela puxava água. E muita gente ia lá e pe-

gava muita lata d'água e dava um dinheiro pra ajudar também nos gastos da bomba e essa coisa toda. Mas também tinha muita gente que já comprou rola. O rola vem rodando, é como um barril. Um vergalhão, um barril. E você entornava a água, desvirava e tornava a encher. Chama-se rola d'água. Mas na época, a gente não podia ter, outros podiam, mas eu não. Até pela razão que, quando eu vim do Parque Santa Luzia para aqui, eu não tinha emprego certo. Não tinha aquela responsabilidade que eu tenho hoje. Você sabe que o jovem, quando é novo, esquece que um dia ele vai ficar velho, esquece que um dia ele vai passar por certas coisas e não preserva aquilo que tem nas mãos e joga tudo fora.

Depois, começamos a construir as nossas casas. A Fundação Leão XIII abria o espaço pra associação. Aí, tinha o direito de fazer as nossas casas e começamos a construir. Quando eu comecei a fazer essa minha casa, foi em 1984. Eu morava no outro lado, na Rua F. Aí, comprei aqui e vim para a rua D. E a Eliana fez o projeto dela... Como sempre, ela, a Maria Amélia, o Serinho (serginho?), o Passarinho, o Ivan, o falecido Chiquinho. E eles formaram a associação. Eu também fui e passei a fazer parte do conselho. A associação começou muito bem: nós adquirimos o posto odontológico e um dentista que nos ajudou muito foi o Pedro Porfilho. O Luiz Alfredo Salomão, político – mas diferente dos políticos de hoje, não é igual a hoje –, também nos ajudou. Os políticos tinham interesse de fazer alguma coisa para a comunidade. Eles fizeram aqui. Quem colocou essa água que está aqui hoje foi o Miro Teixeira. Eu não queria votar mais em ninguém, mas eu sou um cara que não deixa de votar nele. Porque ele foi uma das pessoas que deu uma grande prioridade para nós aqui dentro. Depois, a associação veio embalando. E começaram a vir os projetos pra dentro da comunidade. Aí, foi quando entrou o Pedro Porfilho, Salomão. Tá certo, tá certo, tudo era envolvimento político. E sempre diziam que a associação era partidária. Bom, no fundo, era, mas não era. De qualquer maneira, dependia dos políticos para podermos trazer os projetos para dentro da comunidade.

“ Já ouviu falar no jogo de malha? O jogo, antigamente, era de malha. No final da Rua B. Ali era o jogo de malha. Lá era coberto! Direitinho. Ali se chamava Quadra da Malha. A maior diversão que tinha era o jogo de malha. Ali era o esporte dos antigos”.

Já ouviu falar no jogo de malha? O jogo, antigamente, era de malha. No final da Rua B. Ali era o jogo de malha. Lá era coberto! Direitinho. Ali se chamava Quadra da Malha. A maior diversão que tinha era o jogo de malha. Ali era o esporte dos antigos. Dos mais velhos: Sr. Rubens, o David, o Sr. João, o Ezequiel. O Ezequiel tinha um alto falante... Qualquer coisa dentro da comunidade, você ia lá e ele anunciava: “Ah, sumiu um garoto assim, assim”, “Tá acontecendo isso, tá acontecendo aquilo.” Tudo que você pedia para o Seu Ezequiel ele falava no microfone. O microfone dele era alto. E a comunidade toda ouvia. Sabe, cheguei com 16 anos na Nova Holanda. E já são 26 anos aqui. Mas antes era muito melhor do que hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



FOTO // Giane Carvalho

“Esse tempo nunca mais volta... Tempo bom!” É assim que Dona Noca inicia suas recordações. Mais do que recordações, o que podemos observar a partir da memória dos moradores da Nova Holanda é um panorama rico da fundação, das dificuldades enfrentadas, dos sonhos construídos e da adaptação à realidade de um lugar inteiramente novo e ainda em processo de construção.

Como vimos a partir dos relatos, Nova Holanda é uma terra de migrantes de várias regiões do Brasil e do Rio de Janeiro. Por isso, o que se tem é uma gama variada de sotaques, culturas e de vivências extraordinariamente marcadas por histórias de superação e de trabalho incansável pela busca de melhores condições de vida. Histórias construídas a partir da preocupação básica de garantir a sobrevivência diária para si e para a família, sendo necessário, para tanto, se inserir na cidade a despeito de conflitos e disputas que isso acarretava.

Também vimos que as pessoas que foram removidas para a Nova Holanda, na maioria dos casos, não tinham o direito de escolher para onde iriam. As remoções não respeitavam os laços de parentesco e de amizade, muito menos estavam preocupadas com a adaptação das populações alocadas em outros espaços. Cada família ficava entregue à sua própria sorte e tinha de refazer os laços perdidos a partir, em muitos casos, do zero.

Assim, a Nova Holanda, apesar de ter sido criada com a intenção de ser provisória e apenas um lugar de passagem, já que, segundo o governo da época, deveria ser um Centro de Habitação Provisória (CHP), onde as pessoas seriam “civilizadas” para depois, mais uma vez, serem removidas para distantes conjuntos habitacionais, virou o lar e o abrigo definitivo de milhares de brasileiros que enfrentaram o desafio de refazer suas vidas e de construir uma nova sociabilidade a partir de novas referências. As antigas referências e redes sociais haviam sido desfeitas ou pela remoção forçada ou pela necessidade de morar em um lugar mais acessível economicamente, como era o caso das palafitas, que foram sendo construídas nos “fundos” da Nova Holanda, sobre a Baía de Guanabara.

Esse é uma dos aspectos mais importantes de nosso estudo: a reelaboração das memórias e a criação dos discursos que dão sentido à vida na Nova Holanda nos mostra que foi sendo construída uma nova identidade – a partir da formação de redes sociais novas –, mesmo que de uma forma inconsciente. Quando chegaram à Nova Holanda, os novos moradores traziam consigo muitas lembranças dos lugares de onde vinham e essas lembranças, em muitos momentos, se confundem com as de Nova Holanda.

Os depoimentos orais nos permitem observar algumas indicações importantes acerca da(s) identidade(s) que se constituíram ao longo do tempo na Nova Holanda e que será compartilhada a partir de uma série de referências externas e internas. Podemos citar, por exemplo, a relação tensa que mantiveram com a questão da violência. Quase todos os moradores entrevistados, afirmam que a violência era bem menor e que procuravam formas de conviver com essa questão. Fazendo coro com o “censo comum”, alguns criminosos eram vistos como benfeitores, pois não deixavam acontecer roubos às residências e às pessoas, o que, em alguns casos, os confundia com “protetores” da comunidade.

O interessante é observar que os relatos sobre a violência abrangem o período inicial da Nova Holanda, não havendo praticamente referências à situação atual. Essa omissão tem valor para nosso estudo, pois mostra o quanto as pessoas têm receio de falar no aumento evidente do crime e da violência – incluindo a policial – na favela.

Em muitos casos, os entrevistados pediram para que essa questão fosse “pulada” ou que as ponderações feitas sobre o tema não entrassem nos registros. Como fica claro, a convivência forçada com a violência não pode ser confundida com convivência. O que as pessoas foram obrigadas a fazer foi encontrar um *modus vivendi* para continuar com suas vidas. É óbvio que isso tem um preço traduzido muitas vezes de forma trágica na perda de algum ente querido, de um vizinho ou de conhecidos. Outras vezes as marcas da violência ficam gravadas no corpo por meio de doenças geradas pela tensão, pelas “balas perdidas”, pelo medo e pelo sentimento de impotência.

Por outro lado, uma referência positiva que nos chega da história e das memórias da Nova Holanda é a atuação das mulheres.

Mulheres como Maria Amélia Belfort – removida da Praia do Pinto em 1962 –, pioneira na organização dos primeiros movimentos pela garantia de direitos básicos na Nova Holanda. Ela serviu e ainda serve de inspiração para outras mulheres, como pôde ser constatado em alguns relatos apresentados aqui.

Exemplo maior da importância da atuação das mulheres foi a do “Grupo de Mulheres” e a posterior criação da Chapa Rosa. Como vimos, na disputa pela Associação de Moradores, a atuação das mulheres foi fundamental para a derrota da Chapa Azul, ligada aos poderes do Estado. Basta dizer que dos 20 integrantes da diretoria que se formou a partir da Chapa Rosa, 14 eram mulheres. Talvez isso explique a escolha da cor e do nome da chapa. Cabe ainda lembrar que a presidente da nova diretoria era uma mulher que havia se formado no movimento desencadeado pelo Grupo de Mulheres, a jovem Eliana Souza Silva.

Outro fato digno de nota foi a constante mobilização dos moradores. Várias instituições comunitárias foram criadas a partir das lutas políticas empreendidas pela população local para resolver problemas que o Estado não levava em consideração. Essas lutas tinham um caráter eminentemente mobilizador e conseguiram envolver uma parcela considerável dos moradores nas discussões e decisões que precisavam ser encaminhadas. Mesmo aqueles que, como vimos em alguns relatos, não se envolveram diretamente nas ações sabiam que havia uma movimentação pela garantia de direitos básicos.

Por isso, mesmo com o refluxo do movimento popular – reflexo da conjuntura dos anos 90 – na Nova Holanda, podemos considerar que ele produziu efeitos valiosos sob vários pontos de vista. Esse movimento conquistou enormes benefícios para a comunidade, forjou lideranças, e criou referências que marcaram e ainda marcam a identidade dos moradores.

Referências, como a participação ativa das mulheres, a criatividade na resolução de problemas, a tenacidade, a solidariedade, o apego afetivo ao território – na maioria dos casos, os entrevistados não fazem referências à Maré como um todo e, sim, à sua “comunidade” – e a superação de adversidades advindas da condição de migrante e trabalhador pobre, compõem um quadro que certamente integra e define, em grande medida, a identidade dos moradores da Nova Holanda.

Essa afirmação identitária é fundamental, pois vai na contra mão do que se tentou e ainda hoje se tenta impor aos moradores das favelas do Rio de Janeiro: uma identidade, como vimos ao longo do presente estudo, marcada pelas referências negativas, pejorativas e, muitas vezes, preconceituosas.

Ao narrar suas memórias, os moradores da Nova Holanda exercem uma ação fundamental, pois com isso expressam e afirmam a diversidade e a riqueza da cultura local. Isso contribui para construir um discurso inteiramente novo sobre as favelas e seus moradores.

Não há dúvida de que a cidade tem que ser plural, embora una. Por isso, ficamos com a frase do Seu Genival, um senhor de 81 anos de idade que ainda mora na Nova Holanda: “Se tem outro canto melhor que a Nova Holanda, até agora nunca vi”.

Núcleo de memória
& identidade da Maré 

BIOGRAFIA DOS PESQUISADORES

KELLY SAN // 22 ANOS

Nasci na Nova Holanda. Meu pai passou parte da sua infância na Favela Parque Santa Luzia e minha mãe, na Favela do Esqueleto. Ambos foram parar na Nova Holanda por conta do processo de remoção de favelas de Carlos Lacerda.

Meus avós maternos vieram da Bahia e os paternos, de Pernambuco. Meu pai era o sexto de 12 filhos, mas podemos dizer que eles viviam bem, em vista de muitas outras famílias: meu avô, com seu salário de funcionário público federal, e minha avó, com a sua renda de lavadeira, garantiam o que eu chamaria de “bem-estar” para a numerosa família. Depois de uma infância sofrida, minha mãe conheceu meu pai em 1982 e decidiu fugir de casa para construir uma família com ele. Eu cheguei para compor essa família em 1990 e meu irmão, em 1999.

Minha infância foi cercada de muitos cuidados e cheia de expectativas por parte dos meus pais: meu pai, principalmente, sempre se preocupou com a minha formação e sempre procurou despertar em mim um olhar crítico sobre as coisas. Lembro que, ainda nova, meu pai e eu conversávamos muito sobre assuntos que iam desde “O Fantástico Mundo de Bobby” (desenho animado dos anos 1990) à política e até a bolsa de valores. Meus pais dividiram minha educação da seguinte for-

ma: meu pai faria de mim uma médica e minha mãe, uma boa dona de casa, mas nenhum dos dois foi bem sucedido, pois eu estou totalmente voltada para as artes e não sei nem fazer arroz.

Sempre tive uma necessidade muito grande de me expressar e isso me levou a ser muito ativa nos lugares por onde passei. Participei do curso preparatório para Ensino Médio, um projeto oferecido por uma instituição da Maré, que consistia em capacitar alunos da 8ª série para ingressar em escolas técnicas e federais do Rio de Janeiro. Lá conheci muitas pessoas que faziam trabalho social na Maré e fui convidada a participar de um projeto do Instituto Promundo, que se chamava JPEG (Jovens pela Equidade de Gênero) em que produzimos vários materiais de conscientização sobre gravidez na adolescência, homossexualidade, protagonismo juvenil, paternidade e maternidade. Quando acabou, eu e mais dois amigos escrevemos um projeto e concorremos a um edital da MTV. E ganhamos. Passamos a coordenar um projeto similar ao JPEG com dez jovens da Nova Holanda, em que a ideia principal era criar multiplicadores que passassem as informações discutidas nas oficinas para o demais jovens da comunidade.

Aos 21 anos, resolvi que deveria investir na minha formação e foi então que procurei a REDES da Maré para fazer o Pré-Vestibular e, assim, acabei me envolvendo em várias atividades da instituição. Dentre elas, fui seduzida pelo Núcleo de Memória que desenvolve um importante projeto de resgate da história da Maré.

HIGOR ANTÔNIO DA SILVA // 27 ANOS ESTUDANTE DE HISTÓRIA (UERJ)

Nasci e cresci dentro de Maré, estudei nos CIEP Elis Regina e Samora Machel, que são escolas localizadas dentro da Maré, e hoje sou estudante do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fico feliz por ter ajudado a construir este livro, que espero ser o primeiro de muitos nessa luta para valorizar o passado e a construção do que conhecemos hoje como Maré.

É difícil afirmar exatamente o ano de chegada do primeiro membro de minha família no Rio de Janeiro. Porém, na Maré, me arrisco, sem medo de errar, o ano de 1962. Mais especificamente o feriado de 1º de maio, quando o Sr. Ademar Ferreira, irmão de minha avó materna, pisou em solo *maréense*, em uma pequena favela em construção, conhecida como Parque União. Em 1967, chegou o meu avô materno Otacílio Lino Guilherme, já casado com Matilde Ferreira Guilherme.

Um fato curioso a respeito de minha família – espero não confundir cabeça de ninguém: minhas duas avós eram irmãs e meus pais, primos legítimos. O resultado é que, mais ou menos em 1978, meus pais começaram a namorar e no ano seguinte, ficaram noivos.

Meu pai comprou seu “barraco” na Rua Bela, no número 29. Meus pais casaram-se em 1981, passando então minha mãe a se chamar Maria do Socorro Guilherme da Silva, e, em 1984, eu nasci. No mesmo ano, meu pai decidiu construir uma casa de alvenaria no lugar do “barraco” e isso me possibilitou passar a vida inteira, até aqui, na mesma casa.

Dando sequência ao fluxo migratório de minha família, durante a década de 1980, meu pai abrigou seus irmão e primos que começaram a chegar em busca de melhores condições de vida. Assim, pude acompanhar a vinda de meus tios, que se estabeleceram e moram até hoje na Maré, em sua maioria no Parque União.

Com esta breve apresentação, acredito que fica mais que claro que eu, como muitos de meus amigos e outros de minha geração, filhos da construção da Maré, estamos entrelaçados em uma mesma realidade social. Isso fica claro, quando olhamos para o passado de nossos tios, avós e pais, um passado de sofrimento e de luta.

Dessa maneira, negar a história da Maré é negar a nossa história, deixar morrer essa história é matar um passado que, apesar de sofrido, não é feio ou vergonhoso, pelo contrário, podemos encher o peito de orgulho, pois fazemos parte de um processo de crescimento, feito por pessoas que trabalharam duro para melhorar suas vidas e de suas famílias. Precisamos valorizar todo esse legado aceitando toda sua originalidade.

MARCELO LIMA DOS SANTOS // 23 ANOS

ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (UERJ)

Escrever sobre mim implica falar sobre duas pessoas que contribuíram significativamente para que eu pudesse registrar esta pequena biografia: Gildete Lima dos Santos e Luiz Rodrigues dos Santos, meus pais. Ambos nascidos na região Nordeste do Brasil, enfrentaram dificuldades, o que os levou a desembarcar na cidade do Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida.

Minha mãe, que nasceu em Mamanguape, na Paraíba, veio para o Rio de Janeiro para fugir do desemprego. Não veio sozinha, mas com seus familiares, em 1956. Para Luiz Rodrigues dos Santos, meu pai, não foi diferente. Saindo de Cajá, distrito do município de Caldas Brandão, também na Paraíba, desembarcou no Rio de Janeiro em 1958, aos 21 anos. Em 1963, foi morar em Brás de Pina, subúrbio da cidade. Sem moradia fixa, procurou abrigo na casa de seu irmão mais velho, na Vila Kennedy. Posteriormente, foi morar no Parque Rubens Vaz, onde já vivia Gildete. Lá se conheceram e casaram. Seguiram a religião evangélica e foram vivendo, preocupando-se com a educação dos filhos. O que meus pais queriam, de fato, era que meus irmãos e eu tivéssemos uma boa formação, para que nossas vidas não fossem uma repetição das suas.

Cresci no conjunto de favelas do complexo da Maré, mais especificamente no Parque Rubens Vaz, favela vizinha à Nova Holanda. Estudei em escolas públicas e tentei, ainda no ensino médio, estudar teatro e cinema, o que me proporcionou alguns trabalhos. Mas logo desisti e preparei-me para ingressar no ensino superior. Por isso, entrei para o curso Pré-Vestibular oferecido pela REDES da Maré.

Tentando conciliar o trabalho e o curso, não obtive o resultado desejado, mas, no ano seguinte, me dediquei exclusivamente aos estudos e fui aprovado no curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o que me trouxe uma imensa alegria e recompensa aos esforços feitos naquele ano.

A entrada na universidade me possibilitou, além da quebra de alguns preconceitos, a ampliação da minha visão a respeito da vida. Consegui um estágio no município na área da educação e sou pesquisador do Núcleo de Memória e Identidade da Maré. Isso confirma a ruptura de uma trajetória familiar marcada por questões como o trabalho precoce, a baixa escolaridade e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

DIOGO VITOR ARAÚJO // 25 ANOS

Morador da favela Nova Holanda, localizada no bairro Maré, desde 27 setembro de 1987. É filho de Rita Araújo de Oliveira que é nascida na cidade de Serra Branca na Paraíba. Diogo faz parte da Redes de Desenvolvimento da Maré desde sua fundação. Atuou como educando no Projeto Viver Com Arte – parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a REDES – e em seguida tornou-se monitor da oficina de música. Participou do Musicultura – projeto de etnomusicologia do laboratório da Faculdade de Música da UFRJ, no Morro do Timbau. Lá atuou como pesquisador no Mapeamento Musical da Maré. Atualmente participa como músico e ator da Companhia Marginal da Maré – a Cia Marginal – e do Núcleo de Memória e Identidade da Nova Holanda na REDES.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN Rio / Jorge Zahar Editor, 1987.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A precariedade na periferia do capitalismo**. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 47-66, jan./dez. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERNARDO, T. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: Educ: Fundação Editora da Unesp, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilato e Difusão da Casa Própria**, 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

CANAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. 2V. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O Rapto ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)**, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia – IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

FERNANDES, Tânia Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Cidades e favelas: territórios em disputa**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FERNANDES, Lenise Lima. **A favela e o direito à cidade: desafios à integração democrática no século XXI**. Trabalho apresentado na III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, organizada pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS da UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2007. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/eixostematicosJ.htm>>

FERREIRA, Álvaro. **Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales - Serie Documental de Geo Crítica. Barcelona, v. 14, n. 828, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Tese de mestrado em Planejamento Urbano, COPPE/UFRJ, 1982

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1986.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1986

VAZ, Lillian Fessler. **“Notas sobre o Cabeça de Porco”**. Revista Rio de Janeiro, 1, 2, jan.- abr. p. 29-35. Rio de Janeiro, 1986

MONTEIRO, Linderval Augusto. **A Baixada Fluminense em Perspectiva Microanalítica**. Artigo publicado na Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 12, nº 21/22 – 2005. (<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6382>)

CARDOSO, Adauto L. **Meio ambiente e moradia: discutindo o déficit habitacional a partir do caso da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP em Caxambu – MG 1998. Disponível em <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=654&nivel=2>

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidades**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: aglomerados subnormais, primeiros resultados**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010>.

KHOURY, Yara Maria Aun et al. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

LE GOFF, Jacques. **Memória. História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LINS, Antônio José Pedral Sampaio. **Loteamentos na periferia do Rio de Janeiro: onde a cidade se dissolve**. Artigo apresentado no 4.º Congresso Luso-rasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável. 2010. Faro, Portugal

OLIVEIRA, Flávia e VIEIRA, Agostinho. **Renda sobre, mas desigualdade ainda impede avanço no Brasil**. O Globo, Caderno de economia. Edição nº 28.577, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Alberto de; RODRIGUES, Adrianno O. **A industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas**. Revista Semestre Económico, vol. 12, nº 24, 2009 – Universidad de Medellín, Colômbia.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Valdei Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.

_____. **Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade.** PROJETO HISTÓRIA –Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, EDUC, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

_____. **Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral.** PROJETO HISTÓRIA –Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, EDUC, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

REIS, Marcus Paulo Silva dos. **Operação Praia do Pinto – um estudo da memória popular da remoção.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2009.

RIBEIRO, P. “Saara, uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro. (1960-1990)”. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2000. 2v.

RODRIGUES, Rarine. **Uma calamidade habitacional: censo do IBGE mostra que número de pessoas vivendo em favelas quase dobrou em uma década.** O Globo, Rio de Janeiro, 22 dez. 2011.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela, alegria e dor na cidade.** Rio de Janeiro: Senac – Rio: 2005.

SILVA, Jailson de Souza et al. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **Habitação popular: a materialização da casa própria no Brasil.** Dimensões – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e do Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica (NPIH) da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, n. 21, p. 221-239. 2008. (<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/index.php?id=dimensoes-21>)

SOUSA SILVA, Eliana. **O movimento comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o pedagógico e o político.** 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

VALLADARES, Licia do Prado. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. [online], v. 15, n. 44, p. 05-34, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>>.

_____. **A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VENTURELLI, Dione da Silva. **As políticas habitacionais em favelas do estado do Rio de Janeiro e a “expulsão branca” de moradores de baixa renda.** Monografia apresentada a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2007.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias.** PROJETO HISTÓRIA –Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, EDUC, n. 15, p.51-84, abr. 1997.



A presente iniciativa da Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES da Maré), através de seu Núcleo de Memória e Identidade (NUMIM), assume um papel estratégico, materializando um subsídio central para o processo de desenvolvimento integral da Maré, em suas múltiplas possibilidades e dimensões. Mais do que isso: a iniciativa, tanto no campo da pesquisa quanto no editorial, permite a construção de uma metodologia que pode ser replicada para outros territórios populares, de modo que seus moradores e também indivíduos de outros espaços da cidade conheçam as riquezas das lutas, sonhos e utopias que constituíram as favelas cariocas.

E, nesse processo de valorização da história coletiva daqueles que construíram esses territórios singulares e complexos, vamos estabelecendo uma nova cidade, mais justa e plena. Diante disso, torçamos para que esse projeto atinja seus objetivos com muito sucesso e que celebremos essa nova conquista.

Prefácio de Jailson de Souza e Silva

REALIZAÇÃO:

Núcleo de **memória**
& **identidade** da Maré



REDES
Redes de Desenvolvimento da Maré

PATROCÍNIO:



SECRETARIA
DE CULTURA



SOMANDO FORÇAS